

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

GABRIELA RUCHEL DE LIMA

**O AFGANISTÃO E SUA MODERNIZAÇÃO FRACASSADA:
DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO À REVOLUÇÃO DE ABRIL**

**Porto Alegre
2023**

GABRIELA RUCHEL DE LIMA

**O AFGANISTÃO E SUA MODERNIZAÇÃO FRACASSADA:
DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO À REVOLUÇÃO DE ABRIL**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**Porto Alegre
2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Lima , Gabriela Ruchel de
O Afeganistão e sua Modernização Fracassada: da
construção do Estado à Revolução de Abril / Gabriela
Ruchel de Lima . -- 2023.
108 f.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes
Visentini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Afeganistão. 2. Revolução afegã. 3. Modernização
. 4. Intervenção soviética . I. Visentini, Prof. Dr.
Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre, 10 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
PPGCP/UFRGS – Orientador

Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira
PPGCP/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Ana Regina Falkembach Simão
ESPM

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
PPGEEI/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de realizar meus estudos de pós-graduação em uma universidade pública cuja excelência e qualidade são referências.

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, a todo o seu corpo docente e funcionários, por proporcionarem um ambiente ativo de produção e multiplicação do conhecimento.

Agradeço ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), do qual me orgulho em fazer parte, e ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, meu orientador, pela confiança depositada, pelo incentivo à pesquisa e pelo olhar sempre atento em busca do que é de fato pertinente e imprescindível nesta jornada sem fim que é o aprendizado. Estendo o agradecimento aos colegas de núcleo de pesquisa por sua competência e dedicação ao dividirem a execução de todas as tarefas que nos foram solicitadas, além de compartilharem das alegrias e dos dissabores enfrentados ao longo do percurso acadêmico. Muito obrigada.

Por fim, agradeço aos meus amigos e ao Matheus pela lealdade e cumplicidade, e à minha família, especialmente à minha mãe, Eliane, pelo suporte incondicional em todos os âmbitos possíveis durante cada passo dado nesta trajetória. Com amor, agradeço também aos meus avós, por serem fonte inesgotável de afeto, sobretudo à vó Maria, que nos deixou em junho do último ano, mas segue inabalável na memória e no carinho de uma vida inteira. Afinal, o luto é o preço do amor.

A desonra

No final de 1979, as tropas soviéticas invadiram o Afeganistão. De acordo com a explicação oficial, a invasão queria defender o governo laico que estava tentando modernizar o país. Fui um dos membros do tribunal internacional que tratou do assunto em Estocolmo, no ano de 1981.

Jamais esquecerei o momento culminante daquelas sessões. Estava dando seu depoimento um alto chefe religioso, representante dos fundamentalistas islâmicos, que naquela época eram chamados de “*freedom fighters*”, guerreiros da liberdade, e que agora são terroristas. Aquele ancião trovejou:

– *Os comunistas desonraram nossas filhas! Ensinaram elas a ler e escrever!*

Os Filhos dos Dias, Eduardo Galeano.

“Existem duas respostas frequentes para qualquer evento histórico, ambas inapropriadas, se não totalmente equivocadas: dizer que tudo mudou ou dizer que nada mudou.”

Fred Halliday, 2002.

RESUMO

O presente trabalho busca contextualizar, por meio do percurso histórico e político do Afeganistão, as raízes, os condicionantes e os resultados das tentativas modernizadoras pelas quais passou o país. Todas elas foram frustradas, desde a própria construção do Estado e a monarquia secular de Mohammed Zahir Shah, passando pelo período da “Nova Democracia” e a República de 1973, até o governo marxista do Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA), que assumiu o poder em 1978, após a Revolução de Saur. Sob as bases complexas de um poder estatal difuso e marcado pela descentralização política, argumenta-se que o padrão das relações estabelecidas entre Estado e sociedade, além de suas próprias idiossincrasias e complexidades, constituiu um dos fatores cruciais para elucidar não apenas o percurso da guerra no Afeganistão, mas também o fracasso de todas as tentativas de ruptura e mudança na ordem social pré-estabelecida, cuja dominação exercida pelos segmentos mais fortes fazia-se perpetuadora do atraso. Ademais, a década de 1980 também evidenciou o enfraquecimento das instituições políticas e militares da sociedade afegã, historicamente marcada por diversas divisões regionais e tribais, seja por motivos étnicos, religiosos ou territoriais. Os diferentes graus de lealdade superavam a identidade nacional, sendo, inclusive, maiores que a ideologia estabelecida pelo PDPA após a Revolução de Saur, em 1978, e a intervenção soviética no ano seguinte. Somando-se a tais fatores, tem-se, ainda, o contexto internacional de Guerra Fria, cujas dinâmicas próprias também contribuíram para que, no recorte temporal escolhido, houvesse não apenas a imersão do país em uma guerra civil, como também o seu incentivo velado por parte de potências estrangeiras, como os Estados Unidos. Motivados, sobretudo, pelo apoio externo fornecido, os grupos contrarrevolucionários travaram uma forte resistência à intervenção soviética e às modernizações propostas, algo que escalonaria o conflito e alteraria consideravelmente o cenário político, econômico e social no Afeganistão.

Palavras-chave: Afeganistão. Revolução afegã. Modernização. Intervenção soviética. Guerra Fria.

ABSTRACT

The present work seeks to contextualize, through the historical and political journey of Afghanistan, the roots, conditions and results of the modernizing attempts that the country has gone through. All of them were thwarted, from state building itself and the secular monarchy of Mohammed Zahir Shah, through the period of “New Democracy” and the Republic of 1973, to the Marxist government of the Afghan People's Democratic Party (PDPA), which took over power in 1978 after the Saur Revolution. Under the complex bases of a diffuse state power and marked by political decentralization, it is argued that the pattern of relations established between State and society, in addition to its own idiosyncrasies and complexities, constituted one of the crucial factors to elucidate not only the course of the war in Afghanistan, but also the failure of all attempts to break and change the pre-established social order, whose domination by the strongest segments perpetuated backwardness. Furthermore, the 1980s also showed the weakening of political and military institutions in Afghan society, historically marked by various regional and tribal divisions, whether for ethnic, religious or territorial reasons. The different degrees of loyalty surpassed the national identity, being even greater than the ideology established by the PDPA after the Saur Revolution, in 1978, and the Soviet intervention in the following year. In addition to these factors, there is also the international context of the Cold War, whose own dynamics also contributed to the fact that, in the chosen time frame, there was not only the immersion of the country in a civil war, but also its veiled encouragement from foreign powers such as the United States. Motivated, above all, by the external support provided, the counterrevolutionary groups put up strong resistance to the Soviet intervention and the proposed modernizations, something that would escalate the conflict and considerably change the political, economic and social scenario in Afghanistan.

Keywords: Afghanistan. Afghan revolution. Modernization. Soviet intervention. Cold War.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 – Grupos étnicos do Afeganistão.....	18
Tabela 1 – Partidos Políticos no Afeganistão antes de 1978.....	43
Figura 2 – Mapa dos principais grupos contra insurgentes durante a revolução.....	79
Tabela 2 – Alianças Anti-soviéticas: “ <i>The Peshawar Seven</i> ” (Aliança dos Sete de Peshawar)	80
Figura 3 – Forças Soviéticas/RDA e Redutos <i>Mujahideen</i> em 1980.....	81
Tabela 3 – Principais Grupos Anti-Soviéticos na Guerra Civil Afegã.....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- DYOA – Organização da Juventude do Partido
- EUA – Estado Unidos da América
- FNL – Frente de Libertação Nacional
- HIH – *Hezb-e Islami* – (Partido Islâmico de Hekmatyar)
- HIK – *Hezb-e Islami* – (Partido Islâmico de Khalis)
- ISI – Inteligência Interserviços do Paquistão
- JIA – Sociedade Islâmica do Afeganistão
- KhAD – *Khadamat-e Etela'at-e Dawlati* (Agência de Informação do Estado Afegão)
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- PDPA – Partido Democrático do Povo Afegão
- PYO – *Progressist Youth Organization* (Organização da Juventude Progressista)
- RDA – República Democrática do Afeganistão
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FORMAÇÃO TERRITORIAL E A SOCIOGÊNESE DO ESTADO AFEGÃO	16
2.1 DINÂMICA INTERNA E OS DESAFIOS À COESÃO ESTATAL: FRAGMENTAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E LEGITIMIDADE.....	20
2.2 NEOPATRIMONIALISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO	26
2.3 O PAPEL DAS GRANDES POTÊNCIAS E O IMPERIALISMO NA ÁSIA CENTRAL: A POLÍTICA DO GRANDE JOGO.....	28
3 HISTÓRIA E TRADIÇÃO POLÍTICA: O PERÍODO MONÁRQUICO	31
3.1 CONSTRUINDO UMA ELITE INTELLECTUAL: A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS	35
3.2 DE DAUD E A “NOVA DEMOCRACIA” À REPÚBLICA DE 1973	43
3.3 ENTRE FISSURAS E O COLAPSO: O ESTADO HERDADO PELA REVOLUÇÃO	47
4 REVOLUÇÃO DE SAUR E AS TENTATIVAS MODERNIZADORAS: UM PRELÚDIO PARA O FRACASSO	52
4.1 O REGIME EM DUAS FASES: O GOVERNO SOB KHALQ E PARCHAM.....	59
4.2 DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS: A BASE SOCIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA	61
4.3 A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA: UMA SOVREVIDA À REVOLUÇÃO	64
4.4 CONTRARREVOLUÇÃO E INSURGÊNCIA: O PAPEL DO APOIO EXTERNO	74
4.4.1 Retirada Soviética (1989) e a Sobrevivência do Regime	85
4.4.2 Cabul e o Colapso Tardio: o simbolismo da capital.....	88
4.5 “REVOLUÇÃO DE CIMA” E A MODERNIZAÇÃO FRACASSADA	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1 INTRODUÇÃO

Completados em 2021, os vinte anos da intervenção norte-americana no Afeganistão trouxeram consigo não apenas a retirada abrupta das tropas estadunidenses, como também a certeza do imenso fracasso da “Guerra ao Terror”, uma vez que, duas décadas depois, o país se vê novamente sob o controle do Talibã. Diante disso, muitos questionamentos acerca das raízes do conflito afegão emergem à superfície, para os quais nem sempre se encontram respostas qualificadas. Para que sejam evitados os reducionismos do senso comum, faz-se necessário ancorar toda e qualquer análise sobre o contexto afegão nos processos históricos pelos quais passou o país, atribuindo-se a devida atenção às suas particularidades internas e como elas foram ora utilizadas, ora descartadas pelos demais agentes envolvidos nas próprias dinâmicas da(s) guerra(s).

No final da década de 1960 nada indicava que o país mergulharia em uma guerra que se estabeleceria em longo prazo. O Afeganistão havia desfrutado de um inesperado *boom* turístico, com mais de 60.000 visitantes em 1969, e era a rota obrigatória entre o Irã e o subcontinente indiano. Com a monarquia presente em uma base constitucional desde 1964, nem mesmo o golpe de 1973 e o estabelecimento de uma República causou preocupação indevida dentro ou fora do país. Nenhum dos períodos de estabilidade entre os golpes de Estado anteriores, no entanto, foi garantidor de uma legitimidade estatal forte e suficientemente coesa que pudesse assegurar as estruturas necessárias para uma unidade ou centralização de poder. Assim, em abril de 1978 a atenção internacional voltava-se para o golpe de Estado dado pelo Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA). Era a Revolução de Saur, direcionada pelo partido marxista do Afeganistão. Com uma fragmentação acentuada dentro do próprio partido, no entanto, em setembro de 1979 Hafizullah Amin subiu à liderança do país após eliminar seu antecessor, Nur Muhammad Taraki, mais moderado. Enquanto isso, as forças contrarrevolucionárias, detentoras de um massivo apoio externo por parte de potências estrangeiras, além de fortemente ancoradas nos vínculos sociais que as uniam, mostravam-se difíceis de contornar. Deste modo, o regime viu-se à beira de um colapso, até ser resgatado, em uma decisão complexa e custosa, pela chegada das tropas soviéticas, em 27 de dezembro de 1979, o que radicalizaria a guerra civil.

A partir de então, a proliferação de textos nos quais as macroetnicidades foram postuladas como atores coletivos na guerra acarretou confusão frequente entre as duas ideias, inclusive com a etnia Pashtun posteriormente sendo equiparada ao Talibã. Nesse ponto, a guerra civil que se intensificou após a Revolução de Saur e antecedeu a intervenção soviética

foi abordada, muitas vezes, como um confronto entre comunidades, reduzindo a identidade de um líder político apenas ao seu aspecto comunitário. Na realidade, o emprego da categoria de “guerra étnica” para descrever o conflito afegão está longe de ser neutro. No caso de observadores externos, o uso de tal terminologia tende a erigir essa categoria como de alguma forma científica ou significativa, quando na verdade é parte do que está em jogo no conflito. A antítese entre guerra “étnica” e guerra “ideológica” não é apropriada, uma vez que nada poderia ser mais político do que a mobilização de identidades comunitárias.

Não foram etnias que fizeram a guerra, mas organizações políticas com objetivos ideológicos e práticas institucionais particulares. Além disso, a mobilização inicial ocorreu no contexto de *qowms* locais, e não de macroetnicidades. Barnett Rubin (1995) define *qowm* como um grupo solidário, às vezes coincidente, mas muitas vezes separado e menor que a tribo, baseado na aldeia, no parentesco ou em outros tipos de relacionamento. É também por essa especificidade que, especialmente no início da guerra, foi impossível discernir a disposição das forças no terreno, uma vez que os *qowms* não eram necessariamente baseados em territórios, com diferentes partidos frequentemente representados dentro de uma mesma aldeia. Posteriormente, alguns partidos realmente fizeram uso de afiliações comunais para mobilizar apoio, uma vez que – especialmente em tempos de crise – as identidades são alvos mais suscetíveis de manipulação (RUBIN, 1995).

Após a retirada soviética, os acontecimentos moveram-se no sentido de um alinhamento da distribuição de etnias e afiliações políticas no terreno. Deve-se entender, entretanto, que a etnização dos partidos foi uma consequência da guerra. Finalmente, o foco na etnicidade excluiu a consideração de outras dinâmicas, tanto sociais quanto ideológicas, que eram igualmente significativas. O novo equilíbrio político que posteriormente teve sua origem na intervenção americana tendeu a favorecer uma nova interpretação da guerra como ‘étnica’, já que esta era a única linguagem que as potências estrangeiras entendiam sem dificuldade.

A fim de evitar o reducionismo, que tende a atribuir uma série complexa de eventos históricos a um único fator, o presente trabalho reconhece e defende a importância de que as teorias a respeito das causas da guerra – seja ela geral ou específica – devem ser inerentemente ecléticas e, sobretudo, considerarem a relevância de todas as variáveis. A pesquisa não pretende, desta forma, reivindicar todos os aspectos da crise afegã. Partindo-se da premissa de que todas as tentativas modernizadoras realizadas em diferentes períodos da história afegã foram frustradas, desde a própria construção de um Estado moderno, passando pela monarquia secular de Mohammed Zahir Shah, pelo período da “Nova Democracia” e a República de 1973, até o governo marxista do Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA),

o trabalho busca elucidar este percurso, retomando a discussão acerca das raízes, condicionantes e resultados da crise afegã e do insucesso das mudanças que a Revolução de Saur se propôs a executar.

Sob a perspectiva doméstica, o Estado afegão será analisado a partir de suas transformações e interações históricas com os demais agentes que o compõem, formando um conjunto imbricado e complexo de relações políticas e sociais. Tais relações inserem-se, a nível regional e internacional, nas dinâmicas estabelecidas interestados, sob a lógica sistêmica da Guerra Fria, cujo contexto moldou as ações dos atores envolvidos. O objetivo geral da pesquisa foi, portanto, analisar as raízes, os condicionantes e resultados dos sucessivos fracassos modernizadores pelos quais passou o Afeganistão, reconstituindo o possível caminho que levou a Revolução de Saur e as transformações almejadas a serem drasticamente frustradas, tendo em vista a permanente condição atrasada e débil do Estado afegão dentro de um contexto internacional de Estados nacionais do Terceiro Mundo (HALLIDAY, 1999).

Como problema de pesquisa, considera-se que a fragilidade do Estado afegão, historicamente ligada às permanentes disputas internas, empregadas por diferentes agentes cuja força e protagonismo regional comprometeram a coesão e a ação estatal, foi um entre os fatores condicionantes para o insucesso da Revolução de Abril, bem como de suas tentativas modernizadoras a médio e longo prazo. Assim, a hipótese é de que o Estado afegão, por ser descentralizado e fraco desde a sua construção, limitou o processo revolucionário, constringendo as tentativas modernizadoras que tentavam subverter a ordem de poder local. Soma-se a isso, ainda, o amonte expressivo de suporte externo fornecido às guerrilhas contrarrevolucionárias, o que não apenas remodelou o jogo de forças durante a guerra civil como também intensificou o conflito.

Entre os objetivos secundários, a pesquisa busca (i) discutir o processo de formação estatal do Afeganistão, (ii) pontuando-se suas dinâmicas internas e como elas contribuíram para a forte descentralização, o que acentuaria as debilidades do Estado e sua já precária institucionalização. Paralelamente a isso, propõe-se a analisar (iii) a trajetória política do país, do período monárquico ao republicano, passando pela formação dos partidos políticos e o surgimento de uma elite intelectual, cujo pano de fundo seria a base para (iv) a Revolução de Saur e as tentativas modernizadoras. Por fim, procura demonstrar que (v) os caminhos que levaram à intervenção soviética perpassam as narrativas que coloquem o expansionismo em direção à Ásia Central como norte, destacando-se, sobretudo, o papel exercido pelo apoio e financiamento externo, direcionado principalmente por Estados Unidos e Paquistão, aos

grupos de oposição ao regime marxista, o que elevou o conflito e a guerra civil afegã a patamares significativamente mais conturbados.

De caráter qualitativo, a pesquisa consistiu em uma extensa e aprofundada análise da bibliografia especializada disponível, cujas fontes primárias baseiam-se em discursos concedidos por personalidades importantes do período abordado, bem como documentos e relatórios oficiais do governo. Assim, o trabalho foi estruturado em três grandes capítulos. No primeiro, então, busca-se abordar a sociogênese do Estado afegão, bem como suas características territoriais, elucidando-se a diversidade étnica, suas especificidades e dinâmicas internas de legitimação e unificação territorial. Trata-se, ainda, da sua emergência no Sistema Internacional, atuando como uma das peças-chave do Grande Jogo, além do papel do imperialismo e das disputas de poder na Ásia Central.

No segundo bloco é abordado o processo de independência, as transições entre os períodos monárquico e republicano, a construção de uma elite política e intelectual e as suas contribuições para o Estado que seria herdado pela Revolução de Saur. No quarto e último capítulo, por fim, enfatiza-se o processo revolucionário em si, além das decisões soviéticas quanto à necessidade de intervir a fim de resgatar o regime afegão, bem como o papel desempenhado pelos grupos insurgentes, a ajuda bélica fornecida e os condicionantes para a iminência do fracasso afegão e tudo o que a revolução representava. Na conclusão realiza-se, ainda, um sucinto apanhado entre as intersecções do processo histórico e do percurso revolucionário afegão, gerando questionamentos pertinentes que podem ser desenvolvidos em um trabalho futuro.

No que se refere à justificativa e contribuição do tema proposto, destaca-se que ele se insere em uma extensa pesquisa realizada junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS), iniciada em junho de 2017, cujo objetivo era elucidar o processo revolucionário no Afeganistão, principalmente sob a ordem sistêmica da Guerra Fria, trazendo à luz particularidades e características próprias das relações historicamente estabelecidas entre Estado e sociedade. Como contribuição, objetiva-se fornecer um compilado de informações e apontamentos relevantes acerca de um período histórico pouco abordado, porém que, quando abordado, nem sempre considera variáveis importantes e peca, muitas vezes, em análises rasas e até mesmo a-históricas. Ademais, considerando-se os desdobramentos recentes no Afeganistão, cuja “nova-velha-dinâmica” voltou a assumir o protagonismo, acredita-se ser atual, pertinente e impreterível a análise dos condicionantes e impactos não apenas de sua construção político-social, mas de uma revolução que, sem dúvida, moldou os contornos do Estado afegão de forma expressiva.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL E A SOCIOGÊNESE DO ESTADO AFEGÃO

País sem costa litorânea, de clima árido e caracterizado por uma economia majoritariamente rural e atrasada, o Afeganistão é detentor de uma localização político-estratégica bastante pertinente na conjunção da Ásia Central, do Golfo Pérsico e do subcontinente indiano. Ao norte, compartilha a fronteira sul com a Rússia; ao sudoeste, faz fronteira com o Irã, enquanto suas fronteiras orientais, disputadas ao longo dos anos, ficam com o Paquistão. O país também possui uma fronteira estreita com a China, nas regiões remotas do Hindu Kush, na região nordeste. Sem saída para o mar, o Afeganistão tornou-se uma metáfora pertinente para “isolamento exótico” (MALEY, 2002; GUPTA, 1986).

São fatores como a sua geografia de difícil acesso, coberta por regiões desérticas e poucos vales férteis, somada à sua multiplicidade étnica, que inviabilizaram, desde muito cedo, o objetivo complexo de manter um controle total sobre o território afegão (MCCAULEY, 2002). Sua história política pode ser interpretada como o surgimento de um Estado cujo desenvolvimento reordenou as relações entre grupos sociais. O vácuo criado pelo colapso do Império Mongol e o declínio do Império Safávida permitiu que a confederação tribal dos Ghilzai expulsasse os persas, ainda em 1709; já em 1747, a eleição de Ahmad Shah (1747-1773) como chefe da confederação tribal Durrani marcou o início de um sistema monárquico, expandindo o Império, que duraria até 1973.

Mesmo assim, suas fronteiras permaneceram fluidas, incapazes de escapar dos efeitos do sistema tribal. Até o final do século XIX, revoltas incessantes resultaram no surgimento do que eram, para fins práticos, províncias independentes em Cabul, Kandahar e Herat. As tentativas de estabelecer uma autoridade centralizada falharam inevitavelmente devido à fraqueza da economia urbana e às guerras de sucessão que reduziam o país à fragmentação política e social (DORRONSORO, 2005).

As grandes cidades do Afeganistão – especialmente Herat e Balkh – eram há muito conhecidas, não apenas como vizinhas da grande Rota da Seda entre a Europa e a China, mas como alvos de pilhagem pelos impérios de conquista, como o Chinggisid e o Timurid. No entanto, os impérios de conquista eram notoriamente propensos à fragmentação diante das lutas por sucessão, o que se opunha aos ventos de mudança que sopravam na Ásia Central do século XVIII, movidos pelo desenvolvimento e pela expansão do Estado burocrático moderno. O Afeganistão não sentiu isso de forma direta, pois nunca esteve sujeito à ocupação colonial europeia e apenas em raras ocasiões, e a um custo considerável, os Estados europeus procuraram realizar campanhas militares em seu solo. Parte de sua história, contudo, seria

moldada pela interação entre Londres e São Petersburgo (MALEY, 2002; MCCAULEY, 2002).

No que diz respeito à multiplicidade étnica do Afeganistão, é inerente a qualquer análise acerca de sua construção territorial e política que essa característica seja levada em consideração, ainda que basear-se apenas nisto para explicar a fraca atuação estatal seja recair em simplismos. Até 1978, uma parte significativa da literatura sobre o Afeganistão era de natureza etnológica ou antropológica, onde muitas discussões ocidentais sobre o conceito de etnicidade basearam-se, portanto, na situação afegã. Até a década de 1950, na tradição da literatura etnográfica colonial, prevalecia uma ideia “essencialista” de etnicidade. Nessa fase, o conceito de ‘etnogênese’ ocupava uma posição central, uma vez que a filiação étnica parecia acarretar características virtualmente inflexíveis e também definidas cultural e biologicamente. Um catálogo de critérios objetivos – língua, história, comunidade, religião, interesses materiais – constituiu a definição de uma etnia. Mais tarde, em contraste, o Afeganistão se tornou um dos campos principais para uma nova abordagem de etnia, vista agora nos termos das relações sociais (DORRONSORO, 2005).

O estudo mais detalhado de grupos étnicos no Afeganistão identifica a presença de pelo menos 55 tipos diferentes de etnia. Em alguns desses grupos, principalmente no caso Pashtun, há a presença de formas distintamente tribais de organização social, marcadas pela crença na existência de ancestrais comuns e pela prevalência de normas de reciprocidade e solidariedade que dão origem a obrigações sociais e, conseqüentemente, políticas. A etnia Pashtun, além de ser a mais expressiva, é a que representa historicamente a maioria no governo, atuando como detentora de poder desde muito cedo, o que em termos práticos aumentou sua esfera de influência e importância (TANNER, 2002). O segundo maior grupo é representado pelos Tadjiques, seguidos pelos Uzbeques, ambos sunitas, sendo os Hazaras o único grupo étnico a representar a parcela xiita da população. Até o século XVIII, vários impérios dominaram os territórios afegãos, mas nenhum deles constituiu um Estado propriamente dito (RUBIN, 2002).

A distribuição geográfica desses diferentes povos também confluiu para as inúmeras disputas de poder presentes na história do país, variando de acordo com as regiões nas quais se distribuíram. Assim, o Afeganistão poderia ser definido por “microsociedades”, cuja heterogeneidade de sua população sugere um grau de estrutura coerente que nunca esteve de fato presente. Pelo contrário, etnia, religião, ocupação e gênero têm, historicamente, oferecido aos afegãos uma série de bases sobre as quais eles podem se identificar uns com os outros (MALEY, 2002, p. 7-9).

qowm pode significar solidariedades de um tipo muito diferente, em comunidades de tamanho variável. Um grupo de solidariedade emerge, por exemplo, da necessidade de manter relações com o Estado por intermédio de um funcionário administrativo da aldeia – o *malek*. Um dos fenômenos revelados pela crise e posterior guerra civil afegã foi o significado das solidariedades de um espaço. Segundo Dorronsoró (2005, p. 11) isso foi, muitas vezes, definido pelo apego à mesma divisão administrativa (província, distrito ou subdistrito), um fenômeno que ilustra a capacidade do Estado de redefinir a estrutura dentro da qual as redes de solidariedade operam, em vez de desafiar o princípio estrutural (DORRONSORO, 2005).

Um *qowm*, neste aspecto, não corresponde necessariamente a uma área contígua; os habitantes de um vale podem ser divididos em dois grupos não territoriais devido a uma diferença religiosa, com os dois *qowms* assim definidos sem nenhuma coerência espacial. Desde o reinado de Abdul Rahman Khan (1880–1901), a maioria das aldeias no sul e no centro do Afeganistão havia perdido a homogeneidade que determinava que as solidariedades dos clãs devessem ter uma base territorial, embora isso continuasse sendo o caso na parte leste do país. Assim, a aldeia não representa necessariamente um *qowm* e a cooperação às vezes se limita à manutenção da mesquita. As classificações por grupos étnicos, que quase correspondem a grupos linguísticos, constituem, portanto, apenas um nível de afiliação comunitária entre tantos outros possíveis, e não implicam necessariamente a existência de solidariedades operacionais (DORRONSORO, 2005; RUNION, 2007).

Em termos religiosos, o Afeganistão é predominantemente um país muçulmano, de maioria sunita, embora conte com pequenas minorias hindus e até judias. O islamismo no Afeganistão, assim como diversas religiões em diferentes países, funciona como uma das forças sociais exercidas através desses agentes, seja por meio da absorção religiosa de valores e tradições originários da esfera secular, seja pela influência de escolas de pensamento religioso – radicais, modernistas ou ultraconservadoras – que floresceram em outras partes do mundo muçulmano. O traço preponderante, contudo, é que o Islã da *intelligentsia* – ou intelectuais – diferia do Islã do líder de oração das aldeias ou do Islã do ulemá, e esse é um fator central para se compreender a dinâmica dos conflitos no Afeganistão, uma vez que versa sobre a influência regional a ser exercida. Pois, como colocado por Rubin (2002, p. 22-26), “nenhuma área do Afeganistão é etnicamente uniforme” (MALEY, 2002; DORRONSORO, 2005).

2.1 DINÂMICA INTERNA E OS DESAFIOS À COESÃO ESTATAL: FRAGMENTAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E LEGITIMIDADE

Cotidianamente, refere-se ao Estado ora enquanto sujeito que faz ou deveria fazer algo, ora enquanto objeto, seja ele a classe econômica, os partidos políticos ou o estrato social que se utiliza do Estado para atingir interesses próprios. Assim, o Estado muda de forma e aparência conforme as atividades a que se propõe, a escala em que opera, as forças políticas que atuam consigo e as circunstâncias nas quais ele deve agir. Outra alternativa para classificá-lo seria listar suas instituições, partindo-se do Executivo político, do Legislativo, do Judiciário, do Exército, da polícia e da administração pública, estendendo-se à educação, aos sindicatos, aos meios de comunicação de massa, à religião e até mesmo à família. Tais listas, contudo, falham em especificar o que dá a essas instituições sua condição de Estado.

Essa tarefa é difícil, pois, como destacado por Weber (1948), não existe atividade que o Estado sempre execute e nenhuma que ele nunca tenha executado, cabendo, assim, o questionamento sobre quem são, afinal, os agentes estatais. Nessa perspectiva, o Estado certamente não se torna tudo. Outras organizações e agentes também padronizam as relações sociais e políticas, sendo importante explorar tanto a estrutura quanto as atividades do Estado em relação a elas. Assim, como aponta Theda Skocpol (1975), a visão weberiana do Estado exige que o vejamos como muito mais do que uma mera arena na qual grupos sociais fazem demandas e se engajam em lutas ou compromissos políticos (DIAS, 2013; JESSOP, 2009; SKOCPOL, 1975).

Apoiando-se em Weber e seus contemporâneos, outros teóricos encaram a essência do Estado – tanto pré-moderno quanto moderno – como a territorialização da autoridade política. Isso envolve a interseção do poder simbólico e coercitivo politicamente organizado, um território central claramente demarcado, e uma população fixa para a qual as decisões políticas são coletivamente compulsórias. Assim, quando se fala de relações entre Estado e sociedade, a ênfase dada, fundamentalmente, consiste em mapear os padrões de dominação e subordinação, identificando as bases sobre as quais cada dominação é estabelecida e mantida. Para isso, é necessário analisar as capacidades-chave do Estado: seja a de penetrar no tecido social, regular as interações, extrair recursos, apropriar-se deles e utilizá-los de maneiras pré-determinadas (DIAS, 2013; WEBER, 1948; MALEY, 2002).

A característica-chave do Estado pode ser, então, o conjunto historicamente variável de tecnologias e práticas que produz, naturaliza e gerencia o espaço territorial como um continente delimitado, dentro do qual o poder político é exercido para obter objetivos políticos

diversos e cambiantes. Um sistema de soberania formal, que reconheça e legitime mutuamente Estados-nação que exerçam controle soberano sobre áreas territoriais amplas e exclusivas é somente uma expressão institucional relativamente recente do poder estatal, como o sistema westfaliano de Estados. Antonio Gramsci definiu o Estado como uma soma entre a sociedade política e a sociedade civil e, de modo semelhante, analisou o poder estatal nas modernas sociedades democráticas como estando baseado em uma “hegemonia revestida de coerção.” Gramsci definiu hegemonia como a mobilização e a reprodução exitosa pela classe dominante do “consenso ativo” dos grupos dominados por meio do exercício da liderança política, intelectual e moral. O teórico político Nico Poulantzas, em contrapartida, apoiando-se em Marx e Gramsci, afirmou que o Estado é uma relação social. Distinguindo entre qualquer unidade que o Estado possa ter como conjunto institucional e seu papel mais geral como fator de coesão, Poulantzas argumentou que o poder do Estado é tanto relacional quanto seletivo. É relacional, pois as estruturas e políticas estatais, por exemplo, são episódios historicamente contingentes em um processo dinâmico de evolução; e é seletivo no sentido de favorecer a classe dominante/fração de classe de um momento particular (CODATO, 2008; KELLY, 1999; POULANTZAS, 1979; GRAMSCI, 1978;).

Assim, o Estado estaria longe de ser um instrumento passivo ou um ator neutro. Pela interpretação de Poulantzas em termos de classe e fundamentada na forma do Estado capitalista, o Estado estaria sempre inclinado em uma ou em outra direção devido à seletividade estrutural e estratégica que faz com que as instituições, capacidades e recursos estatais estejam mais acessíveis a algumas forças políticas e mais abertos a alguns propósitos do que a outros. Inspirado nos escritos de Gramsci e Poulantzas, a teoria estratégico-relacional de Bob Jessop, por sua vez, é elaborada a partir da afirmação de Poulantzas de que o Estado é uma relação social, argumentando, ainda, que o exercício do poder estatal é produto de um balanceamento cambiante de forças políticas localizadas dentro e para além do Estado, condicionado pelas estruturas institucionais e procedimentos específicos do seu aparato, tal qual enraizado no sistema político mais amplo e nas relações sociais circundantes (POULANTZAS, 1979; GRAMSCI, 1978).

Weber também define o Estado moderno como uma “comunidade humana que, com êxito, reivindica o monopólio legítimo dos meios de coerção numa dada área territorial”, bem como acentua sua soberania formal em face de sua população e de outros Estados. Isso não significa que os Estados modernos exerçam poder principalmente por meio da coerção direta e imediata – o que seria um sinal de crise ou falha estatal. Na verdade, a coerção é o último recurso para a realização de decisões compulsórias. Assim, onde o poder estatal for

considerado legítimo, ele pode normalmente assegurar o cumprimento sem tal recurso. No caso afegão, a ausência de legitimidade se fez uma constante barreira na atuação do Estado, desde a monarquia até a Revolução de Saur, sobretudo em virtude da fragmentação social.

O processo de formação estatal no Afeganistão foi complexo e os contornos assumidos de forma alguma refletem uma construção linear ou pragmática, mas sim caracterizam um poder substancialmente difuso. Este fator restringiu aquilo que o Estado afegão poderia ter experimentado ser, além de tornar contencioso datar o nascimento exato de suas instrumentalidades (MALEY, 2002). Desde a chegada de Ahmad Shah ao poder, em 1747, o país foi governado por representantes Pashtuns, o que evidenciava um domínio étnico na região; a centralização de poder, contudo, seguiu sendo um grande desafio, ainda que houvesse uma etnia dominante. A multiplicidade étnica e tribal, presente ao longo de toda a história afegã, foi um dos fatores preponderantes para acentuar essa dificuldade (DORRONSORO, 2005).

Com isso, houve uma forte resistência por parte dessas diferentes tribos em se submeterem ao poder central dos reis Pashtuns, os quais, a fim de assegurar a sua permanência nos cargos públicos, faziam concessões aos líderes tribais, lhes permitindo ter grande influência local. Estas seriam as bases para o que futuramente os transformaria em legítimos senhores de guerra, sobretudo durante a formação das guerrilhas contrarrevolucionárias em 1978. Em termos de desafio à centralização estatal, um dos maiores focos de conflito veio essencialmente das tribos – sobretudo Pashtuns, Uzbeques e Hazaras – e dos ulemás. Impulsos de oposição, no entanto, que não estavam indo necessariamente na mesma direção. Os ulemás protegiam seus privilégios, especialmente na educação e no sistema judicial, mas não contestaram a necessidade de existência do Estado, pois esperavam utilizá-lo, inclusive, por exemplo, para impor a Sharia no lugar dos costumes tribais (RUBIN, 2002).

Quando Abdul Rahman Khan (1880–1901) assumiu a tarefa de garantir, por meios militares, seu domínio sobre o território afegão, várias regiões ainda desfrutavam de autonomia de fato. Após as campanhas militares no final do século XIX, as tribos Ghilzai, que eram praticamente independentes até a década de 1820, assim como os Turcomenos, os Hazaras e os Durrani de Kandahar, não representavam mais uma séria ameaça ao governo central. No futuro, entretanto, essas confederações tribais não forneceriam a estrutura necessária para uma mobilização política e as revoltas subsequentes envolveriam principalmente as tribos Pashtun orientais, as únicas que mantiveram sua força militar. Essa

semiautonomia foi, em parte, resultado da posição geográfica dessas tribos, as quais o Estado desejava colocar em jogo contra os britânicos, e mais tarde contra o Paquistão.

A partir da década de 1950, o Estado já contava com alguma capacidade militar para conter as tribos, mas a opção, entretanto, nem sempre foi a de causar um choque frontal com o poder tribal. O simples ato de impor fronteiras administrativas, que não estavam de acordo com os limites dos territórios tribais era, por si só, uma forma de minar a força dos vínculos comunais. O resultado foi que em algumas áreas houve uma substituição da solidariedade baseada na localização pela solidariedade fundada no clã. Outro fator consistia no fato de que as aldeias eram cada vez menos homogêneas em suas afiliações tribais. Os antagonismos comunais existentes também eram explorados e às vezes encorajados; como algumas divisões entre os Hazaras e os Qizilbash, as quais foram cuidadosamente cultivadas a fim de se evitar o surgimento de uma frente xiita unida.

Transferências frequentes de população também facilitaram o controle sobre as tribos. Desde o reinado de Abdul Rahman Khan houve movimentos – tanto forçados quanto voluntários – de grupos predominantemente Pashtuns para o norte do país. O objetivo dessa colonização do interior era garantir a segurança das fronteiras e exercer um controle mais eficaz sobre as tribos propensas à rebelião contra a autoridade central. O governo concedeu terras aos colonos e depois negociou a solidariedade Pashtun em face das populações espoliadas. A colonização foi empreendida posteriormente com vários graus de sucesso em todo o noroeste do Afeganistão. As migrações interiores organizadas pelo Estado continuaram até a década de 1960, contribuindo para o fortalecimento do governo central, que, a partir de então, estava em melhores condições de arbitrar entre as diferentes comunidades.

Sob Abdul Rahman Khan, a importância das tribos foi reconhecida pela existência de um *Darbar-i shahi* – o Conselho dos Chefes Tribais –, cujas deliberações eram estritamente consultivas. Após 1929, foi declarada uma estratégia de integração das tribos nas instituições nacionais. A constituição de 1931 previa que o Parlamento deveria se reunir de maio a outubro, o que exigia a presença em Cabul dos principais chefes tribais. O Xá, portanto, esperava limitar os riscos de rebelião reunindo os líderes tribais entre as estações do ano, após o final do trabalho agrícola, em uma época que, de outras formas, se prestava à mobilização tribal. Finalmente, a instituição de um ministro para as fronteiras representou uma evidência da vigilância do Estado sobre as turbulentas tribos Pashtun orientais (DORRONSORO, 2005).

Em contraste com as tribos, que foram progressivamente mais marginalizadas pelo poder militar do Estado e pela evolução social, os mulás e ulemás¹, homens da religião, passaram a representar, a partir da década de 1950, um verdadeiro contrapeso à autoridade estabelecida. Eles constituíram um grupo social com seu próprio sistema de ensino, tanto privado quanto governamental, bem como suas próprias redes transnacionais e interesses materiais e morais, o que proporcionou um ímpeto mobilizador.

No século XIX, os ulemás estavam envolvidos em assuntos governamentais apenas no contexto da legitimação inicial dos governantes, embora pudessem ocasionalmente desempenhar um papel na proclamação de uma *jihad*, ou em oposição a medidas administrativas consideradas em desacordo com o Alcorão. Por meio de suas relações frequentemente conflituosas com o Estado, os ulemás afirmaram sua condição de grupo coerente com identidade e interesses coletivos. O Estado procurou integrá-los, mas a influência das grandes famílias religiosas, juntamente com os efeitos das tendências ideológicas fundamentalistas motivou-os a manter a sua autonomia enquanto se mobilizaram, sobretudo, contra as reformas modernizadoras.

A instrumentalização do Islã como fonte de legitimidade explica o esforço feito pelo Estado desde o final do século XIX para integrar os mulás e ulemás à administração. Abdul Rahman Khan assimilou os ulemás, até certo ponto, no sistema administrativo pela instituição de exames de qualificação, enquanto os mulás participavam da doutrinação de soldados em todos os regimentos do exército. Em 1896, Abdul Rahman Khan tentou circunscrever a autonomia econômica dos ulemás e das irmandades, assumindo o controle parcial das dotações religiosas, especialmente nas cidades. O papel do Estado foi posteriormente reforçado por Amanullah. Em 1970, o Estado reduziu mais uma vez sua influência, colocando alguns dos locais de peregrinação sob controle governamental direto (MALEY, 2002; DORRONSORO, 2005; GUPTA, 1986).

A educação, por sua vez, foi um fator crucial sob o controle dos ulemás. Antes do período moderno não havia nenhum centro de treinamento para eles no Afeganistão, mas a partir da década de 1940 um sistema nacional de educação religiosa foi estabelecido pelo Estado, com o objetivo de facilitar a integração dos ulemás na máquina estatal, além de manter o controle do conteúdo do ensino ministrado. A criação da 'Escola de Sharia', em 1944, foi complementada em 1951 pelo estabelecimento de uma faculdade de teologia, ligada

¹ Na Ásia Central e na Turquia, diferentemente dos países árabes, a expressão mulá não se restringiu aos xiitas. Os mulás, menos integrados à administração, às vezes eram pagos pelo governo, mas na maioria das vezes permaneciam no comando das comunidades do vilarejo. Se não houvesse escola na aldeia, eles ofereciam ensino fundamental para as crianças (BRILL, 1993).

à Universidade Al-Azhar, no Cairo. As madrasas – escolas religiosas – governamentais, abertas uma a uma nas principais cidades do país, formaram ulemás que, no seu devido tempo, foram vinculados aos diversos órgãos do Estado, servindo em particular como juízes, acadêmicos ou encarregados da educação religiosa nas escolas secundárias.

Assim, até a década de 1950, o principal desafio para a coesão e centralização estatal continuava sendo a conjunção entre as duas forças de oposição, tribais e religiosas, as quais foram especialmente fatais para Amanullah e suas tentativas modernizadoras em 1929. Embora houvesse grandes contradições entre o código religioso, a Sharia e a lei tribal, o Islã era, no entanto, um elemento essencial da identidade Pashtun. Além de realizar as orações e os rituais, os mulás interpretavam a lei, onde sua exterioridade ao sistema tribal lhes permitia intervir como agentes intermediários. A influência de um determinado mulá era variável e seu papel como intérprete do Alcorão implicava uma tensão constante com as práticas tribais, uma vez que ele buscava impor outros valores, religiosos e não costumeiros, bem como uma justiça alternativa, o Alcorão, em oposição ao código de honra próprio do povo Pashtun. Os mulás não buscavam necessariamente minimizar os conflitos, mas procuravam uma solução islâmica para eles, reivindicando certa autonomia dentro da estrutura tribal (DORRONSORO, 2005).

A conjunção de oposição por parte das tribos e do estabelecimento religioso ocorreu, de forma geral, por meio da intervenção de mulás carismáticos, que possibilitaram a supressão temporária de diferenças tribais e a adoção de uma posição unificada contra uma autoridade específica. Isso foi demonstrado pelas inúmeras rebeliões lideradas por eles, os quais muitas vezes eram analfabetos, já que sua legitimidade provinha do carisma e não do aprendizado, como no caso dos ulemás. As revoltas tribais usualmente tiveram suas origens derivadas das tentativas do Estado de colocar limites à independência das tribos; neste aspecto, o caráter religioso foi geralmente marginal quando comparado à busca por preservação da autonomia tribal (RUBIN, 2002; DORRONSORO, 2005; RUNION, 2007).

Os acontecimentos de 1929 e a queda de Amanullah elucidam, por sua vez, a complementaridade entre as estratégias dos ulemás e das tribos, onde os primeiros se opuseram veementemente à modernização² em curso, cooptando as tribos para uma revolta que o poder estatal e seu exército enfraquecido não poderiam conter. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, estes movimentos de oposição, que pareciam pertencer ao passado,

² No caso afegão, refere-se à transformação de uma sociedade tradicional, rural e agrária em uma sociedade secular, urbana e industrial, por meio de uma progressão histórica, cujos estágios refletem o desenvolvimento intelectual, tecnológico, econômico e político (BROWN, MCLEAN & MCMILLAN, 2018).

ressurgem quando o Estado embarca novamente em uma tentativa modernizadora, levando as forças de oposição do país a assumirem uma nova configuração a fim de, mais uma vez, combatê-la.

2.2 NEOPATRIMONIALISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO

A institucionalização do Estado afegão, iniciada no final do século XIX, prosseguiria a partir desse período, apesar de alguns reveses. Neste caso, o conceito de neopatrimonialismo³ aplica-se bem à situação ambígua do Estado, no qual o desenvolvimento das instituições avançou, mas foi acompanhado pela predominância contínua de um grupo restrito, capaz de perpetuar seu domínio sobre o poder. O projeto de estabelecer um Estado nos moldes ocidentais surgiu já com Abdul Rahman Khan. Abstendo-se de nomear seus herdeiros para cargos de governadores provinciais, ele estabeleceu um limite para a patrimonialização do poder. A autonomia muito ampla dos governadores provinciais foi suprimida em favor de um sistema mais centralizado, que fortaleceu a autoridade do rei. Ademais, o tamanho das províncias foi reduzido, o que melhorou a administração e ofereceu uma plataforma mais restrita a qualquer pretendente em potencial ao trono (MCCAULEY, 2002).

Para Abdul, no entanto, era necessário manter intacta a impenetrabilidade afegã, por isso, os meios de transporte e comunicação modernos eram tidos como inimigos da segurança. Isso culminaria em severos custos econômicos e prejudicaria o desenvolvimento do país, deixando-o dependente da ajuda externa e, conseqüentemente, à mercê de seus interesses. A oferta constante de armas e dinheiro provenientes da Grã-Bretanha, em contrapartida, permitia que Abdul não necessitasse recorrer ao apoio das lideranças étnicas e tribais para sustentar sua permanência no poder. Pelo contrário, sua estratégia consistiu justamente em tentar

³ Um modo de governo baseado em laços e intercâmbios políticos informais, no qual o chefe de Estado e seus agentes exercem seu poder através de demandas pessoais e incentivos materiais. Para o sociólogo alemão Max Weber, no caso dos Estados africanos, por exemplo, enquanto “patrimonialismo” se refere a uma forma tradicional de governo, o termo “neopatrimonialismo” pretende significar que, após a imposição do Estado colonial, os sistemas políticos não podem mais ser tratados como puramente tradicionais. A razão para isso é que os modos patrimoniais de conduzir a política foram enxertados nas armadilhas do Estado moderno, incluindo partidos políticos, legislaturas e judiciários. No processo, tanto as estruturas patrimoniais quanto as institucionais formais foram transformadas. Por um lado, instituições como as legislaturas não tiveram o desempenho esperado porque se conformavam a uma lógica patrimonial, e não a uma lógica racional-legal. Por outro lado, a fusão das formas tradicionais de autoridade com as estruturas políticas centralizadas do domínio colonial muitas vezes serviu para fortalecer a posição dos líderes tradicionais, ou chefes, sobre suas comunidades. Erdmann e Engel (2006) argumentam que o neopatrimonialismo não é um conceito pronto. Em uma das visões, o uso de recursos estatais pelas elites a fim de comprar a lealdade entre o público seria corrupção (CHEESEMAN, BERTRAND & HUSAINI, 2019; MAYHEW 2015).

fragmentar ainda mais tais lideranças, bem como manipular suas rivalidades e evitar o surgimento de líderes tribais fortes o suficiente para derrubá-lo. Sob Abdul Rahman Khan, o fechamento das fronteiras, apesar de seus efeitos desastrosos sobre a economia e a cultura, não constituíram uma barreira à importação controlada de tecnologias militares. Na década de 1940, o Estado recorreu a técnicos britânicos, mas a grande virada, por sua vez, aconteceria em 1955 com os acordos de cooperação entre o Afeganistão e a União Soviética (MCCAULEY, 2002; RUBIN, 2002; DORRONSORO, 2005).

A partir de 1922, dois exemplos ilustram a lenta transição para uma institucionalização do poder. O primeiro consiste no tesouro real e a distinção feita entre as despesas pessoais do rei e as do Estado, concluindo a transição para um sistema institucional, cuja Constituição foi adotada em 1923. O segundo exemplo se deu apenas em 1964, onde a Constituição previa um parlamento eleito e determinava que os membros da família real não pudessem mais ocupar o cargo ministerial; deste modo, o recrutamento de administradores reforçou a autonomia estatal.

Assim, o Estado estabeleceu para si um grupo de partidários leais, estruturalmente ligado aos seus interesses, e divorciado das lealdades tribais. Esse sistema de recrutamento foi complementado pelo sistema educacional, cuja função era educar as elites administrativas para o Estado, tarefa que seria progressivamente assumida pelas universidades a partir da década de 1950. Em uma extensão ainda maior que a administração civil, o exército se fez uma prioridade de investimento para o Estado afegão, realizado em resposta ao estímulo das revoltas tribais, pontuando o impulso estatal em direção à centralização. O investimento militar foi, portanto, justificado por considerações imediatas de segurança, sobretudo durante o período voltado à modernização sob o governo de Amanullah.

É relevante destacar, no entanto, que apesar dos esforços o desenvolvimento das instituições de Estado no Afeganistão nunca resultou, de fato, em um sistema totalmente coerente, nem no abandono das práticas patrimoniais. Mesmo após a década de 1950, quando o Estado afegão enfatizaria seu caráter institucional, ainda assim o poder permaneceria em grande parte como uma prerrogativa pessoal do rei e da classe governante, cuja política de herança de poder ilustra o baixo nível permanente do processo de institucionalização estatal. Isto, inevitavelmente, impactaria em todos os demais âmbitos relacionados à coesão e centralização, formando um precário pano de fundo para a revolução que viria posteriormente.

2.3 O PAPEL DAS GRANDES POTÊNCIAS E O IMPERIALISMO NA ÁSIA CENTRAL: A POLÍTICA DO GRANDE JOGO

Em qualquer explicação a respeito do processo de sociogênese do Estado afegão, ao menos a partir do final do século XIX, deve-se levar em conta o papel desempenhado pelas potências imperiais, Grã-Bretanha e Rússia, as quais definiram as fronteiras do Afeganistão e estiveram presentes em momentos críticos da formação do Estado, ainda que de formas diferentes. O Grande Jogo, como foi chamado no contexto geopolítico do século XIX, foi disputado pelo poder imperial britânico, que se expandiu para o norte, a partir do subcontinente indiano, e pelo poder imperial russo, que avançou para o sul através da Ásia Central. O Império Britânico dominou os mares, mas a “Joia da Coroa” – a Índia – era mais vulnerável às rotas de invasão históricas pelo Noroeste. Justamente entre essas rotas estava o Afeganistão (GUPTA, 1986). Do ponto de vista britânico, a expansão do Império Russo pela Ásia Central poderia ameaçar significativamente a influência britânica na Índia, sendo o Afeganistão uma ponte para uma possível invasão russa na região. Em 1836, o Império Britânico anexou a província de Peshawar, cidade do Paquistão, localizada ao sul do Afeganistão; essa região era povoada pela etnia Pashtun, além de ser uma fonte de riquezas para os reis Durrani, permitindo que eles governassem sem se indispor com líderes de outras tribos (GUPTA, 1986; DORRONSORO, 2005; TANNER, 2002).

Temerosos de perder o controle sobre o território afegão, em 1839 o Império Britânico decidiu invadir o Afeganistão, no que seria conhecida como a Primeira Guerra Anglo-Afegã, tentando impor um regime fantoche sob o governo de Shuja Shah, neto de Ahmad Shah. O regime não durou muito e, em novembro de 1841, Akbar Khan, filho de Dost Mohammad – o qual havia assumido o poder em 1826, mas se entregou ao Império Britânico durante a invasão – liderou uma revolta bem sucedida contra Shuja Shah. O episódio tornou-se uma derrota significativa para os britânicos, os quais se retiraram em 1842 sob os ataques de milhares de afegãos pelas ruas de Cabul, forçando a guarnição britânica a abandonar a cidade. Dost Mohammad foi libertado em seguida, recuperando seu posto no trono (RUBIN, 2002).

As relações entre o Afeganistão e os britânicos continuaram relativamente instáveis até 1855, quando Dost Mohammad conduziu um acordo de paz com o Governador-Geral da Índia. Após seu retorno, Dost Mohammad ficou no poder até 1863, data de sua morte, sendo o primeiro líder afegão a ter contato com as instituições do Estado moderno, tendo em vista o seu exílio nas Índias britânicas. Isso transformou a modernização do Afeganistão em um de seus objetivos, sobretudo a fim de lutar pela independência do país.

Após sua morte, houve uma árdua disputa de poder por parte de seus filhos, o que levou o Afeganistão a uma guerra civil que só seria controlada por Sher Ali, seu terceiro filho e sucessor, em 1868. Sher Ali suscitou a inimizade britânica ao adotar uma política bastante amigável com o Império Russo, em 1878, rejeitando o segundo ultimato e culminando em uma nova invasão por parte das forças anglo-indianas, em novembro do mesmo ano, no que seria a Segunda Guerra Anglo-Afegã. Cabul foi ocupada em outubro de 1879 e Abdul al-Rahman Khan, neto de Dost Mohammad, foi colocado no trono afegão. A guerra só terminou depois que os britânicos atingiram seus objetivos geopolíticos: caberia ao Afeganistão manter sua soberania interna, ficando a cargo do Xá controlar os assuntos domésticos, desde que o controle das relações exteriores do país fosse cedido, em uma espécie de protetorado, além de ser instalada uma embaixada britânica em solo afegão (RUBIN, 2002).

Em 1893, a fim de expandir a fronteira indiana, os britânicos desenharam uma linha arbitrária, dividindo o território Pashtun. A Linha Durand, como foi chamada, empurrava a fronteira indiana mais para dentro do território afegão, e a sua legitimidade seria uma grande fonte de tensão depois da partilha do subcontinente indiano, em 1947 (MCCAULEY, 2002; RUBIN, 2002). A nação afegã foi, assim, delineada pelo choque entre os dois impérios. Mas viver em paz com a Rússia, contudo, já figurava como um dos princípios fundamentais para as relações exteriores do Afeganistão; afinal, foram os britânicos, e não os russos, que queriam anexar o país ao seu império. Na convenção de 1907, que entrou em vigor sem o governante do Afeganistão e que gerou temores de que as duas potências imperiais um dia pudessem dividir o país entre si, o Afeganistão figurou entre o vocabulário das negociações diplomáticas anglo-russas como zona neutra e território neutro. Assim, o Afeganistão manteve certa independência dentro da esfera de influência britânica e a Grã-Bretanha prometeu não interferir em seus assuntos internos ou na integridade de seu território, ainda que controlasse a política externa em uma tentativa de limitar as relações russo-afegãs (GUPTA, 1986).

Deste modo, o Afeganistão só teve sucesso, até certo ponto, em se livrar da esfera de influência britânica após a Primeira Guerra Mundial. O processo começou com a subida de Amanullah ao trono, em 1919, e com sua declaração de que o Afeganistão não seria um país marionete, mas sim um Estado soberano totalmente independente. Sua exigência de que esse *status* fosse formalmente reconhecido pelo governo britânico e pelo vice-rei da Índia foi rejeitada por ambos. Mas o apoio, justamente, viria de forma imediata de um Estado recém-nascido: a União Soviética. Lenin reconheceu o Afeganistão como um Estado independente e soberano e estabeleceu uma comunicação amigável com Amanullah. Em menos de um mês, o Império Britânico declarou, novamente, guerra ao Afeganistão.

A mais curta das três guerras anglo-afegãs não durou mais do que trinta dias. O armistício, assinado em 3 de junho de 1919, levou a um Tratado de Paz em 8 de agosto, mas em nenhum dos dois os britânicos reconheceram formalmente o Afeganistão como um Estado independente. O Afeganistão, no entanto, assinou um Tratado de Amizade com a URSS em 28 de fevereiro de 1921. Lenin, em uma carta a Amanullah, observou que o tratado deu “consolidação formal à amizade e simpatia mútua entre o Afeganistão e a Rússia, que cresceram e se fortaleceram nos últimos dois anos” (GUPTA, 1986). Além disso, destacou que “ambos os países prezam pela independência e pela liberdade para si próprios e para todas as nações do Leste (...), não há, portanto, questões entre o Afeganistão e a Rússia que possam levar a diferenças, ou mesmo lançar uma sombra sobre a amizade russo-afegã.” Após o acordo com a União Soviética, o Afeganistão concluiu tratados com a Turquia, Irã, França e Itália. Por fim, isso finalmente levou à assinatura de um tratado anglo-afegão, no qual a Grã-Bretanha renunciou ao controle das relações exteriores de Cabul, reconhecendo a independência e soberania do Afeganistão como um componente do Sistema Internacional.

3 HISTÓRIA E TRADIÇÃO POLÍTICA: O PERÍODO MONÁRQUICO

A monarquia afegã constituiu um dos períodos mais extensos no país. Os desenvolvimentos mais significativos na história política afegã, no entanto, têm como ponto de partida os desdobramentos ocorridos ao longo do século XX. Em 1929, Amir Amanullah deixou o poder em virtude de uma oposição intensificada no Afeganistão a seu esforço de reforma e modernização, característica notadamente marcante na história afegã. Nem a Grã-Bretanha nem os soviéticos reconheceram um governo de curta duração estabelecido pelo líder rebelde Amir Habibullah. Depois que Habibullah foi deposto, em 15 de outubro de 1929, Nadir Khan tornou-se rei do Afeganistão. Ainda que o país recebesse apoio soviético desde 1924, durante seu governo as relações soviético-afegãs se expandiram. Nadir seguiu uma posição de não intervenção na Ásia Central e se recusou a permitir que o norte do Afeganistão fosse usado para promover atividades antissoviéticas, pan-islâmicas e pan-turcas.

Sob o próximo monarca afegão, Mohammed Zahir Shah, que governou o Afeganistão por quarenta anos, entre 1933 e 1973, as relações entre Cabul e a União Soviética ainda melhorariam consideravelmente. Zahir Shah renovou o Pacto de Assistência Mútua soviético-afegão concluído em 1931 e assinou um novo acordo comercial em 1936. As exportações russas para o Afeganistão tiveram o dobro do volume entre 1928 e 1933; além disso, sob o acordo de assistência mútua renovado, os soviéticos começaram a fornecer tecnologias e especialistas ao Afeganistão a fim de ajudar Cabul a construir uma indústria têxtil. Quando o Afeganistão assinou uma aliança, em julho de 1937, com o Iraque, o Irã e a Turquia, o Pacto de Saadabad, como foi chamado, foi recebido pela União Soviética como uma extensão do sistema de segurança coletiva que Moscou então defendia (DORRONSORO, 2005; MALEY, 2002).

As relações afegãs com a Alemanha também melhoraram na década de 1930 e em outubro de 1936 foi concluído um protocolo, segundo o qual as armas alemãs seriam fornecidas a Cabul. No período pós-Segunda Guerra Mundial, o Afeganistão tentou manter relações equilibradas com Estados Unidos e União Soviética, uma política de relacionamento que foi perseguida entre os anos de 1946 e 1953. Imediatamente ao pós-guerra, no entanto, o monarca afegão passou a vislumbrar as relações com os Estados Unidos como passíveis de proteger a independência afegã, bem como provedora de assistência ao desenvolvimento.

A resposta americana, contudo, foi inicialmente morna. A situação mudou no final dos anos 1940, após a promulgação da Doutrina Truman, que colocou a Turquia e a Grécia sob proteção americana. Os Estados Unidos iniciaram um modesto programa de ajuda ao

Afeganistão, o qual totalizou, entre 1949 e 1979, cerca de US \$500 milhões. Seu impacto, todavia, não foi significativo; não porque a ajuda fosse pequena, e sim porque a taxa de juros era elevada e o empréstimo tinha vencimentos de curto prazo. A ajuda militar foi outra questão. Apesar de seus prodigiosos esforços de assistência à segurança em outros lugares, o governo Truman permaneceu indiferente – de certo modo desdenhou a importância estratégica do Afeganistão em um primeiro momento (GUPTA, 1986).

O Estado sul-asiático com o qual os EUA desejavam estabelecer uma relação político-militar estreita, no entanto, era o Paquistão. O país parecia ser muito mais atraente para os americanos do que o Afeganistão ou mesmo o Irã no final dos anos 1940, sendo visto como a nação-chave que poderia tornar os Estados Unidos uma alavanca importante na estabilidade e segurança para a região do sul da Ásia e do Golfo Pérsico. Em 1954, o governo norte-americano concluiu um tratado militar com o Paquistão, e este último se juntou à cadeia de alianças forjada por Washington para conter a influência soviética. Um ano antes, o rei Zahir Shah havia nomeado seu primo de primeiro grau, Mohammed Daoud Khan para o cargo de Primeiro-Ministro. O ano de 1953 foi também o ano da morte de Stalin; assim, em 1954, a União Soviética já havia entrado em uma nova era na política externa e interna, com Nikita Khrushchev como líder do PCUS. À medida que os britânicos se retiraram do subcontinente indiano e nasceram os dois Estados soberanos bloqueados pelo conflito, Índia e Paquistão, o Afeganistão estabilizou suas relações com a União Soviética. Um acordo de fronteira foi concluído em 1948, seguido por um acordo comercial de quatro anos, em 1950, além da prorrogação do tratado soviético-afegão de 1931.

Os soviéticos passaram a expandir sua ajuda econômica ao Afeganistão, que teve a distinção de se tornar um dos primeiros países do Terceiro Mundo a manter relações diplomáticas amistosas com a URSS no período pós-Stalin. Khrushchev visitou o Afeganistão em dezembro de 1955, logo após sua visita bem-sucedida à Índia, com Nikolai Bulganin, então Primeiro-Ministro soviético. Naquele ano, Daoud convocou uma *Loya Jirgah*⁴ – uma assembleia de líderes tribais –, que aprovou seu conceito de um tratado de segurança com a URSS. Um grande programa de desenvolvimento soviético começou com US\$ 100 milhões de crédito para a construção de estradas, desenvolvimento de indústrias e irrigação, além de um aeroporto moderno em Cabul; isso foi seguido por um crédito de US\$ 80 milhões para

⁴A *Loya Jirgah* foi, em sua origem, uma instituição das tribos, separada do Estado. À medida que o Estado moderno se desenvolveu, no entanto, procurou incorporar tais reuniões. Posteriormente, no contexto do Afeganistão da década de 1980, em contrapartida, nenhuma atividade autônoma estava em ordem: tanto do lado do Estado quanto da oposição, a realização de tal reunião refletia os objetivos e as escolhas pessoais daqueles que detinham o poder (HALLIDAY e TANIN, 1998).

construir uma rodovia da fronteira soviética, através da cidade de Herat, até o centro comercial de Kandahar, perto da fronteira com o Paquistão, no sul.

Este projeto foi financiado por crédito de longo prazo e a juros baixos, os quais os afegãos deveriam reembolsar com as exportações de seus produtos agrícolas que, na época, consistiam em grãos, frutas, nozes e algodão. Os soviéticos também concederam créditos, mais uma vez a longo prazo e a juros baixos, bem como ajuda técnica para explorar as reservas de petróleo perto de Sherghan, no noroeste do Afeganistão, ao sul da fronteira russa, a fim de desenvolver as ricas reservas de gás natural do país, e minerais como ferro, cobre, chumbo e carvão. À medida que as relações econômicas e comerciais abrangentes e de grande porte floresciam e o Afeganistão começava a figurar nos escritos acadêmicos soviéticos como um modelo de relação entre dois países com sistemas sociais e políticos diferentes, os soviéticos aprovaram a primeira entrega de armas russas e da Europa Oriental a Cabul. Em um longo período de 25 anos o Afeganistão recebeu da União Soviética o montante de US \$2,5 bilhões em ajuda econômica e militar. Ademais, os soviéticos treinaram 6.000 estudantes universitários afegãos e 4.000 soldados de patente oficial.

Na primeira década de Daoud como Primeiro-Ministro, entre 1953 e 1963, uma contradição fundamental atravessou a economia política do Afeganistão. A infraestrutura econômica desenvolveu-se consideravelmente, mas foi incomparável com o desenvolvimento político. O rei Zahir Shah havia tentado, no final dos anos 1940 e no início dos anos 1950, introduzir eleições no Afeganistão. Deste modo, um Parlamento liberal foi formado em 1952 por meio de eleições relativamente livres, e o resultado foi a eleição de quinze candidatos esquerdistas em uma Câmara de 120 assentos. Temendo um ataque iminente ao *status quo*, Zahir Shah suprimiu o Parlamento liberal antes da segunda eleição, esmagou os jornais de oposição e prendeu líderes esquerdistas. O “fermento” criado pelo Parlamento liberal, no entanto, persistiu. Daoud chegou ao poder em 1953 e em uma década construiu uma estreita relação política, econômica e militar com a União Soviética, cuja influência agora era sentida na juventude urbana instruída e no corpo de oficiais do exército. Seu amplo programa de reformas proposto ao rei, no entanto, não foi bem recebido, o que culminou em sua dispensa do cargo (DORRONSORO, 2005; GUPTA, 1986).

O rei Zahir Shah, então, nomeou Mohammed Yusef como Primeiro-Ministro, mas decidiu assumir pessoalmente o comando do Estado. Embora tenha dispensado Daoud, algumas das sugestões do ex-Primeiro-Ministro pareciam verificáveis na prática, o que encaminhava o país para o estabelecimento de uma monarquia constitucional. Uma *Loya Jirgah* parcialmente eleita e parcialmente nomeada foi convocada para aprovar uma

constituição, que o rei promulgou em outubro de 1964. Duas eleições foram realizadas sob essa constituição, em 1965 e em 1969; a terceira, marcada para agosto/setembro de 1973, nunca foi realizada. Várias disposições vitais da constituição também nunca foram implementadas; por exemplo, os partidos políticos foram proibidos e os conselhos provinciais e municipais não foram criados. No entanto, a Lei de Imprensa de 1965 abriu caminho para uma vida política relativamente viável. Isso se manifestou no aparecimento de vários jornais de esquerda e, mais significativamente, na fundação, em 1965, do Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA), o primeiro partido marxista do Afeganistão.

Previsivelmente, a família governante e os mulás presentes no país manifestaram seu alarmismo. Vinte membros da câmara alta do Parlamento afegão pediram uma investigação oficial das atividades do partido recém-criado. O órgão do partido declarou que não se opunha aos princípios do Islã e reconhecia que o Afeganistão, “em seu atual estado de desenvolvimento”, precisava da monarquia. No entanto, o PDPA continuou a defender as reformas agrárias e a nacionalização de certos tipos de propriedades e negócios, sendo considerado pela monarquia como uma violação dos fundamentos do Islã (GUPTA, 1986).

Na última década da monarquia afegã, os Estados Unidos ainda não consideravam o país como detentor de grande importância. Robert G. Neumann, embaixador dos EUA no Afeganistão de 1966 a 1973, registrou que John Foster Dulles recusou pedidos de ajuda militar afegã devido à ‘localização e comunicação deficiente’ do Afeganistão, o que exigiria que os EUA realizassem um enorme esforço logístico, arriscando uma escalada da Guerra Fria com a União Soviética. Neumann, na revisão política preparada para o Departamento de Estado norte-americano, em junho de 1971, mencionou que, para os Estados Unidos, o Afeganistão tinha, no momento, um interesse direto limitado; não era um parceiro comercial importante; não consistia em uma rota de acesso para o comércio dos Estados Unidos com outros países, tampouco era uma fonte expressiva de petróleo ou de metais estratégicos escassos; também não havia laços de tratados ou compromissos de defesa, não sendo fornecidas pelo Afeganistão quaisquer bases de inteligência ou instalações científicas significativas. No entanto, reconhecia-se a importância da localização estratégica afegã entre a Ásia Central e o subcontinente indiano. Irônica e subitamente, a lógica norte-americana seria transformada poucos anos adiante, mais especificamente no final dos anos 1970, com a ascensão do PDPA ao poder (GUPTA, 1986).

3.1 CONSTRUINDO UMA ELITE INTELECTUAL: A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Os estudos mais recentes das revoluções lidam tanto com os Estados e estruturas quanto com os revolucionários e suas ideologias, em contraste com uma escola mais antiga de pensamento, que buscava suas origens no acúmulo de queixas individuais. Esta última abordagem inspirou muitos estudos de “contra-elites” revolucionárias, comparando-as em particular com as elites dominantes. A nova importância dada aos fatores estruturais para a gênese, o sucesso ou o fracasso das revoluções não torna esses estudos mais antigos irrelevantes, mas deve mudar a forma como entendemos seus resultados. Os revolucionários, argumentou Theda Skocpol (1979), são acima de tudo pretensos construtores do Estado, e suas origens mostram isso. Na França, Rússia e China, eles “precipitaram-se das fileiras de grupos relativamente mais educados, orientados para atividades ou empregos estatais, e entre aqueles que eram um tanto quanto marginais às classes estabelecidas e às elites governantes sob os Antigos Regimes.” Estudos de muitos outros países também apontam para o fato de que os líderes revolucionários combinam um nível alto de educação com um *status* social modesto que impede sua ascensão ao poder sob o regime predominante, a exemplo dos estudantes, professores, sindicalistas e funcionários públicos afegãos. Os revolucionários também são mais propensos a ter uma orientação cosmopolita ou internacional que os inclina a criticar suas próprias sociedades (SKOCPOL, 1985; RUBIN, 1992).

Neste contexto, a elite do antigo regime afegão era definida, então, por todos aqueles que serviram como chefes de Estado, ministros, governadores e membros da suprema corte durante o governo da família Musahiban. Essa elite tinha um núcleo, composto pelo chefe de Estado, o Primeiro-Ministro e os ministros das Relações Exteriores, Defesa e Interior (RUBIN, 1992). Já em meados da década de 1950, o sistema escolar se expandiu com uma ampla ajuda externa, sobretudo soviética. O governo estabeleceu escolas primárias em algumas aldeias e centros distritais, escolas secundárias em muitos centros provinciais e internatos secundários em Cabul para alguns graduados das escolas primárias provinciais. Vários internatos secundários, incluindo o colégio militar ligado à Academia Militar de Cabul, recrutavam principalmente alunos de filhos de notáveis rurais; a instrução era em pashto e não no persa, como era usado nas escolas de elite. Nos últimos oito anos do governo de Daoud (1955-1963), no entanto, o número de alunos de escolas primárias e secundárias quase triplicou, e o número de alunos pós-secundários (principalmente na Universidade de Cabul) aumentou mais de quatro vezes. Já no período de liberalização política, fase da “Nova

Democracia” (1963-1973), o número de alunos do ensino fundamental dobrou e os alunos do ensino médio aumentaram mais de seis vezes, crescendo em média um quinto por ano.

Assim, a partir da década de 1960 a história afegã passa a ser marcada pelo surgimento de diversos partidos políticos, desde os monarquistas até os de esquerda e direita radicais. Eles desempenharam um papel importante na dinâmica social, cultural e política da época e, sobretudo, no futuro do país, representando um dos desenvolvimentos mais significativos durante a Década Constitucional (1964-1973). O surgimento e as atividades dessas organizações eram novos no Afeganistão e as pessoas, especialmente a geração mais jovem, nutriam poucas memórias das atividades políticas do primeiro Movimento Constitucional (1906-29) ou do Parlamento Liberal (1949-52). Em ambos os períodos, os partidos políticos foram duramente reprimidos e os líderes partidários presos ou executados. De fato, até a Década Constitucional o simples ato de falar em partidos políticos era considerado um tabu e podia incorrer em penas muito severas.

No entanto, durante o Parlamento Liberal, os jovens membros do gabinete, como Mohammed Daoud e Majid Zabuli, ficaram impressionados com a possibilidade da existência de partidos políticos, sobretudo pensando que poderiam usá-los para fins próprios que os beneficiassem. Ambos fundaram, então, o *Hezbe Demokrat-e Melli* (Partido Democrático Nacional – também conhecido como *Klup-e Melli* ou Clube Nacional), em 1949. O aparecimento e desaparecimento do *Hezbe Demokrat-e Melli* mostrou à classe dominante, incluindo o monarca, que eles deveriam considerar a criação de seu próprio partido político no futuro (DORRONSORO, 2005; BEZHAN, 2013).

Deste modo, a emergência de partidos políticos durante a Década Constitucional, diferentes em termos de plataforma, ideologia e organização dos de períodos anteriores, constituiu um marco de desenvolvimento para o Afeganistão. Os novos partidos, que se baseavam principalmente em seus homólogos internacionais, criticavam abertamente o governo e o monarca e defendiam diversos sistemas governamentais. Os partidos de esquerda, por exemplo, propuseram um governo socialista, enquanto os partidos islâmicos queriam um governo islâmico estrito. Eles se utilizaram dos mais variados meios a fim de promover suas ideologias, além de mobilizarem publicamente vários grupos sociais, incluindo estudantes, trabalhadores e mulheres, além de concorreram ao Parlamento para usá-lo como um fórum político.

Antes da introdução da nova Constituição foi compilado um Projeto de Lei dos Partidos Políticos, o qual, entretanto, nunca foi sancionado pelo monarca Zahir Shah. De acordo com

Samad Hamed, membro do Comitê Constitucional e mais tarde vice-Primeiro-Ministro, o projeto de lei deveria ser aprovado durante o governo interino (1963-1965) e a eleição parlamentar de 1965 deveria ter se baseado nele; contudo, o governo mudou de ideia, deixando-o para depois da eleição. Embora o projeto de lei tenha sido aprovado pelas duas casas do Parlamento em 1970, após muitas mudanças e emendas, o monarca ainda assim não o assinou. A falta de uma lei, entretanto, não impediu o pleno estabelecimento dos partidos, sendo suas atividades políticas permitidas pela nova Constituição, como consta na base do sistema partidário afegão, citada pelo Artigo 32:

Os cidadãos afegãos têm o direito de formar partidos políticos, de acordo com os termos da lei, desde que: (1) Os objetivos e atividades do partido e as ideias em que se baseia a organização não sejam contrários aos valores incorporados nesta Constituição. (2) A organização e os recursos financeiros do partido sejam abertos. Um partido formado de acordo com a disposição da lei não pode ser dissolvido sem o devido processo legal e a ordem do Supremo Tribunal. (BEZHAN, 2013; p. 923, tradução nossa.)

Zahir Shah temia, principalmente, o surgimento de partidos islâmicos e de esquerda e era contra a aprovação do projeto porque achava que os moderados e democráticos – como a juventude afegã – não estavam prontos para formar um partido político unido, enquanto os esquerdistas e marxistas já haviam se organizado. De acordo com Louis Dupree (1973), alguns dos conselheiros mais próximos do rei insistiam que a legalização dos partidos políticos permitiria que os anti-monarquistas ganhassem força; outros observadores sustentam que isso refletia o medo do monarca de que os partidos se formassem principalmente ao longo de linhas étnicas e, assim, adicionassem um novo elemento de divisão a uma situação já fragmentada. Aparentemente, esse medo era compartilhado por muitos no governo, como observa Weinbaum (1994), havia um receio persistente nos círculos governamentais de que a liberdade de organizar partidos políticos beneficiaria mais os grupos extremistas do país, oferecendo-lhes respeitabilidade e oportunidade irrestrita de proselitismo (DUPREE, 1973a).

Os receios de Zahir Shah, contudo, encontravam poucos reflexos na realidade afegã. Tendo em vista a situação sociopolítica e as condições culturais do Afeganistão na época, nenhum partido poderia ter se tornado uma força política dominante, quiçá ser capaz de obter a maioria dos assentos no Parlamento e, assim, controlar a legislatura. A maioria dos círculos eleitorais estava localizada nas áreas rurais, onde os partidos políticos não tinham base de poder e os meios para sua presença não se sustentavam. Além disso, não houve a percepção de que os partidos surgiriam em linhas étnicas. Quase todos eles eram multiétnicos e enfatizavam

direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos, independentemente de sua etnia. Foi somente na década de 1980 e, especialmente, na década de 1990 que os partidos políticos se dividiram de acordo com suas linhas étnicas.

Soma-se a isso, ainda, a busca dos partidos por mudanças e reformas substanciais, os quais se opunham aos objetivos monárquicos. Com o surgimento dos partidos políticos formais, o governo, o monarca e o Executivo não poderiam mais ignorar os apelos para tais medidas. A estrutura política existente permitia ao monarca nomear o Primeiro-Ministro, um meio pelo qual ele exercia poder sobre o Executivo; assim, com a assinatura do Projeto de Lei dos Partidos Políticos e sua estruturação formal, Zahir Shah perderia a influência e grande parte de seu poder sobre o governo.

Embora mantivesse um controle firme sobre o Exército e um relacionamento muito próximo com os chefes tribais – as duas instituições mais poderosas que poderiam desafiar seu poder – o rei não desejava o surgimento de outro grupo organizado que também pudesse desafiar seu governo. De acordo com Dupree (1973), Zahir Shah “limitou a eficácia das partes fora das áreas urbanas e sua capacidade de atrair e manter seguidores ao longo do tempo, minimizando, assim, sua influência na política do governo.” O que se tem a longo prazo por não assinar o projeto de lei, no entanto, é um efeito desastroso para o próprio governo, pois, paradoxalmente, isso perturbaria a ordem política no Afeganistão.

Embora não existissem partidos oficiais, na prática não havia nenhum obstáculo ao seu surgimento. Devido à falta de legislação formal, os partidos nomenclaturavam-se por *Jamiat* ou *Sazman* – associação ou organização –, o que concretamente teve pouco impacto em suas atividades. A radicalização dos partidos foi um dos maiores resultados da não assinatura do Projeto de Lei, tendo em vista a falta de incentivo para que trabalhassem e operassem dentro de limites pré-estabelecidos ou que moderassem sua competição. O *Hezb-i Demokratik-i Khalq-i Afghanistan* (Partido Democrático do Povo Afegão, ou PDPA), por exemplo, surgiu inicialmente como um partido social-democrata, com tendências ao socialismo e endossando a democracia parlamentar. Seu nome era, originalmente, Associação dos Democratas; no entanto, o surgimento da *Sazman-e Jawanan-e Motaraqi* (Organização da Juventude Progressista, ou PYO – do inglês *Progressist Youth Organization*), no final de 1965, obrigou-o a mudar de nome para competir. A PYO era uma organização maoísta, que devido à sua “abordagem radical” foi designada como um movimento de ultraesquerda. Para provar qual partido era a verdadeira esquerda, ambos competiam em questões ideológicas, cada um acusando o outro de revisionismo, o que se intensificaria com o surgimento do partido islamista *Jawanan-e Mosalman* (Juventude Muçulmana), em 1968.

Originalmente, a Juventude Muçulmana surgiu no papel de um “grupo reacionário”, como apontavam os grupos de esquerda no campus da Universidade de Cabul. Os grupos muçulmanos e de esquerda entraram em confronto ideológico quando a Juventude Muçulmana se tornou parte do esforço global para o estabelecimento de um Estado islâmico. Aos olhos de alguns observadores, essa não ratificação do Projeto de Lei dos Partidos Políticos foi a falha mais significativa do período e o maior erro cometido por Zahir Shah. Ao passo que, para o governo, a não ratificação impediu que os partidos concorressem formalmente com o governo como instituição na estrutura de poder, além de também promover uma cultura ambígua de recrutamento e funcionamento.

Assim, tanto a esquerda quanto os partidos islâmicos começaram a trabalhar secretamente entre as Forças Armadas, inclusive o PDPA. Entre os quatro partidos antigovernistas, o Partido Democrático do Povo Afegão teve um impacto considerável na dinâmica política, tanto na época quanto no futuro. Fundado em 1º de janeiro de 1965, logo após a ratificação da nova Constituição, o PDPA foi o único partido a ter data de fundação, dirigentes, congresso, delegados e agenda claramente registrados. A fundação do partido levou um tempo considerável, desde o estabelecimento de um Comitê Provisório, em 1963, até a organização de seu primeiro congresso, em 1º de janeiro de 1965, na residência de Nur Muhammad Taraki. A plataforma inicial do partido, publicada em abril de 1966, afirmou:

O estabelecimento de um governo nacional democrático como objetivo estratégico e como arma para resolver a contradição básica [entre os interesses das várias classes sociais] abre um futuro brilhante e expansivo para a nação do Afeganistão, que é economicamente atrasada. O pilar político do governo democrático nacional do Afeganistão consiste na frente nacional unida, que representa todas as forças progressistas, democráticas e nacionalistas. Ou seja, trabalhadores, agricultores e progressistas esclarecidos, artesãos, pequena burguesia e capitalistas nacionais que travam uma luta nacional dramática para alcançar a independência nacional, popularizar a democracia na vida social e completar a luta contra o imperialismo e o feudalismo (ARNOLD, 1983; p. 139).

Eleições relativamente livres foram realizadas entre 1965 e 1969 e até 1973 uma série de intelectuais ocupou o cargo de Primeiro-Ministro. O PDPA conseguiu publicar dois jornais durante a Década Constitucional, apoiou a democracia parlamentar e colocou quatro deputados no Parlamento nas eleições de 1965. De fato, o PDPA foi o partido que mais utilizou o Parlamento como fórum político durante o período, aproveitando todas as oportunidades para divulgar seus pontos de vista. Em 1967, no entanto, o partido se dividiu em duas facções, conhecidas como Khalq e Parcham, após suas publicações, a primeira sob

Taraki e a segunda sob Karmal. Embora ambas tivessem o mesmo nome, PDPA, e seguissem a mesma ideologia, diferiam no método de luta, na base de poder social da maioria dos membros e na personalidade de seus líderes. Na realidade, funcionavam inteiramente como partidos políticos independentes. O Khalq estava enraizado principalmente no Afeganistão rural, acreditava na revolução e no estabelecimento de uma sociedade socialista e estava comprometido com o marxismo estrito. Em contraste, os membros majoritários do Parcham, incluindo sua liderança, vieram da *intelligentsia* urbana; eles enfatizaram um processo gradual e evolutivo, além de apoiarem a monarquia constitucional por um período. Desde a sua criação em 1967, o Parcham seguiu uma via de atividade política predominantemente parlamentar. Sua liderança explorou questões nacionalistas a fim de melhorar suas relações públicas e aumentar seus seguidores (DUPREE, 1973).

Os juristas responsáveis pela redação da nova Constituição se orgulharam de suas dimensões progressistas e os interessados em política desfrutaram de mais liberdade do que nunca. No entanto, a nova ordem não conseguiu garantir legitimidade por motivos legais-rationais. A política, na ausência de partidos formalizados, mostrou-se desordenada e ineficiente; mais seriamente, a burocracia afegã mostrou-se disfuncional. Além disso, os funcionários públicos afegãos eram mal pagos, sendo a corrupção e o peculato fatos aceitos da vida burocrática cotidiana. Problemas semelhantes existiam no que se refere aos campos e zonas distantes da capital, uma vez que o governo se deparava com estruturas políticas nativas, onde seus próprios agentes não eram bem respeitados. Os problemas de corrupção financeira foram agravados pelo nepotismo generalizado, que viu as relações patrão-cliente sobrepujarem a competência e a dedicação como caminhos para o avanço. Nas Forças Armadas isso teve consequências mortais, já que os jovens Pashtuns que não ocupavam cargos de elite no corpo de oficiais encontraram seu caminho para as missões de promoção hierárquica bloqueado pelo antigo círculo interno de Pashtuns próximos à família real (MALEY, 2002).

Quantos aos atores políticos no Afeganistão nas últimas três décadas, os principais foram originalmente associados a um dos partidos que surgiram durante a Década Constitucional. A sua formação e suas perspectivas ideológicas forneceram uma visão mais ampla da estrutura sociopolítica do Afeganistão na época, onde os principais partidos propagaram ideologias como o marxismo, ou pautadas no islamismo, enquanto os nacionalistas eram os mais fracos. De fato, dificilmente houve um partido político sólido baseado no nacionalismo afegão neste período. Isso se deveu, em grande medida, à própria natureza do Afeganistão como uma sociedade tribal e rural, altamente fragmentada ao longo

de linhas étnicas. Ainda em estágio embrionário de construção do Estado moderno, o nacionalismo afegão necessitava encontrar seu caminho no pensamento político, não apenas do povo em geral, mas dos ativistas políticos em particular. Além disso, o poder expressivo das tribos tinha capacidade suficiente para derrubar um governante ou até mesmo mudar uma dinastia, onde certamente não tolerariam um não-Pashtun como chefe de Estado.

Apesar das alegações de alguns dos partidos, o nacionalismo era amplamente invisível na política afegã. A população, especialmente a parcela da classe educada que almejava mudanças, não desejava se parecer pró-monarquia, tendo em vista que a maioria considerava a monarquia a causa do atraso do país. Alguns até acreditavam que o monarca e a família real estavam deliberadamente mantendo o Afeganistão como uma sociedade atrasada para que pudessem governar com poucos problemas: se a camada pobre se tornasse mais rica e mais letrada, poderiam exigir mais direitos. Deste modo, o nacionalismo acabava por não atrair a classe instruída, fazendo com que os ativistas políticos tivessem que buscar ideias alternativas, como o islamismo ou o socialismo, que prometiam um rápido desenvolvimento social e econômico, como foi o caso do partido monarquista *Jamiat-e Demokrat-e Motaraqi* (Partido Democrático Progressista), que incluiu aspectos do Islã e do socialismo em sua plataforma. Consideravam o Islã como a espinha dorsal de sua visão, a monarquia constitucional como garantidora da soberania nacional, a democracia como caminho para o desenvolvimento, o nacionalismo como o reflexo da face histórica do país e o socialismo como objetivo, ou seja, a fim de construir uma sociedade florescente em prol do interesse comum (DUPREE, 1973; ARNOLD, 1983; BEZHAN, 2013).

Na ausência de um projeto de lei para permitir a fundação de partidos políticos (em sua maioria antigovernamentais), questiona-se por que o governo não os proibiu completamente – e, na verdade, tentou. No entanto, embora tenha banido suas publicações uma após a outra e inclusive prendido a maioria de seus líderes, não conseguiu encerrar completamente suas operações. Contudo, ao não ratificar o Projeto de Lei em um estágio inicial, o governo perdeu a oportunidade de regular suas atividades e colocá-los sob algum tipo de controle. Uma vez surgidos, bani-los apenas exacerbaria a situação, visto que passariam à clandestinidade, onde poderiam causar ainda mais problemas para o governo, como de fato alguns deles fizeram durante a República de Daoud, entre 1973 e 1978. Bani-los, ainda, poderia significar o fim do regime constitucional monárquico, o que fazia com que o poder Executivo temesse o retorno ao antigo método de governo e, conseqüentemente, da Família Real ao poder no Afeganistão (BEZHAN, 2013).

Tabela 1: Partidos Políticos no Afeganistão antes de 1978

Nome	Ano de formação	Adesão	Ideologia	Líderes
<i>Hezb-i Demokratik-i Khalq-i Afghaniestan</i> (Partido Democrático do Povo do Afeganistão)	1965 (dividido em Khalq e Parcham em 1967)	Zona urbana (Falantes de persa para o Parcham, etnia Pashtun para o Khalq)	Marxista	Nur Muhammad Taraki e Babrak Karmal
<i>Sazman-e Jawanan-e Motaraqi</i> (Organização da Juventude Progressista)	1965	Zona urbana (Cabul, Herat, Mazar-i Sharif) Xiitas, Hazaras	Esquerda maoísta	Osman Landay, Família Mahmudi e Akram Yari
<i>Wahdat-e Melli</i> (Unidade Nacional)	1965	Latifundiários e conservadores do campo	Monarquista	Khalilullah Khalili
<i>Afghan Sosyal Demokrat</i> (Partido Social Democrata Afegão)	1966	Zona urbana (Universitários de Cabul)	Nacionalista e social-democrata	Ghulam Muhammad Farhad
<i>Jamiat-e Demokrat-e Motaraqi</i> (Partido Democrático Progressista)	1966	Elites urbanas	Monarquista Nacionalista	Hashim Maiwandwal
<i>Sazman-e Jawanan-e Mosalman</i> (Organização da Juventude Muçulmana)	1968	Zona urbana (Universitários de Cabul)	Islâmica (defendia um Estado islâmico)	Abdul Rahim Niazi

Fonte: elaboração própria, baseado em dados disponíveis em Dorronsoro (2005) e Bezhan (2013).

O receio de Zahir Shah de que surgisse uma oposição organizada e legítima e de perder sua autoridade e poder, somado à sua incapacidade de tomar decisões e à influência de membros de sua família, fez com que ele decidisse não sancionar o projeto. Diante de tamanha incerteza na direção política afegã, a maioria dos elementos pró-governo optou por não fundar partidos, ou decidiu esperar para ver. A longa bagagem história de asfixia política no país, o analfabetismo generalizado e a enraizada sociedade tribal não proporcionaram

muitas oportunidades para o surgimento de fortes partidos nacionalistas ou monárquicos, onde aqueles que foram fundados com essa tendência encontraram pouco apoio entre a classe educada e, portanto, logo desapareceram. Em vez disso, o cenário político evidenciou, sobretudo, os partidos antigovernistas, tanto os de esquerda quanto os de direita, sendo os que mais recrutaram apoiadores.

Deste modo, o Partido Democrático do Povo Afegão, esquerdista e marxista, a Juventude Muçulmana, a Irmandade Islâmica e pró-muçulmana e a Organização da Juventude Progressista Maoísta não apenas dominaram grande parte da retórica política do período. Eles realizaram um grande número de manifestações, publicaram e comunicaram suas opiniões através de seus jornais e panfletos, e recrutaram membros de diferentes grupos sociais, o que os transformou em atores expressivos na época e com papel significativo nos contornos políticos futuros do país (BEZHAN, 2013; DORRONSORO, 2005; RUNION, 2007).

3.2 DE DAOUD E A “NOVA DEMOCRACIA” À REPÚBLICA DE 1973

Desde a década de 1950 a realidade do Afeganistão como um componente do sistema internacional já era largamente aceita, bem como a sua dependência de Moscou no que se refere à obtenção de recursos. Em 1953, os impostos sobre a terra e a pecuária representavam apenas 14% da receita interna do governo; em contraste, 39% vinham de impostos sobre o comércio exterior, e mais 10% de vendas de ativos (MALEY, 2002). A década seguinte, durante a qual Mohammed Daoud serviria como Primeiro Ministro viu uma mudança ainda mais dramática, em grande parte como resultado do cortejo de Daoud a apoiadores externos. Com isso, o Estado afegão tornou-se um Estado fraco e rentista, além de fortemente dependente da ajuda estrangeira e das vendas de gás natural que fazia à URSS. Ao contrário dos demais Estados petrolíferos, contudo, o Afeganistão não controlava seu próprio volume de vendas, muito menos a ajuda recebida. Em contrapartida, também foi a ajuda externa que possibilitou a consolidação de um Exército moderno, além de financiar o mínimo desenvolvimento interno do país no que concerne à educação, saúde, indústria e infraestrutura, proporcionando ao Estado a capacidade de investir em políticas de desenvolvimento (RUBIN, 2002).

Na década de 1960 a ajuda externa financiava inteiramente 49% dos gastos estatais, com a receita doméstica cobrindo apenas 38%. As implicações dessa mudança na base fiscal do Estado foram consideráveis. Daoud permaneceu no cargo de Primeiro Ministro até 1964, quando Zahir Shah optou por uma forma de governo mais representativa, a fim de convencer

o povo e as forças políticas de sua legitimidade. A remoção de Daoud inaugurou no Afeganistão o período chamado de “Nova Democracia”, que começou com a elaboração de uma nova constituição afegã, a qual previa instituições com um forte teor democrático. Uma câmara baixa foi eleita e estava no centro de sua tentativa de instalar um novo sistema de governo, sobretudo excluindo a família real do poder Executivo. O governo visava um Estado mais independente dos poderes vinculados às tribos, à zona rural ou ao Islã; contudo, a vida política existia, de fato, apenas em algumas cidades, sobretudo concentrada na classe média intelectual, o que acabou criando novos vínculos de lealdade e dependência, ainda que as tribos estivessem distanciadas da administração política (RUBIN, 2002).

Essas fraquezas chegaram ao auge em 1972. O Afeganistão foi atingido pela fome, o que evidenciou ainda mais as inadequações do regime. Excluído anteriormente do poder pelo primo Zahir Shah, que seria exilado na Itália, Daoud encabeçou um golpe de Estado em julho 1973, anunciando a República como o novo regime político afegão e se autoproclamando presidente. O regime republicano de Daoud enfrentou problemas significativos desde o início, visto que seu golpe havia comprometido a legitimidade do Estado em maior medida do que inicialmente era aparente. Para os afegãos comuns, para quem os governos da fase posterior à Nova Democracia haviam sido desacreditados por seu lamentável desempenho, a mudança de regime acabou por não parecer tão impressionante; afinal, Daoud era membro da família real e tinha uma longa história de atividade política, além de não aprofundar o plano de democracia iniciado por Zahir Shah (RUBIN, 2002; MALEY, 2002).

Seu governo, no entanto, marcou o desaparecimento não apenas de um rei, mas de um sistema monárquico em geral, que oferecia pelo menos a aparência de uma regra para a sucessão pacífica à autoridade política. A burocracia, em contrapartida, não era mais eficiente do que sob o rei e as reivindicações do regime à autoridade tradicional eram escassas. Assim, viam-se três táticas predominantes, à medida que Daoud procurava assegurar sua posição nas áreas urbanas e no alto comando do Estado: a primeira foi o aumento do uso de coerção. Sob Daoud, o governo afegão construiu a maior prisão da Ásia, em Pul-e Charkhi, nos arredores de Cabul. A segunda foi a tentativa de revestir a tomada de poder usando a “revolução” como pretexto. Essa era uma retórica muito perigosa para se injetar no discurso político afegão, não apenas porque permitia a reflexão sobre a necessidade de uma “revolução” maior e melhor do que a que Daoud tentava, mas também porque o abismo entre a retórica revolucionária e a realidade das relações de poder afegãs, sob uma elite Pashtun nepotista, expôs as reivindicações do regime como mera propaganda. Por fim, a terceira tática usada por Daoud foi trabalhar em coalizão com outras forças políticas, notadamente o grupo marxista Parcham,

de quem recebeu apoio durante o golpe. No curto prazo, isso o ajudaria a derrubar a monarquia, mas em longo prazo contribuiria materialmente para sua própria queda e morte (MALEY, 2002).

Somado a isso, tem-se o contexto político internacional, o qual também experienciava mudanças e acontecimentos capazes de moldar as interações entre os países. A exemplo do *boom* do petróleo, em 1973, marcado pela alta dos preços dos barris e pelo acentuado fluxo de petrodólares destinados aos países produtores, o que também beneficiou o Afeganistão, uma vez que aumentou suas vendas de gás natural. Foi nesse cenário que o Irã buscou efetivar-se como uma potência regional, o que acabou por beneficiar Daoud, tendo em vista que o Irã poderia ser uma alternativa à URSS em relação à saída para o mar e o escoamento da produção (VISENTINI, 2014). O Paquistão e a Arábia Saudita estreitaram seus laços comerciais no que seria uma reorientação da política externa paquistanesa, algo que posteriormente traria prejuízos ao Afeganistão. No que se refere aos Estados Unidos, houve um distanciamento significativo entre o país e o continente asiático, sobretudo por conta do fracasso na Guerra do Vietnã, em 1975; diferentemente da União Soviética, que, ao aproximar-se do Terceiro Mundo, assumia um maior protagonismo no cenário internacional (HOBSBAWM, 1995).

Posteriormente, a República do Afeganistão tornou-se vítima de suas próprias contradições políticas. Conhecido como Príncipe Vermelho, Daoud chegou ao poder com o apoio, senão a ajuda ativa, de oficiais do Exército de orientação esquerdista e membros do Parcham, mas logo buscou reduzir, se não eliminar, a influência marxista na república incipiente. Tendo despertado esperanças de que o Afeganistão teria agora um governo representativo genuíno, Daoud decidiu constituir uma *Loya Jirgah* que seria apenas parcialmente eleita. Como citou Louis Dupree:

A nação esperou que o presidente nomeasse um novo gabinete, e a maioria dos observadores esperava que ele trouxesse “sangue novo”, incluindo alguns esquerdistas moderados. Mas, nesse ponto crucial, Mohammad Daoud voltou a ter o comportamento de um antigo clã tribal. Ele nomeou amigos, filhos de amigos, bajuladores e até membros colaterais da família real deposta (DUPREE, 1973).

Em vez de introduzir a verdadeira democracia no Afeganistão, Daoud o transformou em um Estado de partido único: o Partido Nacional Revolucionário, e ele próprio nomeou os membros de seu Comitê Central. Neste contexto, as reformas que Daoud realmente introduziu provaram ser medidas intermediárias, aumentando o descontentamento na maioria dos grupos políticos. O Parcham de Babrak Karmal estendeu seu apoio a Daoud quando se proclamou a

República, com o que no começo parecia ser uma grande medida de cooperação, onde vários integrantes da esquerda receberam cargos governamentais importantes, além do envio de grupamentos de jovens do Parcham às áreas rurais a fim de mobilizar apoio para a República. O que houve, no entanto, foi sua neutralização por parte da elite provinciana, e a maioria deles retornou a Cabul totalmente desiludida.

Em dois anos, porém, Daoud buscou reduzir significativamente a influência da esquerda, inclusive na política externa, onde deu a impressão de distanciar o Afeganistão da União Soviética, sem realmente poder ou desejar que isso fosse feito. Os soviéticos não demonstraram estar incomodados ou sequer preocupados com seus movimentos políticos no exterior. Pelo contrário, ficaram satisfeitos com o apoio de Daoud ao conceito de Brezhnev de segurança coletiva asiática; também direcionaram ao Afeganistão US \$ 47 milhões em ajuda econômica em 1975, enquanto no ano seguinte um novo tratado comercial afegão-soviético previa um aumento de 65% no comércio bilateral para 1980.

O embaixador Neumann disse que a queda de Daoud teve pouco a ver com sua política externa; quaisquer mudanças que ele pudesse ter causado não alteraram o fato de que os soviéticos eram mais fortes no Afeganistão do que qualquer outra potência estrangeira. Daoud fez sua última visita a Moscou em abril de 1977, cerca de um ano antes de sua queda. Os soviéticos não tinham motivos aparentes para se sentirem infelizes com a política externa de Daoud; em contrapartida, tampouco tinham motivos para estarem satisfeitos com os flertes entre ele e o Xá do Irã, além de sua determinação repentina de melhorar as relações com países islâmicos conservadores, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

Em 1976, depois que Jimmy Carter entrou na Casa Branca, a diplomacia americana tornou-se um tanto mais ativa no Afeganistão. O Conselho de Segurança Nacional, chefiado por Zbigniew Brzezinski, concebeu o conceito de ‘influência regional’ e identificou o Xá do Irã como o primeiro daquele grupo recém-rotulado de chefes de Estado com os quais os Estados Unidos poderiam fazer negócios. O Xá do Irã almejava desempenhar um papel mais importante nas regiões interligadas do Golfo Pérsico e do Sul da Ásia; o Afeganistão, por sua vez, fornecia a ligação entre os dois, ainda mais do que o Paquistão. Assim, a administração Carter encorajou o Xá a assumir grande parte do “fardo americano” de policiamento da região estratégica do Golfo. Nos últimos dois anos da vida de sua República, Daoud parecia estar cauteloso, mas sistematicamente afirmando a independência do Afeganistão e o “não-alinhamento genuíno.” Em 1978, ele fez visitas oficiais à Índia, Paquistão, Egito, Líbia, Turquia e à Iugoslávia. O Xá do Irã anunciou uma viagem planejada a Cabul em junho, e o próprio Daoud disse que visitaria o presidente Carter em Washington antes do final do ano.

Em março de 1978, o Afeganistão e a China concluíram um protocolo comercial que previa o aumento do comércio entre os dois países e um crédito de 100 milhões de yuans para Cabul.

Se os soviéticos tiveram ou não uma visão negativa dos flertes de Daoud com o Xá do Irã, o presidente do Paquistão e a realeza da Arábia Saudita, isso não consistiu em um impeditivo para que continuassem sendo parceiros próximos. As mudanças ocorridas na política mundial na segunda metade dos anos 1970, no entanto, não puderam deixar de ter reflexos no Afeganistão. A tentativa de Jimmy Carter de se afastar da política externa dos governos Nixon e Ford, dos quais o arquiteto principal havia sido Henry Kissinger, introduziu uma crescente instabilidade e enfraqueceu vários regimes do Terceiro Mundo, especialmente aqueles que eram excessivamente dependentes dos Estados Unidos. Deste modo, a política externa do governo Carter desequilibrou ainda mais o equilíbrio de poder que prevaleceu entre as superpotências, e forças regionais altamente voláteis foram lançadas ao Terceiro Mundo, especialmente no Golfo Pérsico, no Oriente Médio e no sul da África. A partir de então, as aspirações de poder de vários Estados regionais se chocariam ou se entrelaçariam em emaranhados confusos.

3.3 ENTRE FISSURAS E O COLAPSO: O ESTADO HERDADO PELA REVOLUÇÃO

Com todas as suas desvantagens – nenhuma base revolucionária própria, nenhuma experiência em longas lutas políticas e não mais de 5.000 membros no PDPA, a maioria deles recrutados em Cabul e cidades provinciais –, cabem diversos questionamentos a respeito de que tipo de Estado a revolução de Saur herdou. Entre eles: qual era a situação econômica e política do Afeganistão, de que base social provinha a classe dominante na República de Daoud, quais relações prevaleciam entre o Estado, as tribos e as zonas periféricas; qual era o caráter da burocracia central, a estrutura de poder provincial e rural; quais impactos teve a modernização na estrutura sócio-política extremamente dispersa do Afeganistão e em sua população amplamente tribal e muito diversificada e, ainda, que papel o Islã desempenhou nisto.

Antes da revolução democrática de abril, o longo domínio do regime feudal e pré-feudal, combinado à influência do neocolonialismo, fez do Afeganistão um dos 31 países menos desenvolvidos e mais atrasados do mundo. Mais de 91% de seu povo era analfabeto; apenas 29% das crianças em idade escolar (incluindo 9% das meninas em idade escolar) frequentavam a escola. Em educação, o Afeganistão ficou em 127º lugar entre as nações do mundo, em saúde pública 119º. Apenas um leito hospitalar estava disponível para 5.000

pessoas, e um médico para 13.000. O governo gastou apenas 2% do PIB em educação e 0,65% em saúde pública. A distribuição da renda per capita foi terrivelmente injusta e mais de 40% da população não conseguia atender às suas necessidades sociais mínimas, em estado de pobreza absoluta. Embora 85% das pessoas vivessem de uma economia agrária, a participação da agricultura no PIB era de apenas 5,9% (GUPTA, 1986).

Somado a isso, apenas 19% das terras do país se encontrava sob irrigação, e apenas metade da terra irrigada era realmente cultivada. Mais de 40% da terra arável de primeira classe estava nas mãos de 4% da população – majoritariamente senhores feudais. Apesar de um equilíbrio razoável entre solo e água, apenas 10 a 20% dos recursos hídricos foram utilizados. As indústrias transformadoras contribuíram com 21% do PIB, mas apenas 0,9% do emprego. As indústrias de mineração, metalurgia e processamento de materiais, por sua vez, eram praticamente inexistentes. A extração e o refino de petróleo não existiam: o Afeganistão tinha que importar 4,28 milhões de toneladas de petróleo todos os anos. A exploração de depósitos de gás natural começou em 1968, com ajuda soviética, mas a geração de energia em treze usinas espalhadas foi de apenas 776 mil kW/h por ano, e não mais de 50% disso poderia ser distribuído (GUPTA, 1986).

Ainda, a participação relativa do comércio no PIB foi inferior a 15%. Apenas 16% do PIB veio das exportações, que foi 13% inferior à média das exportações dos 42 países menos desenvolvidos do mundo. Até 1968, a maior parte das exportações do Afeganistão consistia em produtos agrícolas e pecuários; depois de 1968, o gás natural tornou-se o principal produto de exportação. O produto agrícola bruto per capita mal chegou a US\$ 27 dólares em mais de cinquenta a sessenta décadas de domínio feudal e pré-feudal. Como aponta Gupta:

A transição permanente para uma vida relativamente nova no Afeganistão começou apenas vinte anos antes da Revolução Democrática de abril, sob a pressão das novas condições econômicas do mundo após a Segunda Guerra Mundial e a emergência e expansão de um sistema socialista. O movimento lento começou na forma de ações semi-amadurecidas para a democratização da vida social, o crescimento do papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e a formulação de planos de desenvolvimento quinquenais. Os planos de desenvolvimento, elaborados e implementados com a ajuda da União Soviética, tiveram um efeito progressivo, apesar das sérias limitações decorrentes das políticas dos governos dominantes locais (GUPTA, 1986, p. 33, tradução nossa).

Em 1971, uma missão do Banco Mundial escreveu sobre a desilusão generalizada em relação ao passado e o pessimismo em relação ao futuro no Afeganistão. Concluiu que ‘tal pessimismo é justificado, porque mesmo em áreas onde atividades de desenvolvimento foram

realizadas, com grandes entradas de investimento de capital e consultoria estrangeira, os retornos foram tristemente baixos.’ Estudiosos e comentaristas soviéticos descreveram o Afeganistão à época da revolução de abril pela mesma linha: ‘um país atrasado, com um modo de vida rigidamente feudal.’

Em um artigo na revista *Asia and Africa Today*, em 1980, um acadêmico soviético observou que a dinastia Nadir Shah havia ‘personificado a forma mais brutal de opressão de classe do povo trabalhador e impedido seriamente o desenvolvimento econômico, social e cultural do Afeganistão’ (GUPTA, 1986). Em abril de 1978 o Afeganistão apresentava algumas diferenças entre os povos não-Pashtuns e não-nômades, como os Tadjiques, Hazaras, Fariswan e Uzbeques, os quais não eram organizados tribalmente como os Pashtuns. Nos casos em que imperava uma lógica tribal, seu papel nos processos políticos era consideravelmente diferente. E, mesmo entre os Pashtuns, o papel assumido pela tribo era o de uma unidade de mobilização militar e política. Assim, em várias províncias do Afeganistão a mobilização da revolução anti-Saur atravessou os padrões tribais e não houve uma atitude popular uniforme em relação à autoridade central quando os marxistas conquistaram o poder do Estado.

Quando Nadir Shah fundou a dinastia Musahiban, em 1929, depois de esmagar as políticas reformistas de Amir Amanullah, ele formou uma aliança de líderes religiosos tradicionais e clãs rurais que constituíram o núcleo da base social da classe dominante no Afeganistão até o ano de 1978. Compartilhando o poder com os líderes religiosos e seculares tradicionais, os governantes de Musahiban conseguiram consolidar uma medida de autoridade central no país. No entanto, estavam plenamente conscientes da tênue lealdade dos poderosos vínculos tradicionais, além de estarem determinados a criar novas bases de apoio entre as gerações mais jovens a fim de garantir o futuro da monarquia.

Isso foi feito principalmente por meio da criação de um Exército e uma força policial modernos e, em segundo lugar, pela expansão da educação e racionalização da burocracia. O Exército real consistia em filhos de tribos leais Pashtuns e chefes tribais e, em uma escala muito menor, filhos de notáveis tribais não-Pashtuns sob uma forma de patrocínio da corte, conhecida como *ghulam bachla* (‘meninos escravos’ ou ‘meninos servos’). O recrutamento começou a mudar no final da década de 1950, depois que o governo recebeu ajuda militar substancial da União Soviética. As academias militares, então, foram autorizadas a recrutar cadetes oficiais de todos os grupos étnicos, linguísticos e de estratos sociais diversos. Mais ou menos na mesma época, as instalações educacionais foram rapidamente expandidas, especialmente nas áreas urbanas, para atender a uma crescente classe média. Ao mesmo

tempo da revolução de Saur, quase um milhão de afegãos frequentavam mais de 4.000 escolas e mais de 600.000 tinham concluído alguma educação formal.

Na década de 1960, muitos dos jovens instruídos entraram para a vida burocrática, mas na década de 1970, a ajuda externa diminuiu e os empregos tornaram-se escassos. Milhares de jovens instruídos estavam desempregados, e muitos deles foram atraídos para os grupos de esquerda, seja como membros do quadro de pessoal, seja como apoiadores. Daoud não conseguiu realizar sua desejada ‘revolução da integração nacional’ e suas ações modernizadoras apenas modernizaram as lealdades e clivagens tradicionais, o que ficou evidente após a revolução de Saur.

No período de modernização do governo Musahiban, bem como durante a liderança republicana de Daoud, três grandes forças políticas emergiram. A força dominante era a casa real e a nova elite política; em segundo lugar estavam os líderes tradicionais não oficiais, baseados na comunidade, que, na maioria das vezes, evitavam o contato com as autoridades e se preocupavam com o bem-estar de suas próprias comunidades acima de tudo. A terceira força política eram os elementos instruídos, principalmente urbanos, que haviam entrado no processo político desde meados dos anos 1950. Ao longo dos anos, segmentos da população afegã aprenderam a cooperar com o governo central. Os Pashtuns, constituindo cerca de metade da população total, e por muito tempo patrocinados por Daoud, tinham uma relação dupla com Cabul. Eles foram mais relacionados à autoridade central do que qualquer outro segmento étnico, ao mesmo tempo em que gozavam de uma grande autonomia local, permitida pelo governo, em parte como um movimento tático de adoção e acomodação, em parte sob coação.

Em tal meio político, a burocracia só poderia ser um veículo de administração mínima, de modo algum expressava uma mudança radical, sendo as burocracias civil e militar projetadas apenas para preservar o *status quo*. Ambas eram instituições fracas, como o PDPA descobriria posteriormente, com grande custo para a revolução. Assim, a administração provincial logo se mostrou incapaz de fazer grandes mudanças diante da oposição local, e os militares, por sua vez, se mostraram incapazes de derrubar essa oposição quando confrontados com a rebelião armada.

Ademais, o braço do governo central não se estendia às áreas rurais, exceto na esfera limitada de arrecadação de impostos e administração da justiça através de tribunais e juízes islâmicos. Em muitos aspectos, os aldeões foram deixados para administrar seus próprios negócios, desde que pagassem impostos e permitissem que seus filhos fossem recrutados para o serviço militar. Os funcionários locais eram corruptos por compulsão e também por

tradição; seu sucesso dependia de sua capacidade de entender e manipular a estrutura e organização da política local, além de nutrir boa relação com os anciãos da aldeia. No contexto da justiça civil e criminal, o governo simbolizava o Islã. De fato, para a grande maioria do povo afegão, o islamismo conferiu legitimidade à realeza, bem como ao regime republicano de Daoud. Nos últimos três anos de seu governo, Daoud falhou singularmente em construir uma base política para seu regime e o Partido Nacional Revolucionário existia apenas no nome; não conquistou lealdade ou credibilidade nem da classe média urbana nem dos chefes tribais. A modernização, apesar de seu ritmo lento, mudou as formações sociais no Afeganistão, especialmente nas províncias que haviam desfrutado de relações relativamente mais estáveis com a administração central (MCCAULEY, 2002; MILES, 1990).

Ainda assim, os marxistas, neste contexto, herdaram uma organização administrativa cuja experiência na implementação de reformas impopulares em grande escala nas regiões rurais era extremamente baixa. Expurgos e mudanças de pessoal após o golpe enfraqueceram a máquina administrativa rural, onde a única esperança realista para a implementação bem-sucedida de reformas era a de que os moradores rurais as aceitassem voluntariamente. A retórica inflamada do governo e seu distanciamento do Islã, contudo, somadas às armadilhas de legitimidade e da politização do Islã, acabaram por condenar seus esforços, independentemente das boas intenções por trás deles.

4 REVOLUÇÃO DE SAUR E AS TENTATIVAS MODERNIZADORAS: UM PRELÚDIO PARA O FRACASSO

Desenvolvimentos significativos aconteceram a partir de 1977; na Índia e no Afeganistão, facções de partidos marxistas se uniram em resposta às mudanças na realidade dos dois países e suas respectivas políticas internas. No caso afegão, Parcham e Khalq se reuniram em julho a fim de se oporem ao regime de Daoud Khan. Assim renasceu o PDPA, com Nur Mohammed Taraki e Babrak Karmal como seus dois primeiros líderes, evento que faria com que a sorte dos marxistas no Afeganistão desse um salto quântico em abril de 1978, para o qual nem eles nem os soviéticos estavam totalmente preparados.

Antes que o recém-unificado PDPA pudesse constituir sua organização como um ponto de encontro forte entre a classe média urbana, mesmo antes de enfrentar a mudança política e social no Afeganistão, e certamente antes que pudesse resolver as equações de poder entre seus dois grupos divergentes e repentinamente reunidos, ele se viu catapultado ao poder em uma revolução cuja liderança real, direção crucial, aparato decisório e caráter de classe eram todos altamente controversos. Do material primário e secundário disponível, duas conclusões podem ser tiradas. Primeiro, os marxistas afegãos perceberam que, na disputa pelo poder que aconteceria após a morte de Daoud, se eles não conseguissem se sobressair, seus oponentes os eliminariam do cenário político. Em segundo lugar, como a liderança do partido estava com o Khalq, foram os líderes Khalq, especialmente Taraki e Amin, os principais responsáveis pela virada dos acontecimentos na última quinzena de abril de 1978 (GUPTA, 1986).

Células do partido, sobretudo vinculadas a Hafizullah Amin, começaram a surgir dentro das Forças Armadas, da polícia e até mesmo entre os guardas do palácio. O Ministro do Interior de Daoud começou a reprimir os radicais de esquerda e um importante líder da facção Parcham foi assassinado em Cabul, em 17 de abril. Este incidente desencadeou uma reação em cadeia que o governo de Daoud não conseguiu controlar. O PDPA levou seus seguidores às ruas para protestar contra o assassinato, e pela primeira vez desde que voltou ao poder em 1973, Daoud teve que enfrentar grandes manifestações públicas contra ele. Em 19 de abril, cerca de 15.000 afegãos desfilaram pelas ruas da capital e marcharam em direção à embaixada americana gritando slogans antiamericanos.

Nos dias seguintes, Taraki, Amin, Karmal e vários outros líderes do PDPA foram presos. Segundo relatos do golpe revolucionário publicado pelo regime de Taraki, Amin enviou instruções a vinte oficiais do Exército e da Força Aérea, pedindo-lhes que agissem. Ele nomeou o Coronel Aslam Watanjar como Comandante das Forças Terrestres Revolucionárias e o Coronel Abdul Qader como líder da Força Aérea Revolucionária. Assim, por volta das 8

horas da manhã de 27 de abril, a quarta divisão blindada rebelde começou a se mover em direção a Cabul. Liderados por Watanjar, não encontraram resistência até chegar ao coração do distrito governamental em seu caminho para edifícios importantes e o palácio presidencial. À noite, o coronel Qader anunciou na Rádio Afeganistão que “pela primeira vez na história do Afeganistão foi posto um fim ao sultanato dos Mohammadzais. Todo o poder passou para as mãos das massas.” Três dias depois, foi anunciado que o poder seria exercido por um Conselho Revolucionário composto por civis e militares, com Taraki como líder. Assim nascia a República Democrática do Afeganistão (RDA) (GUPTA, 1986; MALEY, 2002; DORRONSORO, 2005).

A revolução afegã foi, então, um caso de um dia, diferente de qualquer outra revolução marxista ou tomada de poder na história. O momento e a maneira como se deu a revolução sugerem que ela foi, de certo modo, imposta aos soviéticos, cujos detalhes eles em nada planejaram. Pelos americanos, a revolução afegã foi descrita como um golpe, ou mesmo um golpe palaciano ou do Exército, em vez de uma revolução em si. Parcham e Khalq eram facções compostas por intelectuais marxistas urbanos e de classe média, principalmente confinados em Cabul. Nenhum dos dois tinha uma base rural ou mesmo provincial antes da revolução, o que faz com ela seja, por exemplo, muito diferente da tomada revolucionária na República Popular do Iêmen do Sul, fundada em novembro de 1967, e três anos depois rebatizada de República Democrática Popular do Iêmen. Nenhum movimento de libertação nacional liderado pelos marxistas existia no Afeganistão. A situação em abril de 1978 não assumiu os aspectos de uma insurreição, e, embora a participação de 15.000 pessoas tenha assustado o governo Daoud, a ação em massa minguou após a prisão dos líderes marxistas.

Não foi, tampouco, um golpe militar. Os oficiais militares agiram sob instruções de Hafizullah Amin, que emitiu suas ordens em nome do PDPA. Durante três dias houve um intenso debate entre os líderes marxistas sobre quem deveria compor o novo governo, além do papel relativo do partido e do Exército, estabelecendo-se, por unanimidade, que este último se subordinaria ao partido e que o partido, por sua vez, governaria o Afeganistão. Nesta questão, não houve diferença entre Taraki e Amin, por um lado, e Babrak Karmal, por outro. O Afeganistão, portanto, não era um caso de “comunismo militar”, e o sucesso dramático e surpreendente da revolução afegã revelou fraquezas fundamentais entre os regimes modernizadores no Terceiro Mundo não baseados em sistemas políticos sólidos e em planos de desenvolvimento ligados às massas.

Com a proclamação da República Democrática afegã, o PDPA teve o cuidado de assegurar ao povo afegão que o Estado protegeria sua fé religiosa e que eles estariam livres

para manter seus ritos e costumes. O regime parecia sensível ao papel fundamental desempenhado pelo islamismo na sociedade e na dinâmica política e, longe de ansiar por um confronto, a máquina de propaganda do regime inicialmente buscou aplacar os líderes religiosos e assegurar-lhes de que seu papel tradicional estaria seguro na nova estrutura. Em janeiro de 1979, no entanto, quando as reformas começaram a ser implementadas, os principais elementos dominantes tradicionais – proprietários de terra e líderes religiosos – se uniram a fim de mobilizar grandes segmentos da população urbano-rural em todo o Afeganistão a fim de oferecer resistência armada ao regime marxista.

Neste contexto, o regime recém-formado de Taraki-Amin negligenciou, de certo modo, o papel constante e dinâmico que o islamismo e os ideais da *jihad* desempenharam na história afegã desde o século XVIII. De fato, conceitos políticos e religiosos fundiram-se no islamismo, que se tornou o elemento legitimador mais poderoso aos olhos e mentes de parte significativa da população. O conceito de *jihad* é antigo e foi usado contra o poder colonial britânico baseado na Índia; reivindicado por Abdur Rahman a fim de consolidar o poder do governo central sobre as tribos e os chefes locais; e utilizado novamente em 1919, logo após Amir Amanullah se tornar rei e declarar a *jihad* contra os britânicos para obter a independência completa do Afeganistão (DUPREE, 1979).

Quando venceu sua batalha política, Amanullah procurou projetar sua imagem dentro e fora do Afeganistão como defensor do islamismo, tanto no sentido temporal quanto no religioso. No entanto, seus esforços para estabelecer um Estado moderno e secular o colocaram em conflito, sobretudo com os interesses estabelecidos no Afeganistão rural-urbano, particularmente entre os clãs. Nadir Khan, por sua vez, chegou ao poder após a derrubada de Amanullah na crista de uma contrarrevolução conservadora, e até reacionária, liderada por líderes islâmicos, e essa realidade fundamental governou a política do Afeganistão pelos próximos quarenta anos. Não se podia esperar, desta forma, que Nadir Shah desafiasse as forças de reação; ele teve que adotar uma política de acomodação e cooperação e invocou o islamismo para legitimar seu governo.

Assim, por mais fragmentada que fosse a estrutura de poder rural do Afeganistão – seja por divisões tribais, linguísticas, sociais, econômicas e religiosas – os vínculos tênues entre governo e comunidade aumentaram a importância dos líderes tradicionais. Ao mesmo tempo, para a maioria dos afegãos, o islamismo forneceu a ordem e a coesão sem a qual nenhum organismo social poderia sobreviver. Na percepção do afegão comum, o Estado e o Islã eram indivisíveis; um serviço do governo era um serviço ao islamismo; o governo era o protetor do islamismo e, portanto, o protetor da identidade afegã. Isso foi amplamente reconhecido por

todos os governantes do Afeganistão, de Nadir Shah a Daoud. Deste modo, o fator islâmico no país se provou ser particularmente difícil de manejar para os líderes da RDA, tendo em vista que o Islã ocupava durante séculos a posição de uma ideologia político-religiosa tecida nos mitos emocionais e simbólicos do nacionalismo afegão. Neste aspecto, a crítica de Fred Halliday (1999) sugere que os líderes da RDA falharam em mobilizar o islamismo em nome da revolução e acabaram sendo vistos pelas massas afegãs como inimigos do Islã. Já na segunda fase da revolução de Saur, a RDA, então sob a liderança de Babrak Karmal, lançou uma forte campanha para aplacar o clero islâmico e reparar os erros cometidos por Amin. No entanto, a intervenção militar soviética e a presença de mais de 100.000 soldados no Afeganistão proporcionaram aos rebeldes uma causa nacionalista bastante apelativa; afinal, eles estavam agora lutando para livrar o Afeganistão de invasores estrangeiros, disseram às massas.

Assim, em vinte meses a revolução de Saur se encontrava à beira do colapso. As razões eram duplas. Em abril de 1979, o regime do PDPA já se encontrava sob cerco interno; a resistência crescente, no entanto, não foi o único fator que o levou ao precipício. Outro aspecto igualmente contributivo foi a disputa intrínseca da própria liderança revolucionária afegã, cujo facciosismo provou ser fatal para a fase Khalq da revolução (DORRONSORO, 2005). Enquanto a revolução de Saur ocorria em Cabul, o camponês afegão ocupava-se no campo. Ambas as facções, Khalq e Parcham, eram baseados na cidade, sem qualquer alcance organizacional para as profundezas rochosas do Afeganistão rural, o que tornou a revolução um evento praticamente restrito à capital afegã e retardou demais reações pelo país. O regime revolucionário, por sua vez, estava impaciente para provocar uma mudança estrutural radical na sociedade atrasada e fortemente arraigada às tradições. A reação afegã inicial à revolução, contudo, estava longe de ser uniformemente positiva ou negativa. Os intelectuais de esquerda em Cabul e nas principais cidades provinciais estavam exultantes, ao passo que os ativistas islâmicos ficaram consternados; mas, de forma geral, inicialmente houve pouca reação advinda da maioria do povo afegão (GUPTA, 1986; MALEY, 2002).

Uma vez iniciada a revolução, a RDA tinha duas opções ao inaugurar seu regime de reformas. Poderia proceder devagar, com cautela, adotando uma linha tática de gradualismo, construindo rapidamente sua rede rural e promovendo uma política de adoção e exploração das divisões e animosidades étnicas e culturais na sociedade; ou poderia mergulhar na ação, confiando menos na persuasão e argumentando que tanto a cautela quanto o gradualismo só permitiriam uma grande resistência ao crescimento da força. A facção Khalq, dominante no PDPA, adotou a segunda opção depois de derrotar a facção Parcham em um tenso e amargo

debate interno. Com isso, quase todos os representantes da facção Parcham no Gabinete e no Conselho Revolucionário foram banidos para cargos de embaixador.

Fred Halliday (1978), em uma crítica marxista da revolução de Saur, identificou ao menos quatro aspectos da estrutura rural do Afeganistão que comprometeram gravemente o programa de transformação social. A primeira foi que os camponeses do Afeganistão não percebiam as relações sociais nas áreas rurais em termos de classe. Fatores tribais, étnicos e religiosos cruzaram as divisões econômicas na zona rural afegã. Assim, “qualquer tentativa de reformar tal sistema apelando para os interesses de classe dos camponeses pobres e sem-terra estava fadada a encontrar dificuldades consideráveis.” Os fatores étnicos, religiosos e tribais foram os mais fortes nas áreas Pashtuns, mas não foram muito menos fortes nas planícies do norte, onde as relações de propriedade de terra eram mais diferenciadas. Essa dificuldade foi agravada pelo fato de que cerca de 15% da população afegã ainda vivia principalmente de seus rebanhos nômades e sabia pouco ou nada sobre relações de classe e padrões de propriedade.

O segundo aspecto vital do Afeganistão rural que, na análise de Halliday, criou problemas consideráveis para a revolução de Saur, foi a ‘independência tradicional das tribos das montanhas.’ Essas tribos haviam recebido subsídios do governo de Cabul no passado; entre eles estava o porte de armas como uma característica natural. Uma série de reformas, particularmente aquelas relacionadas à terra, e as tentativas do regime de erradicar o contrabando, desagradaram muitas dessas tribos, sendo o governo de Cabul seu adversário tradicional. O terceiro obstáculo foi o peso das tradições políticas afegãs, que afetou o PDPA como havia feito com todos os grupos políticos anteriormente estruturados. O Afeganistão se provou ser um país onde as questões políticas e sociais tendiam a ser resolvidas pela força, ancorado em vínculos de lealdade locais, e onde o espaço para lidar pacificamente com conflitos dentro do Estado, ou entre o Estado e seus súditos, é extremamente limitado. A quarta condição adversa para a revolução, por fim, teria sido a reação do povo em relação às formas escolhidas para se lidar com o islamismo (HALLIDAY, 1978).

Halliday menciona, ainda, três outros problemas que contribuíram para a dinâmica inicial da revolução. A primeira foi a desunião e a estrutura interna do próprio PDPA. Não apenas as facções Khalq e Parcham se desentenderam algumas semanas após a revolução, como dentro do próprio Khalq outras lutas menores eclodiram em pouco tempo. O segundo problema seria a deterioração do clima regional, em particular o impacto da revolução iraniana. Khomeini não perdeu tempo em tornar sua a causa de um Afeganistão islâmico, e sua vitória no Irã, sobre o poder combinado do Xá e dos Estados Unidos, forneceu aos

fundamentalistas no Afeganistão uma ideologia apaixonada para combater o regime marxista ‘anti-islâmico’ (HALLIDAY, 1978).

O terceiro problema foi o impacto do conflito sino-soviético no Afeganistão. O regime do PDPA estava alinhado a Moscou, mas nos meses iniciais tentou aplacar também os líderes chineses. Taker Badakhshi, líder de uma facção maoísta, recebeu uma vaga no Gabinete, mas os chineses não ficaram satisfeitos. A China nunca estendeu, de fato, o apoio à revolução de Saur, além de não a reconhecerem como uma revolução marxista. Halliday (1978) acredita que a razão para a antipatia chinesa teria sido o insucesso do PDPA em mencionar uma independência nominal de Moscou, dentro da estreita margem de que dispunha. No início de fevereiro de 1979, à época da invasão chinesa ao Vietnã, tornou-se conhecido, pela primeira vez, o apoio militar chinês aos rebeldes afegãos via Paquistão; em junho de 1979 a hostilidade chinesa à revolução afegã já era explícita.

O que era sabido desde o verão de 1978, no entanto, era quem realmente controlava o governo do PDPA em Cabul. Hafizullah Amin, do Khalq, ocupava os cargos de vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Relações Exteriores e secretário do Politburo, além de ter total domínio sobre as Forças Armadas. Taraki, em contrapartida, permaneceu Presidente e Secretário Geral do PDPA. Deste modo, todos os ministros do novo gabinete de dezoito homens eram Khalqis, incluindo alguns que haviam sido membros da facção Parcham antes, mas desertaram posteriormente.

Segundo Gupta (1986), alguns grandes erros cometidos pelo governo de Amin escancararam suas fraquezas fundamentais e contribuíram como principais fatores para que houvesse uma rápida propagação e acentuado reforço da resistência à revolução que se estabeleceu entre o outono de 1978 e o inverno de 1979. Em primeiro lugar estaria a demissão em massa de administradores experientes e tecnocratas que não eram vistos como defensores comprometidos com a revolução. O Afeganistão estava carente de mãos competentes no governo, o que, segundo o autor, fez com que essa ação logo deixasse o regime do PDPA sem um quadro essencial de funcionários capazes de manter um nível mínimo de eficiência administrativa entre as já debilitadas instituições.

Em segundo lugar, muito foi tentado em um período curto de tempo em um país há muito acostumado ao torpor e à inércia tradicionais; terceiro, a linguagem marxista em que a projeção das reformas foi formulada era estranha ao aldeão afegão, o que teria transformado em uma barreira significativa. Isso teria trazido à tona uma das fraquezas fundamentais do regime revolucionário, que contribuíram em grande medida para seu fracasso em mobilizar o apoio rural: a falta de uma base organizacional do PDPA para além das principais cidades.

A falta de sucesso das operações militares do governo e a rápida disseminação da insurgência inevitavelmente intensificaram as lutas entre facções no PDPA. Em julho de 1979, Amin assumiu a pasta de defesa, deslocando o coronel Watanjar, mais próximo a Taraki. Sob a pressão da insurgência, as políticas do regime começaram a revelar uma considerável falta de coesão e consistência. Por um lado, tanto Taraki quanto Amin tentaram demonstrar suas próprias credenciais e as credenciais islâmicas da revolução; Taraki juntou-se às orações em massa sob o brilho das câmeras de televisão, e a máquina de propaganda do governo intensificou a retórica islâmica. Por outro lado, o regime do PDPA foi promovido a um ‘Estado operário.’ Neste ponto teórico-marxista, surgiram diferenças entre Taraki e Amin. Taraki procurou minimizar o aspecto proletário da revolução de Saur, enquanto Amin o justificou descrevendo os camponeses como ‘trabalhadores em potencial’, afirmando que a ‘origem da revolução afegã estava em fazer a transição do feudalismo para o socialismo’ (GUPTA, 1986).

Somado a isso, havia o impacto imediato causado pela revolução islâmica do Irã, em 1979, na guerra civil do Afeganistão. A etnia Hazara, a mais oprimida das nacionalidades afegãs, sendo xiita, era particularmente suscetível à voz islâmica de Khomeini. No verão de 1979, o regime perdeu quase todos os seus quadros não-Pashtuns no governo, assumindo uma estrutura majoritariamente Pashtun, o que o fez perder de vista, de certo modo, a grande diversidade étnica da sociedade afegã. Em setembro de 1979, a União Soviética pressionou Taraki para que mudasse a linha política do PDPA, para que ampliasse a base política do governo e corrigisse os erros e desvios cometidos pelo partido afegão, uma vez que estavam alienando do regime marxista vastas porções da população, sobretudo as do campo.

Em 10 de setembro, voltando de Havana para Cabul, Taraki passou por Moscou, sendo recebido por Brezhnev. Sob a pressão soviética, e em parte porque a rebelião estava se espalhando a um ritmo alarmante, o regime anunciou sua intenção de estabelecer uma ‘frente nacional unida’ de todas as forças públicas e políticas progressistas, sendo a medida bem recebida em Moscou. O *Pravda* relatou outro plano bem-vindo de Cabul: a criação de uma ‘organização nacional para a defesa da revolução.’ Na contramão das orientações soviéticas, no entanto, Taraki foi assinado e Amin passou a assumir o poder a partir de então.

Já no outono de 1979, ironicamente a embaixada americana descrevia a situação em Cabul nos termos mais sombrios: “uma atmosfera de medo mortal e pavor que permeia o país.” Um motim irrompeu na 7ª Divisão do Exército na base de Rishkor, ao sul de Cabul. As bases rebeldes foram invadidas e cerca de 40.000 afegãos fugiram para o Paquistão, mas quando as tropas do governo se retiraram, a área voltou a ser controlada pelos insurgentes, os

quais estavam cada vez mais ativos nos arredores de Cabul. A alternativa soviética de último recurso, amplamente discutida e ponderada, seria uma intervenção militar no Afeganistão a fim de resgatar a Revolução de Saur. Deste modo, em 27 de dezembro os soviéticos intervieram com um contingente limitado de 85.000 soldados. Tropas leais e o próprio Amin morreram lutando sem grandes batalhas; Babrak Karmal, do Parcham, foi proclamado presidente do Afeganistão, dando início, assim, a uma segunda fase da Revolução de Saur (HALLIDAY, 1978).

4.1 O REGIME EM DUAS FASES: O GOVERNO SOB KHALQ E PARCHAM

O PDPA assumiu o poder em abril de 1978 com um aparato estatal e Forças Armadas construídas com considerável ajuda soviética, porém dividido e fragmentado por diferenças expressivas. Desde o início, o regime foi dominado pela liderança Khalq, cujas consequências sociais mais amplas foram significativas: marcou o fim da dominação do país pelos Pashtuns de Mohammadzai e pela primeira vez em mais de dois séculos de história afegã, os Pashtuns de Ghilzai assumiram o controle do Estado. Isso, no entanto, não ajudou o regime a manter relações com as tribos Pashtun, sobretudo porque estas se mostraram resistentes às mudanças, como a reforma de hipotecas e dívidas rurais, a reforma do casamento e do preço da noiva, a reforma agrária e a campanha de alfabetização, presentes, respectivamente, nos Decretos de número 6, 7 e 8. As reformas visavam ampliar a base do regime e provocaram uma forte e intensa oposição (DUPREE, 1979).

O período entre abril de 1978 e o final de 1979 foi de continuado enfraquecimento do regime sob a liderança Khalq. Por um lado, enquanto o aparelho civil sofreu uma perda de pessoal devido a deserções para a oposição ou decisões individuais de ir para o exílio, acentuadas por pesadas taxas de prisões e execuções, as estruturas partidárias, nos ministérios e nas Forças Armadas, foram severamente enfraquecidas por pelo menos quatro ondas de disputas faccionais. As primeiras vítimas dos expurgos após o golpe de abril de 1978 foram os Parchamis. Inicialmente, os membros do Comitê Central Parchami foram enviados ao exterior para cargos diplomáticos, mas em poucos meses, após o verão de 1978, todos os quadros e membros da facção foram expulsos do partido. A vitória de Amin sobre seus oponentes internos, contudo, provou-se ilusória. Os vinte meses de governo Khalq, longe de fortalecerem as relações Estado-sociedade, provocaram uma reação violenta e extensa, que não apenas prejudicou o Estado como ainda o dividiu um pouco mais. Assim, os cem dias da presidência de Amin terminaram com sua remoção e morte (ARNOLD, 1983; GUPTA, 1986).

Após a intervenção soviética, uma nova liderança do partido foi constituída, agora sob o Parcham, em vez de uma simples reunificação das duas facções nos termos que prevaleceram anteriormente. Assim, o período de Babrak Karmal testemunhou uma tentativa de fortalecer os aparelhos civil e militar; do lado civil, o número de membros do PDPA foi bastante ampliado e o departamento organizacional do partido foi o responsável por essa política. Isso foi feito principalmente de duas maneiras: por um lado, pela inclusão de um grande número de civis de Cabul e, em menor medida, de outras cidades no partido, um processo auxiliado por ofertas de privilégios materiais e de emprego; por outro, pela inclusão no partido de todos os membros graduados das Forças Armadas e das forças de segurança relacionadas.

A mudança de regime no final de 1979 também produziu uma transformação na composição étnica. A era Khalq de dominação Ghilzai Pashtun, evidente na liderança e no partido como um todo, terminou. Os Khalqis não apenas tentaram seguir uma nova política étnica, mas também substituíram a língua persa pelo pashtu: ao contrário de todos os demais líderes afegãos, Taraki fazia seus discursos em pashtu. Sob Babrak Karmal, o regime voltou ao *status quo*: a dominação pashtun persistiu dentro da nova coalizão, mas incorporou ao ambiente a língua persa, e, em um passo sem precedentes, Karmal nomeou o Sultão Ali Kishtmand, um membro da comunidade minoritária Hazara, como Primeiro-Ministro. Embora a liderança do partido continuasse a ter uma forte representação Ghilzai Pashtun, a filiação Pashtun do partido como um todo era muito menor, cerca de um terço, enquanto mais da metade dos membros eram agora tadjiques, proporcionalmente muito maior do que sua representação de um terço na população como um todo (DUPREE, 1979).

A composição étnica também refletiu as mudanças demográficas provocadas pela guerra e pela emigração. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um grupo de “organizações de massa” leais ao regime, novamente com base nas principais cidades. Algumas tentativas também foram feitas a fim de conquistar grupos sociais anteriormente simpáticos à oposição: um agrupamento de mulás foi criado e em algumas áreas os homens das tribos foram agrupados em milícias neutras ou simpáticas ao governo. Sob Karmal, o PDPA também tentou introduzir alguma separação entre partido político e poder administrativo; se durante o período Khalq os secretários do PDPA ocupavam simultaneamente altos cargos governamentais, em Cabul e nas províncias, os cargos partidários e governamentais estavam agora separados, tornando possível distinguir mais especificamente o papel desempenhado pela liderança do partido (DUPREE, 1979; ARNDOLD, 1983).

Os maiores esforços do período Karmal foram, no entanto, para o desenvolvimento das forças militares e de segurança. No verão de 1980, uma força de tropas de fronteira foi

estabelecida, incluindo elementos da polícia armada. O próprio Exército foi ampliado pela extensão dos prazos do serviço militar, um processo contraditório na medida em que ocasionou inúmeros atos de resistência nas cidades e promoveu a fuga de jovens para a oposição ou para o campo. O serviço militar universal foi introduzido em janeiro de 1981, sendo obrigatório para todos os homens com mais de dezoito anos de idade. Em 1982, foi iniciado um novo sistema político-militar, unindo o partido e as Forças Armadas. Esse sistema, em primeiro lugar, reuniu o Ministério da Defesa, o Ministério do Interior e o KhAD – Agência de Informação do Estado Afegão – sob o comando do partido e de seu Secretário-Geral, também Comandante Supremo das Forças Armadas e Presidente do Conselho de Defesa da Pátria. O próprio partido foi representado, em todos os três ministérios das Forças Armadas, pelos departamentos políticos do PDPA, trabalhando sob a orientação do Departamento de Defesa e Justiça do Comitê Central.

Neste aspecto, a presença das forças soviéticas teve resultados conflitantes: embora ajudasse a proteger as principais cidades e linhas de comunicação, inevitavelmente provocou um ressentimento patriótico entre os afegãos. Como consequência, o Exército, no período inicial após a intervenção, perdeu um número considerável de seus oficiais; eles foram para a oposição ou deixaram o país, enquanto os militares Khalqi e Parchami e os jovens oficiais formados nas academias militares soviéticas e afegãs continuaram a apoiar o regime. A animosidade continuou ao longo da década de 1980 e no final os Khalqis prevaleceram: Karmal e os demais membros do Parcham foram impedidos de desafiar o controle Khalqi do Exército. No entanto, mesmo com todos os conflitos internos e pressões externas, o regime foi capaz de desenvolver as Forças Armadas regulares de cerca de 30.000 à época da intervenção soviética para mais de 100.000 no final da década de 1980. Assim que o regime de Babrak Karmal foi estabilizado e os oficiais dissidentes saíram, as deserções de membros do corpo de oficiais cessaram e uma força capaz de desempenhar algum papel militar independente se desenvolveu; isso se mostrou mais evidente quando os *mujahideen* fracassaram espetacularmente em sua primeira grande ofensiva contra Jalalabad após a retirada soviética, em março de 1989 (ARNOLD, 1985).

4.2 DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS: A BASE SOCIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

No período imediato à intervenção, uma sensação de alívio prevaleceu entre a população afegã, pois pelo menos o regime de Amin havia terminado. Isso era particularmente verdadeiro na capital, mas, em certa medida, também foi válido em algumas áreas rurais. No

entanto, a situação começou a piorar já no final de janeiro, com os primeiros ataques armados esporádicos contra as tropas soviéticas e uma onda de ativismo propagandístico das forças de oposição. No final de fevereiro de 1980, o novo regime encontrava-se em quase completo isolamento, principalmente por causa da reação generalizada contra a presença de tropas estrangeiras no país, que também tomou a forma de manifestações em Cabul. Os confrontos armados se intensificaram semana após semana, de modo que, no início de 1980, as estradas estavam sob o controle majoritário da resistência (HALLIDAY, 1980; GIBBS, 2000).

A crise que se desenvolveu durante a primeira metade de 1980 afetou até mesmo os redutos do PDPA – principalmente a capital, Cabul. Grande parte dos esforços governamentais posteriores teve, portanto, de ser direcionada para a reconquista de algum grau de apoio entre esses mesmos setores da sociedade. Enquanto a complexa estrutura étnica do país dificultava uma classificação social dos grupos que se mostraram mais receptivos (ou menos indiferentes) ao apelo da República Democrática, o elemento mais marcante é certamente o caráter urbano do partido e, particularmente, seu alto grau de concentração na capital. No final de 1986, o único ano para o qual se tem estatísticas detalhadas, 69% dos membros do partido eram de Cabul. Foi também o caso da Organização da Juventude do Partido (DYOA), que parece ter funcionado nos bairros mais desenvolvidos da capital, cuja percentagem relevante era de 77%.

Paralelamente a isso, tem-se a *intelligentsia* secular como um dos principais protagonistas entre os grupos sociais que apoiaram o PDPA: eram os ‘filhos insatisfeitos da aristocracia’, sobretudo grupos modernizadores insatisfeitos, principalmente oficiais, professores e alunos. Na segunda metade da década de 1980, quando a capacidade de absorção do partido atingiu seu ápice, 76.100 intelectuais de uma *intelligentsia* afegã de 190.000 estavam em seus rankings, ou seja, 40% do total. A filiação partidária era proporcionalmente maior entre funcionários e secretários estaduais. Se incluirmos os outros partidos e simpatizantes de esquerda, parece razoável estimar que pelo menos metade da intelectualidade que restou dentro do país se aliou ao governo revolucionário. Deve-se notar, ainda, que grande parte da intelectualidade pré-revolucionária se refugiou no exterior, com deserções continuando durante todo o período de guerra civil. O novo regime fez o melhor para substituí-los e, de fato, uma ascensão social bastante significativa foi alcançada por grupos anteriormente mais ou menos marginais em relação à intelectualidade real. No entanto, esse processo foi acompanhado por um drástico declínio qualitativo nos padrões profissionais; mesmo no principal jornal do país, a maioria dos jornalistas não tinha ensino superior ou experiência.

O PDPA também foi um partido de jovens. Em 1982, 65% dos membros tinham menos de trinta anos. Embora os recrutados nos anos subsequentes fossem em média mais velhos, o envelhecimento do partido permaneceu bastante lento: o número de membros com menos de trinta anos ainda era de 60% em 1986. No que diz respeito ao caráter geracional do regime, o papel da DYOA merece uma análise especial. No verão de 1980 e no início de 1981, apenas 350 e 400 estudantes universitários, respectivamente, eram membros do DYOA em Cabul, embora em 1981 mais 1.250 fossem membros do partido. Em 1984, apenas 7% dos estudantes universitários eram membros da Organização da Juventude e, mesmo que a porcentagem tenha subido para 17% em 1986, ainda era considerada muito baixa pela direção do partido (GUPTA, 1986).

Quanto ao campo, no que diz respeito ao apoio ao regime, ele contava com camponeses mais ou menos proletarizados, principalmente nas regiões e nas províncias de Herat, Kandahar e Jalalabad, com as tribos Pashtun menores e com os setores mais pobres e fracos das diferentes tribos. Embora o governo revolucionário mantivesse algum grau de apoio entre a maioria das tribos no leste e sudeste do país, ele geralmente foi bastante limitado. Adiciona-se, ainda, à lista da base social democrática afegã a pequena “classe trabalhadora” de apenas 60.000 indivíduos em 1978. Durante a guerra, ela aumentou para um número entre 300.000 e 420.000, dos quais 75.000 eram qualificados e 60.000 estavam empregados em fábricas modernas, cujo crescimento deveu-se ao investimento soviético no setor industrial (GUPTA, 1986).

Do ponto de vista do regime do PDPA e dos soviéticos, a implementação de reformas sociais foi a chave para a ampliação de sua base social. A emancipação feminina foi uma pauta do regime desde o seu início, sendo inegável que nas principais cidades as mulheres se beneficiaram substancialmente com o novo ambiente, uma vez que se deixem de lado os problemas decorrentes da guerra civil. Inclusive, no que diz respeito aos empregos, em algumas profissões as mulheres foram contratadas em um número sem precedentes. O próprio Conselho das Mulheres treinou-as para encontrar empregos em indústrias e escritórios de pequena escala. No aparelho estatal como um todo, no verão de 1988 as mulheres representavam 18,6% do quadro de funcionários, com a maior proporção no Ministério da Educação, onde constituíam 43%. Números significativos também apareceram no Ministério de Comunicações, onde se contabilizou 15% do *staff*, enquanto números menores de mulheres também apareceram em empregos onde antes estavam totalmente ausentes, como no transporte. O número de professoras mulheres triplicou entre 1980 e 1986, enquanto na indústria o número quintuplicou em 1986.

As origens sociais dos apoiadores do partido, contudo, perderam muito de sua importância diante das mudanças trazidas pela tomada de poder e pelo permanente estado de guerra. A burocratização do partido já havia começado antes de 1980 – em 1979, um terço dos membros trabalhava no aparelho do Estado – mas piorou dramaticamente em 1987, quando 82.000 membros do partido se encontravam envolvidos na esfera administrativa, ou seja, quase metade. A militarização do partido foi outra consequência ainda mais inevitável. Dos 18.000 membros na época da revolução, os militares representavam cerca de 1.400. Como 80% deles eram oficiais, eles poderiam de alguma forma serem considerados parte da intelectualidade. A proporção de soldados não pôde deixar de sofrer um aumento dramático nos anos seguintes. Já em 1983, mais de 50% dos membros do partido estavam nas Forças Armadas e a proporção então se estabilizou em torno de 60-65%. Se os números de burocratas e soldados forem combinados, é fácil ver que em meados da década de 1980 poucos membros do partido não pertenciam a uma ou outra categoria. De qualquer forma, os militares não parecem ter exercido influência significativa no processo de tomada de decisões – a militarização não veio diretamente para dominar a política partidária. Em vez disso, reformulou a natureza do partido a longo prazo (ARNOLD, 1983).

4.3 A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA: UMA SOVREVIDA À REVOLUÇÃO

Faz-se incontestemente o papel crucial desempenhado pelos soviéticos no desenvolvimento e modernização do Afeganistão desde o final dos anos 1950, o que fez com que nenhum dos governos em Cabul, monárquico ou republicano, tentasse adotar políticas prejudiciais aos seus interesses. Os soviéticos adquiriram amplo e intensivo conhecimento e compreensão das realidades sociais, políticas, culturais e econômicas do Afeganistão; nos duzentos anos que precederam a revolução de Saur, até seis mil monografias sobre o Afeganistão foram publicadas tanto Rússia czarista quanto na União Soviética. Apesar de não terem participado na tomada revolucionária de Cabul, em abril de 1978, os soviéticos estenderam-lhe considerável assistência econômica, militar e logística, concluindo, em menos de oito meses após a revolução, um tratado de paz e amizade com o regime marxista, cujo artigo 4º continha um compromisso explícito por parte de Moscou com a segurança do novo regime afegão (BRADSHER, 1985; BROXUP, 1988; WESTAD, 1994).

Os líderes soviéticos justificaram o envio de suas tropas para o Afeganistão em dezembro de 1979 a partir de suas obrigações sob o tratado de 1978, bem como pelo Artigo 51 do Capítulo da ONU. Amin solicitava ajuda militar soviética desde o inverno de 1979, quando

a insurgência começou a se espalhar pelo campo. Os soviéticos enviaram-lhe diversos conselheiros militares e vigiaram o alcance e a escala dos combates na guerra civil afegã. No verão de 1979, contudo, a situação no país tornou-se altamente complicada. Por um lado, as políticas repressivas de Amin não estavam funcionando nas províncias; apenas reforçavam a resistência popular ao regime. Por outro, a liderança de Amin no PDPA estava sendo desafiada por um número considerável de seus colegas de gabinete. Amin pediu aos soviéticos um número não especificado de tropas para o verão, e algumas negociações ocorreram entre Cabul e Moscou. Em agosto, Brezhnev enviou o general Ivan Pavlovskii, comandante em chefe das Forças Terrestres soviéticas ao Afeganistão, a fim de que fosse feito um levantamento completo de todo o terreno. Pavlovskii passou três meses no país conduzindo a pesquisa (GUPTA, 1986). Os soviéticos, então, tinham uma ideia precisa da condição da guerra civil, bem como das forças e fraquezas dos dois lados quando finalmente decidiram intervir. As implicações político-estratégicas da intervenção foram debatidas e decididas no Politburo do PCUS, cujo exercício levou em conta, como Brezhnev revelou após a intervenção, todos os aspectos da traumática ação soviética projetada, especialmente seu impacto sobre suas relações com os Estados Unidos, além dos alinhamentos geopolíticos nas regiões estratégicas do Golfo Pérsico, África Austral e Ásia Meridional (GUPTA, 1986; BROXUP, 1988).

A primeira crise verdadeiramente aguda do regime veio com a revolta de Herat, em março de 1979, e isso fez com que a liderança soviética começasse a se concentrar mais cuidadosamente nos eventos que ocorriam no Afeganistão; a reação soviética nesta época foi de crescente alarme, inicialmente silenciado por uma cautela bem fundamentada. A revolta em massa começou em Herat com um motim na 17ª Divisão do Exército Afegão, em 15 de março, em resposta às ações do Khalq. Membros do partido e conselheiros soviéticos foram atacados até que os soldados trazidos de Kandahar pudessem restabelecer o controle do regime. Taraki recorreu aos soviéticos, solicitando que suas tropas cessassem a revolta, o que acabou por desencadear uma grande discussão no Politburo a respeito da situação no país (WESTAD, 1994; GUPTA, 1986).

A transcrição desta conversa tem um interesse histórico bastante considerável; para a liderança soviética, em 1979, teria parecido quase inconcebível que os registros de suas discussões um dia fossem publicados, e embora suas observações ainda devam ser interpretadas à luz de seus propósitos e estratégias individuais, elas oferecem uma imagem muito menos distorcida de seu pensamento na época do que as memórias. Em 17 de março, o Ministro de Negócios Estrangeiros soviético, Gromyko, apresentou uma imagem sombria da

situação, afirmando que o número de insuficiências era de milhares, estabelecendo como proposta fundamental que “em circunstância alguma poderiam perder o Afeganistão” (HERSHBERG, 1996-97, p. 97). Contudo, Aleksei Kosygin, Presidente do Conselho de Ministros, em uma reunião com Taraki em Moscou, em 20 de março, definiu a posição da liderança soviética no momento:

O desdobramento de nossas forças no território do Afeganistão imediatamente despertaria a comunidade internacional e provocaria consequências multifacetadas desfavoráveis... Gostaria de salientar mais uma vez que a questão de mobilizar as nossas forças foi examinada por nós em todas as direções; estudamos cuidadosamente todos os aspectos dessa ação e chegamos à conclusão de que, se nossas tropas fossem introduzidas, a situação em seu país não apenas não melhoraria, como também pioraria. Não se pode negar que nossas tropas teriam que lutar não só com agressores estrangeiros, mas também com parte do seu povo. E o povo não perdoa tais coisas (HERSHBERG, 1996-97, p. 147).

Hoje sabe-se que o Politburo chegou à decisão de intervir após um intenso debate, no qual seus membros não estavam igualmente entusiasmados. Todos os aspectos foram examinados minuciosamente, especialmente as maneiras pelas quais o ato de intervir afetaria as relações de Moscou com os EUA e sua posição frente a Europa Ocidental, o Golfo Pérsico, o Oriente Médio e o Sul da Ásia. Muita atenção foi dada ao que mais tarde se descreveu como ‘a atmosfera sob a qual a decisão de prestar assistência soviética ao Afeganistão foi tomada’. (GUPTA, 1986). Na percepção soviética, os Estados Unidos decidiram, desde 1977, rebaixar a *détente* e adotar uma estratégia de confronto. Tal estratégia começou com a eleição de Jimmy Carter como presidente americano, cujo principal arquiteto foi seu conselheiro de segurança nacional, Zbigniew Brzezinski. Teve como marco inicial diretriz presidencial, em agosto de 1977, solicitando a criação de uma *Rapid Deployment Force* (RDF), e foi levado adiante através da promessa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de maio de 1978, de aumentar os gastos militares dos países membros, bem como o congelamento virtual do acordo SALT II pelo presidente Carter, além da aliança semi-estratégica forjada entre os Estado Unidos e a China.

Houve outras ações americanas levadas em conta pelos líderes soviéticos – a forte desvalorização pelo governo Carter da importância de melhorar as relações com a União Soviética; a decisão de negar à União Soviética um papel na solução de problemas e disputas em regiões próximas a ela, como o Oriente Médio; a intensificação da presença naval dos Estado Unidos perto de fronteiras meridionais da URSS; um movimento ativo para modernizar as armas da estratégia americana e a recusa do governo Carter em manter um

diálogo americano-soviético construtivo. Assim, aos olhos do Politburo, o período da *détente*, como florescido durante o governo Nixon, havia acabado e uma nova era havia começado. Ademais, os acontecimentos na área ao redor do Afeganistão também foram levados em consideração. O evento principal foi a queda do Xá do Irã e seu regime apoiado pelos americanos. Quando a revolução de Saur eclodiu, sob o revolucionarismo de Amin, os soviéticos estavam profundamente preocupados em proteger o Afeganistão e as repúblicas da União Soviética da Ásia Central de uma invasão por parte do fundamentalismo islâmico revolucionário. Para os Estados Unidos, no entanto, a intervenção no Afeganistão foi tratada como uma afirmação absolutamente inaceitável de poderio militar para além das fronteiras legítimas do bloco soviético (GUPTA, 1986).

Deste modo, o Afeganistão tornou-se um divisor de águas nas relações soviético-americanas. Mais tarde, com Ronald Reagan na Casa Branca, os Estados Unidos embarcaram na maior construção militar em tempos de paz da história, cujo objetivo declarado era o de recuperar a superioridade estratégica em relação à União Soviética. Neste aspecto, no entanto, os Estados Unidos foram forçados a conceder paridade estratégica aos soviéticos. Ao defender com força militar a revolução marxista no Afeganistão, a União Soviética sinalizou duas mensagens importantes para o resto do mundo. Primeiro, os países que compunham o sistema socialista mundial – seus membros, membros associados e membros com *status* de observadores – poderiam depender da URSS para ajuda militar, se não proteção; portanto, nenhum poder externo os invadiria facilmente ou tentaria com sucesso desestabilizá-los. Em segundo lugar, havia chegado a hora de um realinhamento de forças no Terceiro Mundo, a fim de identificar a vanguarda da mudança e do anti-imperialismo, bem como seus aliados firmes e confiáveis, e de diferenciar essas nações daquelas que escolheram – ou outrora foram forçadas a escolher – seguir a linha capitalista-imperialista.

Na percepção soviética, então, a operação afegã foi inteiramente defensiva; seu objetivo principal era o de garantir um Estado vizinho amigável, bem como proteger o flanco sul do bloco de possíveis intervenções de forças estrangeiras, como o fundamentalismo islâmico e o imperialismo americano, operando através de uma série de países antissoviéticos, como o Paquistão, a Arábia Saudita, o Egito e a China. Ao mesmo tempo, Moscou estava bem ciente das ligações entre o Afeganistão e a mudança de situação estratégica no Golfo Pérsico. Os pronunciamentos soviéticos implicavam que, assim como os Estados Unidos tentavam operar uma estratégia abrangente para o Irã, Golfo Pérsico, Paquistão e Afeganistão, os soviéticos também buscavam promover uma contra-estratégia abrangente para toda a área com o objetivo de reduzir a influência americana, aumentar a própria influência de Moscou e

modificar o equilíbrio de poder regional, se não contra os Estados Unidos, ao menos a favor de uma presença soviética a par da americana em estabilidade regional e gestão de conflitos.

A intervenção também trouxe à tona algumas mudanças que já haviam ocorrido nas equações de poder global e regional. O ano de 1979 trouxe um forte abalo não apenas à ordem política de orientação norte-americana, que abrange a maior parte do mundo em desenvolvimento, como à ordem econômica mundial. Grande parte do mundo que de alguma forma se recuperou do choque do salto dos preços do petróleo no início dos anos 1970 foi profundamente abalada pelo segundo grande aumento nos preços no final do mesmo período. Com a chegada dos anos 1980, os países foram apanhados por uma severa recessão; as políticas econômicas adotadas por Ronald Reagan minaram a unidade política das nações capitalistas industrializadas. À medida que os Estados Unidos embarcavam resolutamente em um programa de construção massiva de armas – com o objetivo de restaurar a superioridade militar americana sobre a União Soviética –, nitidamente destacava-se a importância das nações estratégicas amigas que cooperariam na construção de um consenso para a contenção do poder e da influência soviética. A União Soviética, por sua vez, precisava de aliados fortes e viáveis em regiões estratégicas do mundo a fim de se defender da ofensiva americana. A intervenção no Afeganistão, contudo, refletiu em uma grande mobilização norte-americana de nações do Terceiro Mundo para condenar, deplorar ou lamentar a ação do Kremlin na Conferência Islâmica Mundial e nas Nações Unidas (HALLIDAY, 1980).

Deste modo, essa “Segunda Guerra Fria” constituiu-se em grande parte em um empreendimento norte-americano, alicerçado na construção militar global unilateral da América e, finalmente, culminando nos investimentos de US \$500 bilhões de dólares de Ronald Reagan. Se o Afeganistão foi palco de uma “ofensiva militar-ideológica soviética”, paradoxalmente, colocou o Kremlin em uma postura defensiva em uma ampla frente político-estratégica. As tropas soviéticas se afundaram em uma prolongada guerra civil no Afeganistão, brutal e sangrenta em suas operações diárias, semanais e sazonais, e muito cara em termos políticos, no que dizia respeito ao seu prestígio e imagem diante da comunidade dos países em desenvolvimento. O próprio Brezhnev justificou a intervenção como uma ação defensiva, cujo objetivo era garantir a segurança das fronteiras meridionais do Estado soviético. Os soviéticos, disse ele, viram:

Uma ameaça real de que o Afeganistão perderia sua independência e se tornaria uma ponte militar imperialista em nossa fronteira sul... Chegou o momento em que não poderíamos mais deixar de responder ao pedido do governo amigo do Afeganistão. Ter agido de outra forma significaria deixar o Afeganistão à mercê do imperialismo, permitindo que as forças agressivas repetissem naquele país o que conseguiram

fazer, por exemplo, no Chile (...) (*Pravda*, 23 de fevereiro de 1980, em GUPTA, 1986, p. 94, tradução nossa.)

O tamanho do contingente limitado ou das forças armadas soviéticas e a retórica do poder militar assertivo provocaram uma resposta americana que foi muito além de Moscou, no que se configurou em uma contra-afirmação do poderio militar americano. A obsessão do governo Carter com a situação iraniana inevitavelmente o fez perceber a intervenção soviética como uma ameaça ao Irã, ao Paquistão e, de fato, a todo o mosaico de interesses americanos e ocidentais na região do Golfo Pérsico. Carter descreveu a intervenção soviética no Afeganistão como “a maior ameaça à paz” desde a Segunda Guerra Mundial, viu-a como uma ameaça tanto para o Irã quanto para o Paquistão e como um degrau para seu possível controle sobre grande parte do suprimento de petróleo do mundo, além de um ‘salto quântico na natureza do comportamento soviético’. Assim, os Estados Unidos fizeram do Paquistão uma espécie de Estado linha de frente em sua própria estratégia de resistência aos soviéticos, oferecendo-lhe, em 1980, um pacote de ajuda militar e econômica avaliada em US\$ 3,1 bilhões de dólares; em seis anos, foram adquiridos mais de quarenta aviões F-16, pagos com um grande empréstimo proveniente da Arábia Saudita (GUPTA, 1986; WESTAD, 2007).

A missão soviética no Afeganistão, todavia, foi mais do que uma mera operação de resgate. A revolução precisava não apenas ser salva, mas também viabilizada, ser capaz de ficar de pé, sustentar-se; para assegurar isso, era necessário trazer de volta a economia devastada e o sistema político do Afeganistão a um processo ordenado de reconstrução revolucionária. No cumprimento deste objetivo, sem precedentes na experiência soviética, a URSS foi confrontada com um abrangente conjunto de obstáculos: uma resistência afegã generalizada; assistência militar significativa aos rebeldes por um grupo de países antagônicos liderados pelos Estados Unidos; um partido dominado por facções, cuja base organizacional e a força necessárias para enfrentar o desafio da reconstrução revolucionária eram insuficientes; uma opinião pública mundial indignada e hostil e, por último, mas não menos importante, a falta de recursos e a falta de experiência do próprio Kremlin em lidar com uma situação complicada e prolongada de guerra de guerrilha em um país de Terceiro Mundo, atrasado, fragmentado, árido e montanhoso.

O que torna a revolução marxista afegã diferente de outras revoluções marxistas ou do período pós-Segunda Guerra Mundial é que, primeiro, ela foi criada por um partido marxista fragmentado, sem os meios necessários para garantir sua eficácia; e, segundo, tinha que depender das armas soviéticas para sobreviver. No início, porém, a intervenção militar pretendia provocar certo impacto na diplomacia e assustar os rebeldes e seus aliados

estrangeiros com cautela, circunspeção e, finalmente, submissão (GUPTA, 1986). Brezhnev afirmou, mais tarde, que o Politburo havia ponderado todas as implicações de curto e longo prazo da intervenção antes de tomar a decisão final. Durante a primeira semana, a ênfase se concentraria na execução perfeita da operação militar. O anúncio conciso de 27 de dezembro sublinhou a legitimidade da intervenção, bem como seus objetivos. Neste aspecto, Carl von Clausewitz, autoridade entre os mais diversos planejadores militares, possui uma famosa advertência, neste caso pertinente à guerra afegã: “O primeiro, o mais grandioso e decisivo ato de julgamento que o estadista e general exerce é justamente para entender a guerra em que ele se engaja, não para tomá-la por algo, ou querer fazer algo dela, o que, pela natureza de suas relações, é impossível que seja (...)” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 121).

Quando a retórica diplomática de Moscou enfrentou os Estados Unidos, a postura soviética foi uma combinação entre força inflexível e pré-disposição para reconhecer os interesses e preocupações legítimos da América e dos aliados ocidentais, desde que os EUA fizessem o mesmo em relação às preocupações e interesses da União Soviética. Brezhnev admitiu a legitimidade parcial da preocupação americana e da Europa Ocidental sobre o fluxo ininterrupto e livre de petróleo do Golfo Pérsico, e o *Pravda* afirmou que Moscou não tinha planos para o petróleo da Ásia Ocidental e nenhuma intenção de avançar para os portos de águas quentes do Golfo Pérsico. Brezhnev também declarou que as tropas soviéticas não ficariam no Afeganistão por mais tempo do que o necessário. “Queremos afirmar com toda a certeza de que estaremos prontos para iniciar a retirada de nossas tropas assim que todas as formas de interferência externa dirigidas contra o governo e o povo do Afeganistão forem totalmente encerradas”, anunciou Brezhnev em sua entrevista ao *Pravda*, em 22 de fevereiro de 1980 (GUPTA, 1986).

O jornal *The Guardian*, de Londres, publicou um relatório, em janeiro de 1980, em que sugeria que as tropas soviéticas deveriam manter um perfil discreto. Isto, entretanto, mudou rapidamente. Os soviéticos logo se envolveram em confrontos diretos com os rebeldes, sobretudo porque o fraco exército afegão tornou-se inútil em virtude de deserções e falta de moral, necessitando ser reconstruído com jovens recrutas, o que levaria tempo. No verão de 1980, os reservistas da Ásia Central tiveram que ser substituídos por tropas regulares de combate. O principal foco soviético, no entanto, estava na diplomacia. O governo Carter não parecia tão disposto a pagar um preço alto pelo apoio logístico do Paquistão a um programa que fornecesse armas aos rebeldes afegãos. A situação mudaria radicalmente com a posse do governo Reagan. Os Estados Unidos, agora mais determinados a fortalecer a resistência afegã, estavam prontos a pagar um preço considerável pela cooperação paquistanesa. Assim, todos

os contatos diplomáticos entre os norte-americanos e Moscou foram cortados e o anti-sovietismo do governo Reagan transformou o Afeganistão em símbolo da falácia de um expansionismo soviético e de sua suposta busca por hegemonia.

A guerra assumiu dimensões ainda maiores entre os anos de 1982 e 1983. Com a cooperação do Paquistão – na época oficialmente negada –, a CIA pôs em prática um programa de canalização de armas de fabricação soviética, compradas do Egito, Somália e outras fontes, direcionando-as aos rebeldes; um certo número de armas chinesas também foi fornecido através da fronteira sino-afegã e do próprio Paquistão. Enquanto o exército afegão ainda estava sendo preparado para a batalha, as forças soviéticas lançaram uma série de grandes ofensivas com o intuito de dispersar várias concentrações rebeldes. Uma das maiores operações foi dirigida contra uma força rebelde de três mil homens, liderada por um carismático líder fundamentalista islâmico, Ahmed Shah Massoud, no Vale do Panjshir. Os soviéticos teriam feito quatro tentativas anteriores de expulsar os guerrilheiros do Vale, mas nenhuma com sucesso. A força rebelde de Massoud continuou a assediar as linhas de comunicação soviéticas, emboscar comboios, capturar armas soviéticas e subverter soldados afegãos. Por pelo menos uma vez eles conseguiram penetrar na base aérea de Bagram, perto de Cabul. Em maio de 1982, após um bombardeio aéreo de uma semana, as forças soviéticas e afegãs foram introduzidas de helicóptero no estreito vale de Panjshir.

Os rebeldes, no entanto, foram avisados do plano de batalha e escaparam pelos vales laterais e ao longo do topo das cordilheiras. Em janeiro de 1983, as forças soviético-afegãs e os guerrilheiros de Massoud concluíram uma trégua não escrita que, por um tempo, foi sustentada pela mídia de Cabul como um novo padrão de relacionamento emergente entre o regime marxista e os grupos de resistência locais. A trégua, no entanto, acabou em abril de 1984, quando Massoud reparou sua base logística no vale, recrutou e treinou dois mil novos guerrilheiros. Em abril de 1984, os soviéticos lançaram outra grande ofensiva contra a força rebelde de Massoud, que permaneceu foragido e com suas forças de resistência ativas (ARNOLD, 1985).

As operações militares contra as guerrilhas de Massoud têm um significado político particular. Panjshir foi o centro do mais forte grupo fundamentalista no Afeganistão desde o início dos anos 1970. O mentor de Massoud era o líder fundamentalista Rabbani, baseado em Peshawar, o qual nutria amplos contatos com o *Jamaat-i-Islami*, do Paquistão, o partido fundamentalista responsável pelo socorro e cuidado dos mais de três milhões de refugiados afegãos em território paquistanês. Assim, as forças soviéticas foram mobilizadas desde 1982 e 1983 para expulsar grandes concentrações de guerrilheiros contrarrevolucionários em áreas

onde existia a grande possibilidade de se formar um governo rebelde. Exceto pelo Vale Panjshir, as cidades de Kandahar e Herat e partes do distrito de Ghazni, contudo, as forças guerrilheiras não conseguiram estabelecer uma identidade coletiva – apesar da intensa pressão dos Estados Unidos e das capitais árabes. Mesmo nessas regiões, o esforço coletivo se limitou a coordenar a resistência às forças soviético-afegãs. Entre 1983 e 1984, as forças soviéticas conseguiram colocar Kandahar e Herat sob o controle de Cabul, mas as áreas rurais ao redor desses centros urbanos continuaram fora de um domínio firme por parte do regime marxista.

Como citou Gupta (1986), a guerra mais brutal é a guerra civil, e o Afeganistão não foi uma exceção. O quadro geral de Selig Harrison sobre a situação político-militar no Afeganistão em 1984 era o de um “impasse cada vez mais profundo”. De um lado, o regime marxista soviético subsidiado era lento, mas firmemente buscava construir e consolidar uma cidade-Estado afegã estável em Cabul e seus arredores, sustentada não apenas pelas forças soviéticas, mas também pela tentativa de um elaborado aparato militar e paramilitar. Por outro lado, grupos dispersos de combatentes dedicados a minar as forças de resistência, embora militares mais bem coordenados do que no passado, continuavam sem a infraestrutura política necessária para acompanhar os sucessos militares, estabelecendo áreas libertadas e seguras no campo.

Para Giustozzi (2000), ainda, a decisão soviética de intervir foi influenciada muito mais pelas lutas dentro do partido no poder e o enfraquecimento que isso gerou do que pelo progresso da contrarrevolução em campo. Explicar o fracasso das reformas também é vital para compreender os desdobramentos que antecederam e seguiram a intervenção soviética. Embora o debate continue, surgiu uma opinião de relativa uniformidade entre os estudiosos, que atribui considerável importância à estrutura social tradicional do campo afegão e à falta de membros rurais no quadro do PDPA. No que diz respeito à estrutura social, o limitado grau de modernização no meio rural afegão, que permitiu a sobrevivência das lealdades locais aos notáveis e proprietários rurais, foi identificado como um fator fundamental para o escasso apelo da revolução entre os camponeses (GIUSTOZZI, 2000).

J.H. Grevemeyer fez um relato elaborado sobre isso no início de 1980, descrevendo a relação patrono/cliente na raiz da vida política no campo afegão. Enquanto outros sustentam que o embate é basicamente cultural, entre um movimento marxista e uma população rural fortemente islâmica, os dois pontos de vista não são mutuamente excludentes. Quase todos concordam que as reformas foram mal concebidas ou, pelo menos, que precisavam de uma organização muito mais sofisticada para serem administradas de maneira adequada. É claro, também, que o caráter predominantemente urbano do PDPA, somado à política de absorção

dos poucos quadros rurais e potenciais recrutas na burocracia urbana após a revolução, condenou o regime a contar com membros jovens e despreparados mesmo em cargos de responsabilidade para lidar com questões cruciais em nível local. Isso favoreceu o surgimento de tensões que, por sua vez, acabaram por desencadear confrontos violentos, cuja fraqueza do Estado afegão, tornada ainda mais evidente pelos esforços excessivamente ambiciosos de centralização contra as tribos, permitiu que a revolta se espalhasse.

As causas da insegurança foram diferentes em diferentes partes do país. Em muitas aldeias, a primeira reação ao governo revolucionário não foi negativa, mas a inflexibilidade e inexperiência das autoridades locais logo levaram à hostilidade aberta. Em outros lugares, os primeiros anúncios da reforma agrária iminente levaram direto a uma explosão. Já no verão de 1979, em várias províncias, apenas os centros provinciais ainda eram mantidos pelo regime, enquanto muitas localidades importantes estavam sitiadas. Em setembro, trinta centros distritais estavam entre mãos rebeldes. No outono de 1979, formações rebeldes estavam ativas em vinte e cinco províncias de vinte e oito, enquanto no final do ano dezessete províncias estavam basicamente sob controle *mujahideen*, bem como mais da metade das aldeias (HALLIDAY, 1980).

À parte da retórica da Guerra Fria, a dinâmica do regime foi simplesmente considerada sob a rubrica de uma ‘sovietização’, que poupou muito trabalho aos analistas, enquanto a atenção se concentrou na presença soviética. Alguns *insights* valiosos sobre as características do regime e suas políticas estão disponíveis, mas nenhuma análise completa. A solução para a crise afegã que os soviéticos tentaram implementar depois de janeiro de 1980 já havia sido delineada em abril de 1979, quando as consequências da revolta de Herat foram discutidas pelo Politburo. Segundo a direção soviética, como a massa da população desconhecia o caráter progressista do programa PDPA, era necessário avançar passo a passo, de forma planejada. O aparelho de Estado deveria ser reconstruído, as Forças Armadas reorganizadas e fortalecidas, uma vez que a fragilidade do Estado nas províncias foi considerada particularmente preocupante.

O clero e os notáveis tribais foram identificados como forças com as quais era necessário se encaixar, mas mesmo o apoio de estratos sociais que deveriam estar mais próximos da revolução precisava ser reconquistado – a *intelligentsia*, a pequena burguesia e os escalões mais baixos do clero. Era preciso fazer compreender aos camponeses que foi a revolução que lhes deu a terra e que, se caísse o governo, eles a perderiam. A base política do regime deveria ser alargada, mas mantendo o protagonismo do partido, cuja unidade interna deveria ser restaurada. Em suas características principais, este era o programa que se esperava

que o presidente Karmal colocasse em prática após 27 de dezembro de 1979. Poderia ter sido um programa viável no início da revolução, em abril de 1978, mas no final de 1979 a situação no país havia se tornado muito mais complicada.

Quanto à visão ocidental predominante da luta afegã, ela foi grosseiramente distorcida, uma vez que negou a realidade de um impasse político. Nesta abordagem simplista da narrativa convencional, há uma dicotomia afiada entre um regime ilegítimo em Cabul, incapaz de estabelecer sua presença para além da capital, e um foco alternativo de legitimidade, supostamente fornecida coletivamente por aqueles que combatiam os grupos de resistência, os quais eram vistos como no controle da maior parte da área terrestre do país. Neste aspecto, é verdade que o regime de Cabul não teve um apelo majoritário em grande parte do campo; mas tampouco tinha a resistência. O que a guerra civil afegã escancarou, na realidade, foi que a maior parte do Afeganistão – seja durante a revolução, seja como em suas últimas décadas e séculos –, era intrínseca e predominantemente governada por tribos locais e senhores da guerra, amparados, sobretudo, por seus próprios laços étnicos (HARRISON, 1984).

4.4 CONTRARREVOLUÇÃO E INSURGÊNCIA: O PAPEL DO APOIO EXTERNO

Se havia algo de previsível após a intervenção soviética, foi o fato de que haveria uma resistência popular significativa. O que não estava claro era o quão abrangente, bem organizada, sustentável ou determinada tal resistência seria. Em seu livro *Da Guerra*, publicado em 1832, Clausewitz analisou as circunstâncias sob as quais o que ele chamou de “insurreição geral” poderia ser eficaz, identificando cinco precondições, sendo elas que: a guerra “deve ser travada no interior do país”; ela “não deve ser decidida em um único golpe”; o “teatro de operações deve ser razoavelmente grande”; o “caráter nacional deve ser adequado para o tipo de guerra”; e, por fim, o “país deve ser duro e inacessível, seja por conta de suas montanhas, florestas, ou métodos locais de cultivo” (CLAUSEWITZ, 2010). Paralelos que se adequavam significativamente à situação do Afeganistão nos anos 1980.

Apesar disso, a resistência popular a uma força de ocupação não é inevitável, e, em muitos casos de ocupação estrangeira, elementos importantes da população do país ocupado optam por colaborar ou permanecer passivos, seja por falta de interesse ou por desejo de mudar com as correntes predominantes. No caso do Afeganistão, a resistência surgiu determinada, sobretudo nas áreas rurais onde a ação do Estado era mais enfraquecida. Motivada por uma série de fatores, incluindo cálculos de interesse, cabe destacar o papel da politização do Islã como uma das bases de resistência que se provou ser de fundamental

importância, sobretudo contra as tentativas de modernização. Ainda que, de forma geral, o papel dos líderes religiosos fosse relativamente limitado no Afeganistão, como ideologia de resistência, moldada no crisol da comunidade muçulmana inicial da península arábica, onde os céticos representavam uma séria ameaça à sobrevivência do profeta e de seus seguidores, o Islã se mostraria consideravelmente importante (MALEY, 2002).

O termo que surgiu para descrever a resistência ao ceticismo foi a *jihad*, que pode ser traduzida como “luta”, “esforço” ou “empenho” (LEWIS, 1988). Foi esse termo que opositores afegãos do regime marxista rotineiramente usaram para descrever sua luta, também derivando da mesma raiz árabe da *jihad* as palavras *mujahid* e *mujahideen*, que identificavam os praticantes da *jihad*. A palavra *mujahideen* passou a ser utilizada como um termo genérico para a resistência afegã e seus vários componentes. O significado dessas designações deriva de suas implicações morais, pois como apontado por Lewis:

De acordo com o ensinamento muçulmano, a *jihad* é um dos mandamentos básicos da fé, uma obrigação imposta a todos os muçulmanos por Deus, através da revelação. Em uma guerra ofensiva, é uma obrigação da comunidade muçulmana como um todo; em uma guerra defensiva, torna-se uma obrigação pessoal de todo homem adulto muçulmano (LEWIS, 1988, p. 73).

Segundo Maley (2002), a potência do Islã como uma ideologia de resistência, contudo, não conduz mecanicamente a uma comunidade de crentes com mentalidade marcial. A doutrina é flexível e está sujeita a constante reinterpretação e, em todo o caso, é apenas uma das várias fontes de motivação individual. Mas cabe salientar, no caso afegão, a poderosa capacidade de encorajar e gerar comprometimento que a legitimação da ação por referência à sanção divina pôde atingir (MALEY, 2002).

Em seu início, a resistência afegã constituiu-se basicamente como um movimento de base. A maior parte dos muçulmanos afegãos que inicialmente pegaram em armas contra a URSS não eram intelectuais muçulmanos, mas sim praticantes do que se poderia chamar de “islamismo de aldeia”, que desprezava o ateísmo e definia a sua aceitação como um afastamento da ordem (MALEY, 2002). Isso ia diretamente de encontro à visão dos soviéticos, amplamente conhecidos por serem ateus, o que os condenava veementemente aos olhos dos aldeões afegãos. Essa aversão pelo ateísmo tendia a ser reforçada por uma preocupação tanto pela independência do Afeganistão como unidade política, quanto pelo desejo de autonomia pessoal que a afirmação do poder estatal comprometeria, mas foi o rechaço declarado ao ateísmo soviético um dos criadores da base moral para a oposição, que

ajudou a transformar o que eram bolsões de resistência, ainda que substanciais, em uma insurgência mais complexa.

Elementos dessa guerra foram evidentes durante a vida da resistência afegã, e como Louis Dupree (1989) apontou, o combate possuía um caráter sazonal, sendo a guerra processada por redes frouxas, geralmente baseadas em normas de reciprocidade em um contexto tribal, em vez de militares profissionais treinados e organizados. Isso não quer dizer que não houvesse combatentes com habilidades militares participando; pelo contrário, ex-recrutas do Exército afegão, que haviam retornado às suas aldeias após o serviço militar obrigatório, muitas vezes possuíam algumas habilidades úteis para enfrentar o desafio soviético e conseguiram obter algum destaque local (DUPREE, 1989). Em contraste com um modelo de guerra tradicional, no entanto, as bases da resistência afegã tendiam a perseguir objetivos localizados, mas tendo como base um sistema de valores mais profundo e politizado, o que dificultou sua decapitação ou a cooptação. Como Jalali e Grau argumentaram, a estrutura *mujahideen* seria difícil de encaixar em um gráfico linear, pois nunca houve uma liderança central que fosse essencial para a causa. (JALALI e GRAU, 2010).

Não se pode, entretanto, generalizar sobre a resistência, sobretudo porque desde o início das revoltas, no verão de 1978, havia diferenças em variações significativas no comportamento de tais elementos. Os grupos diferiam em escala e capacidade, em grau de engajamento, nas redes de solidariedade preexistentes sobre as quais se construíram, em termos de quais questões os provocavam a agir e até mesmo em valores específicos em si. As atividades militares também eram diversas, figurando entre as principais formas de operação ofensiva às emboscadas até aos ataques de bombardeio, as guerras de minas e o bloqueio de linhas de comunicação inimigas. Tampouco foi um fenômeno puramente rural, mas a ênfase das forças de ocupação soviéticas em proteger as cidades e principais rotas de comunicação significava que os resistentes urbanos eram confrontados por uma força mais concentrada. Embora essas atividades não fossem necessariamente movidas por uma visão estratégica abrangente, seu objetivo geral era bastante claro e consistia em tornar onerosa a presença soviética no país (SHAHRANI e CANFIELD, 1984).

Em termos de apoiadores externos, a resistência afegã recebeu suporte através de uma variedade de canais internacionais. As formas assumidas por essa assistência variavam de estritamente morais e humanitárias a materiais, mas cada uma delas era importante a seu modo e servia para manter viva a questão afegã (MALEY, 2002). A Organização das Nações Unidas (ONU) foi a primeira organização internacional na qual a oposição à intervenção soviética foi articulada, e também a mais importante, embora seu escopo para ação concreta

fosse limitado. Em 1980, seus 15 membros incluíam EUA, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China como membros permanentes, que, de acordo com o Artigo 27, gozavam do direito ao veto de todos os assuntos não processuais. Por essa razão, não havia perspectiva de que o Conselho de Segurança adotasse qualquer resolução condenando a intervenção soviética, e não o fez.

Contudo, em 1950, a Assembleia Geral da ONU havia adotado a Resolução 377, posteriormente mais conhecida como a “Resolução Unidos pela Paz”, que previa a convocação de uma Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral no caso de o Conselho de Segurança não poder agir em resposta a uma ameaça ou quebra da paz. Em 9 de janeiro de 1980, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 462, pela qual – sem mencionar explicitamente a Resolução Unidos pela Paz – decidiu convocar uma Sessão Extraordinária de Emergência da Assembleia Geral. Como essa resolução era processual, o voto dissidente soviético não constituía um veto, e a Sessão Especial de Emergência prosseguiu, de 10 a 14 de janeiro. Como não houve Sessão Especial de Emergência desde a Guerra dos Seis Dias de 1967, a mera convocação da sessão foi um evento notável. A sessão também adotou a Resolução ES-6/2 de 14 de janeiro de 1980, que exigia “a retirada imediata, incondicional e total das tropas estrangeiras do Afeganistão” (MALEY, 2002).

No que se refere aos Estados Unidos, a administração Carter ficou profundamente contrariada e, como se sabe hoje, seu envolvimento no conflito começou a se aprofundar antes muito antes. Em uma entrevista concedida ao seminário francês *Le Nouvel Observateur*, em 1998, Brzezinski afirmou que o apoio dos EUA aos *mujahideen* havia iniciado seis meses antes da intervenção soviética (GIBBS, 2000). De acordo com o relato de Brzezinski, o presidente Carter assinou uma diretiva em 3 de julho de 1979 aprovando a ajuda aos opositores do regime marxista afegão, e o próprio Brzezinski ofereceu a Carter a opinião de que isso resultaria em uma intervenção militar soviética, caracterizando a ação como conscientemente potencializadora da probabilidade de que a URSS invadisse o Afeganistão (MALEY, 2002). Sob a ótica da Guerra Fria, o objetivo era, segundo ele, dar à União Soviética o seu Vietnã.

Mesmo admitindo a possibilidade de Brzezinski – uma suposição razoável, dado que a diretiva de julho de 1979 fornecia apenas assistência médica e propaganda não letal – o governo dos EUA estava disposto a apoiar a derrubada do regime de Taraki e Amin. Assim, o apoio dos Estados Unidos aos *mujahideen* afegãos levou ao desenvolvimento de um robusto programa de assistência militar. Imediatamente após a intervenção, Carter assinou uma nova diretiva que previa o fornecimento de armas letais aos *mujahideen* e um carregamento de fuzis

Enfield que chegariam em 10 de janeiro de 1980 (COGAN, 1993). Também houve uma ajuda significativa proveniente de vários governos árabes, a exemplo do Egito, cujo presidente, Anwar al-Sadat, era um aliado próximo dos norte-americanos, e cuja participação tornou-se um importante elo no país para abastecer a cadeia de suprimentos de armas. Ainda mais importante foi o papel da Arábia Saudita, onde o Serviço de Inteligência chefiado pelo príncipe Turki al-Faisal Saud forneceu fundos robustos para apoiar a resistência, embora seja quase impossível calcular os volumes envolvidos (COGAN, 1993; MALEY, 2002).

O Paquistão, por sua vez, desempenhou um papel ainda mais crucial no recrudescimento do conflito, fornecendo ajuda a grupos de resistência desde o momento inicial da intervenção no país. A fim de se compreender a participação paquistanesa no conflito é necessário delinear algumas das peculiaridades do contexto geopolítico do Paquistão, tanto no que diz respeito ao Afeganistão quanto à política mais ampla do subcontinente indiano. O Paquistão tem sido confrontado por problemas de integração e identidade nacional desde a sua criação, emergindo como um Estado territorialmente bifurcado, como resultado da divisão da Índia britânica pela Lei da Independência da Índia. Porém, em contraste com a Índia independente, que tem sido formalmente um Estado democrático por quase todo o período desde a sua criação, o Paquistão passou por etapas prolongadas de governo militar e, mesmo quando o governo militar não foi exercido diretamente, o medo de uma intervenção teve impacto em suas práticas políticas, fornecendo incentivos aos membros da elite civil para usarem de seus cargos como um bem posicional para fins de enriquecimento pessoal enquanto podiam (MALEY, 2002).

Antes de 1978, o Afeganistão estava muito mais próximo da Índia do que do Paquistão, tendo inclusive votado contra a admissão do mesmo nas Nações Unidas. Tal ação se explicava pela antiga disputa territorial e fronteiriça acerca da criação de um “Pashtunistão”. Desta forma, de setembro de 1961 a maio de 1963, as relações diplomáticas entre o Afeganistão e o Paquistão foram suspensas. Enquanto o Afeganistão prosseguia com menos vigor a questão de um Pashtunistão independente no período da “Nova Democracia”, a memória da disputa foi gravada na consciência de uma geração de líderes civis e militares paquistaneses, que temiam uma insegurança regional em caso de grandes hostilidades com a Índia. Assim, o apoio do Paquistão a grupos contrarrevolucionários também leva em consideração a hostilidade histórica, datada desde a demarcação, em 1893, da fronteira entre o Afeganistão e a Índia Britânica – a Linha Durand. Além disso, uma fronteira porosa entre Afeganistão e Paquistão tornou esse último um destino natural para os refugiados afegãos, o que contribuiu para o envolvimento do país no conflito. De acordo com dados do Escritório do Alto Comissariado

das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o final de 1979 foram contabilizados 600.000 refugiados, estando cerca de dois terços deles no Paquistão e o restante no Irã. No final de 1980, o número havia subido para 1,9 milhão, atingindo o seu pico em 01 de janeiro de 1990 com 6,2 milhões, dos quais cerca de 3.250.000 estavam no Paquistão (DUPREE, 1987; UNHCR, 2000).

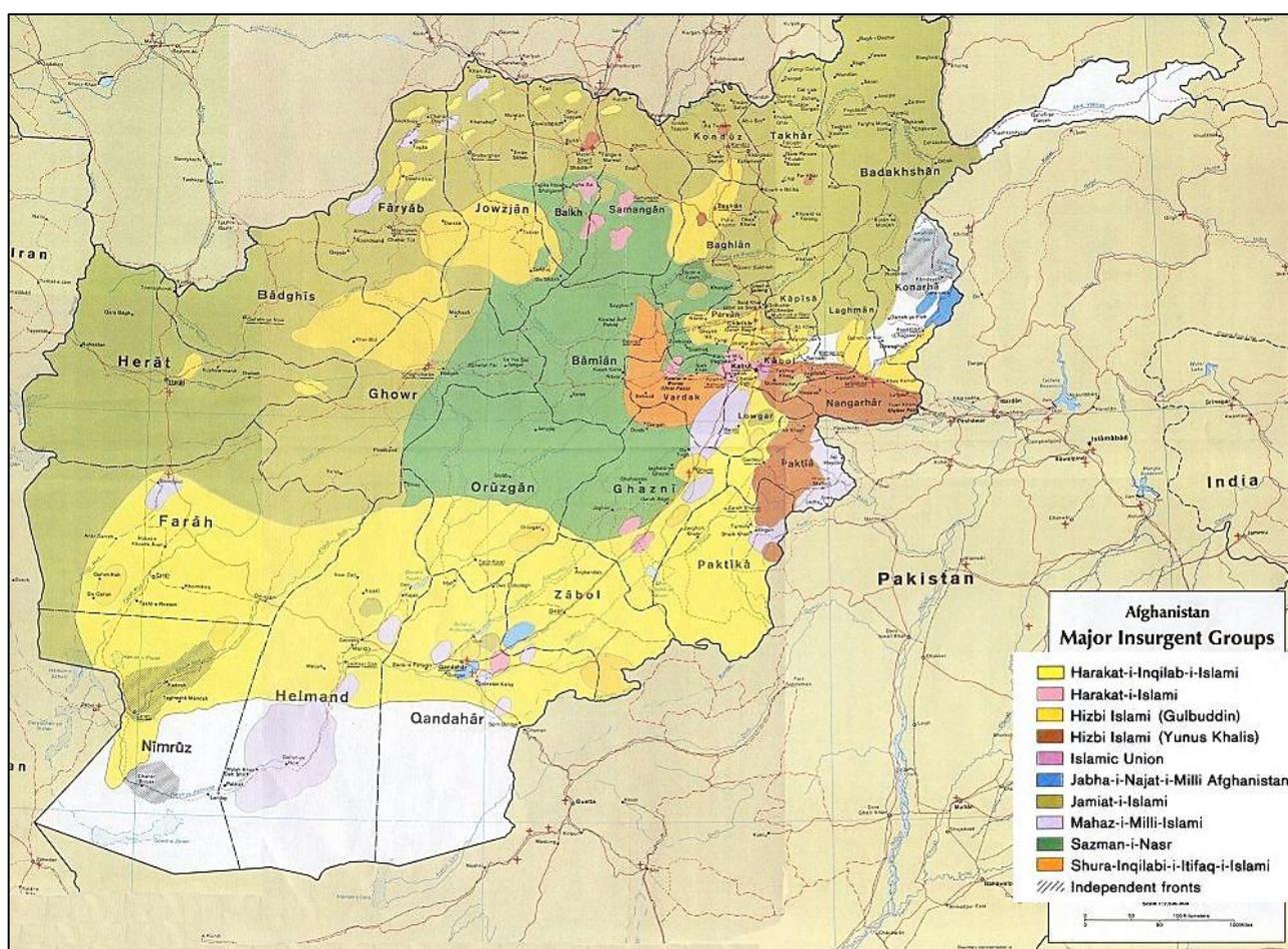
As aldeias de refugiados tampouco eram áreas simplesmente residenciais ou politicamente neutras. Elas desenvolveram suas próprias organizações políticas internas, nas quais afegãos, partidos de resistência e comitês de ordem pública disputavam influência, estando tais estruturas ligadas aos mecanismos mais amplos da resistência afegã. A maior parte da assistência à resistência era dirigida através do Exército paquistanês, sobretudo porque o processo era facilitado em virtude de o Paquistão estar sob domínio militar durante grande parte da guerra afegã-soviética. A partir de cálculos de interesse, o Exército do Paquistão lançou-se no processo de apoiar os *mujahideen* afegãos com considerável entusiasmo; no cerne da política do Exército paquistanês estava o Departamento Afegão da *Inter-Services Intelligence* (ISI), sendo a ISI em si notavelmente livre de freios e contrapesos, mesmo em comparação a outras agências de inteligência (MALEY, 2002).

As operações paquistanesas no Afeganistão, contudo, dependiam de total sigilo, em parte devido ao desejo do Paquistão de evitar represálias soviéticas em seu solo por realizar atividades militares contra o regime marxista afegão, mas também porque os Estados Unidos davam grande importância à “negação plausível” como um elemento de operações secretas no Afeganistão. Em suas memórias, o ex-secretário de Estado americano, George Shultz, registrou uma conversa, em 1988, entre o presidente Ronald Reagan e Muhammad Zia-ul-Haq, um dos presidentes do regime militar paquistanês, após a assinatura dos Acordos de Genebra sobre o Afeganistão; Reagan pergunta a Zia como ele lidaria com o fato de violar o acordo, ao passo que Zia responde que “eles simplesmente mentiriam sobre isso; pois já estavam negando suas atividades há oito anos” (GIBBS, 2000; GOODSON, 1998).

Com o passar do tempo, o papel do Paquistão como transportador de armas para a resistência afegã, além de apoiador técnico e logístico de combatentes afegãos, tornou-se extremamente substancial. Foi, entretanto, tudo menos neutro, o que acabou distorcendo a luta afegã e trazendo consequências perturbadoras a longo prazo (MALEY, 2002; RUBIN, 2002). A ISI foi assumida em Washington como uma fonte dotada de um bom entendimento a respeito dos afegãos e com valiosos contatos entre os partidos da resistência; assim, os norte-americanos deram à ISI uma liberdade significativa na distribuição de armas financiadas pelos Estados Unidos (WEINBAUM, 1994).

Contudo, como observa Rubin (2002), a mobilização de uma grande coalizão, o estabelecimento de uma administração civil para substituir o Estado em uma região do país ou a tentativa de atrair apoio da cidade de Cabul ou de desertores do exército do regime foram todos fatores considerados irrelevantes pelo Paquistão. Em vez disso, os critérios de eficácia foram “um alto nível de financiamento externo, vínculos fracos com a sociedade local e comandantes instruídos e com proximidade ideológica à ISI” (RUBIN, 1995, p. 201). A abordagem do Paquistão não estava, desta forma, sequer remotamente preocupada com o futuro pós-revolucionário afegão (WEINBAUM, 1994).

Figura 2: Mapa dos principais grupos contra insurgentes durante a revolução



Fonte: Global Security, 2021.

No que se refere às alianças contrarrevolucionárias, no entanto, entre os diversos movimentos insurgentes (como mostra a Figura 2) e a distribuição de forças no terreno (Figura 3), um grupo específico merece certo destaque, sobretudo em virtude de sua organização, suporte e proeminência no conflito afegão. Os Sete de Peshawar constituíram uma aliança de grupos islâmicos sunitas baseados em Peshawar durante a guerra anti-

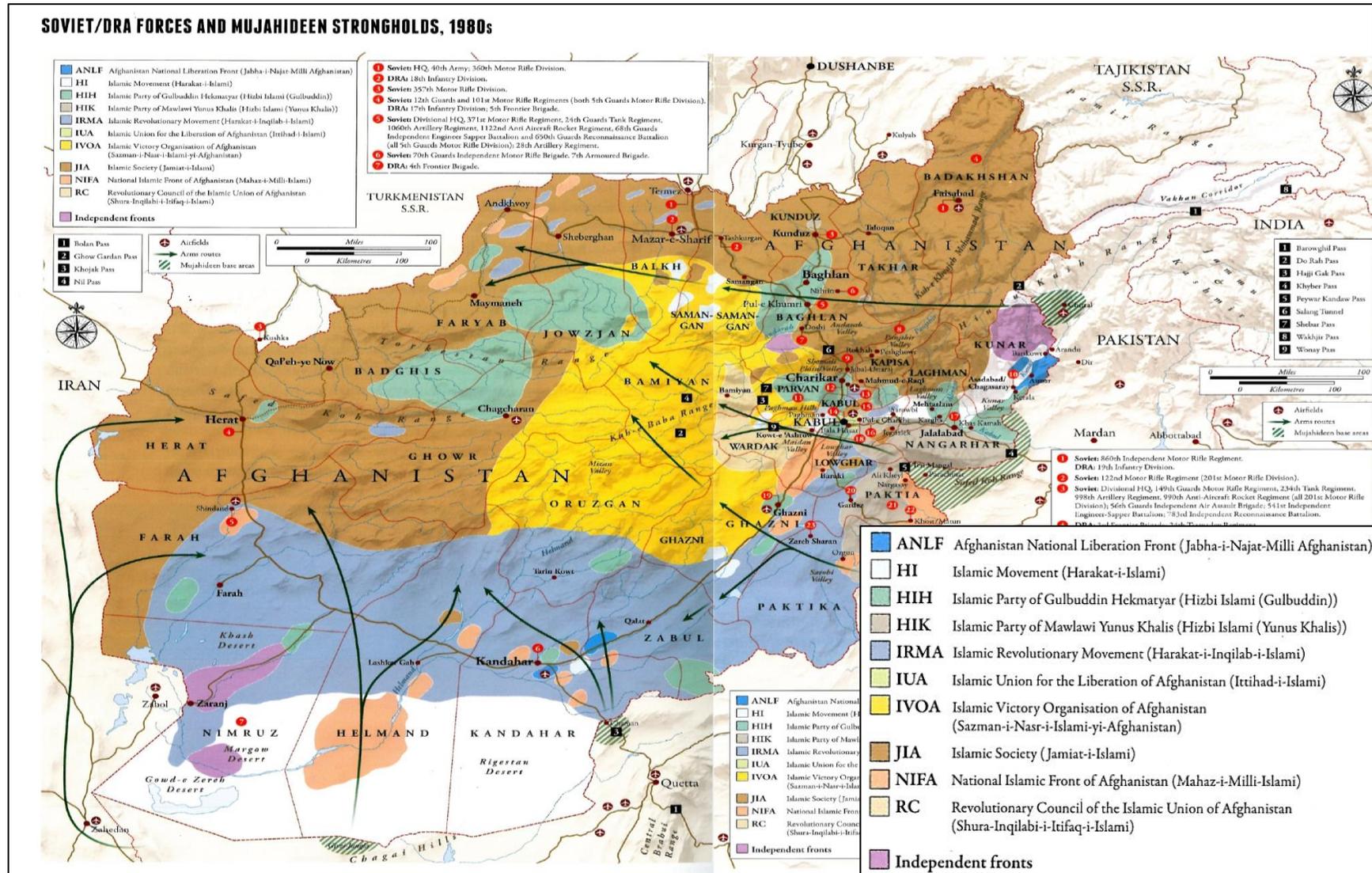
soviética. Tal aliança foi formalizada em 1985, e contou com toda a ajuda do eixo EUA-Paquistão, pois os grupos de resistência nacionalistas e de esquerda foram cortados de suprimentos. Em resposta às políticas do regime marxista em 1978 e à intervenção soviética em 1979, os grupos de resistência foram organizados para lutar principalmente por objetivos bem específicos: remover a potência estrangeira, preservar o Islã e os modos tradicionais afegãos e conter as modernizações e transformações tentadas pelo novo regime.

Tabela 2: Alianças Anti-soviéticas – “*The Peshawar Seven*” (Aliança dos Sete de Peshawar)

Organizações Fundamentalistas	Lideranças	Organizações Tradicionalistas	Lideranças
Sociedade Islâmica do Afeganistão (JIA)	Burnhanuddin Rabbani	Frente de Libertação Nacional	Sibghatullah Mujahidi
<i>Hezb-e Islami – HIH</i> (Partido Islâmico)	Gulbudin Hikmatyar	Frente Nacional Islâmica	Sayyid Ahmad Gailani
<i>Hezb-e Islami – HIK</i> (Partido Islâmico)	Mawlawi M. Yunus Khalis	Movimento Revolucionário Islâmico	Mawlawi Muhammad Nabi Muhammadi
Aliança Islâmica para a Libertação do Afeganistão	Abdur Rabbur Rasul Sayyaf		

Fonte: elaboração própria.

Figura 3: Forças Soviéticas/RDA e Redutos Mujahideen em 1980



Fonte: MCNAB, 2019.

O movimento islâmico fundamentalista, por sua vez, já existia no país desde os anos 1960; sua manifestação em Cabul foi através da Juventude Muçulmana – que eclodiu em 1965 como uma resposta imediata ao surgimento do PDPA. À medida que as rebeliões se espalhavam em 1979, três grupos islâmicos divididos entre conservadores e tradicionalistas surgiram paralelamente a quatro grupos fundamentalistas. Os conservadores se organizaram em torno de um padrão de lealdades pessoais e entre eles estavam figuras importantes do antigo regime, chefes tribais e líderes religiosos treinados em madrassas particulares. Eles se alocavam principalmente no sul do Afeganistão, dominado pelos Pashtuns, perto da fronteira com o Paquistão. O objetivo dos tradicionalistas foi postulado como ser a salvaguarda da independência do Afeganistão e os defensores do islamismo (BEZHAN, 2013).

Careciam, no entanto, de um programa de reformas e favoreciam a restauração da monarquia. Uma aliança dos três grupos tradicionalistas respondeu positivamente a um apelo feito pelo ex-rei, Zahir Shah, em julho de 1983 para se juntar a ele na formação de uma Frente Única Nacional contra Babrak Karmal e as forças soviéticas. Os tradicionalistas tinham fortes conexões familiares e empresariais no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha, além acesso a cientistas sociais e jornalistas ocidentais, e receberam apoio militar e político direto e crescente dos norte-americanos, bem como da Arábia Saudita e do Egito. Nos meios de comunicação ocidentais, inclusive, eles foram frequentemente descritos como ‘moderados’ (BRADSHER, 1999; HALLIDAY, 1980).

Os fundamentalistas islâmicos, em contrapartida, constituíam grupos revolucionários de matiz diferente. Eles sustentavam a visão de uma reestruturação radical da sociedade afegã com base em um mandato islâmico inequívoco e explícito. Ademais, almejavam eliminar as distinções étnicas entre os Pashtuns e as tribos ou grupos nacionais não-Pashtuns porque acreditavam que essas distinções não faziam parte do islamismo, apenas enfraqueciam o Estado afegão e mantinham sua população dividida em uma guerra consigo mesma. Almejavam, assim, uma nova ordem baseada na fraternidade autêntica e na igualdade entre todas as nacionalidades. Além disso, consideravam o sistema político anterior a 1978 como seriamente falho, o que os fazia rejeitar qualquer espécie de restauração da monarquia. Queriam, então, um governo central assertivo, cujo papel deveria ser de cunho ativista, intrusivo e doutrinário, não bastando apenas libertar o Afeganistão de uma ocupação estrangeira e defender o Islã, mas também estabelecer uma ordem política e social islâmica.

Tabela 3: Principais Grupos Anti-soviéticos na Guerra Civil Afegã

Grupos Anti-soviéticos	Etnia dominante	Principais líderes	Ano de formação	Lutou contra
* <i>Hezb-e Islami</i> – <i>HIH</i> (Partido Islâmico) ⁵	Pashtun	Gulbudin Hekmatyar	1975	1978 – 1992: forças soviéticas; 1992 – 1996: governo <i>Mujahideen</i> ; 1996: Talibã
* <i>Hezb-e Islami</i> – <i>HIK</i> (Partido Islâmico – divisão do <i>HIH</i>)	Pashtun	Mawlawi M. Yunus Khalis	1979	1979 – 1992: forças soviéticas
* <i>Harakat-e-Inqilab-i-Islami</i> (Movimento Revolucionário Islâmico)	Pashtun	Mawlawi Muhammad Nabi Muhammadi	1960	1980 – 1992: forças soviéticas
* <i>Ittehad-e Islami</i> (Aliança Islâmica para a Libertação do Afeganistão)	Pashtun	Abdur Rabbur Rasul Sayyaf	1980	1980 – 1992: forças soviéticas; 1992 – 1996: <i>Hezb-e Islami</i> (Partido Islâmico, <i>HIH</i>); 1995 – 2001: Talibã
* <i>Jebh-e-Nejat-i-Melli Afghanistan</i> (Frente de Libertação Nacional)	Pashtun	Sibghatullah Mujahidi	1978	1980 – 1992: forças soviéticas 1992 – 1996: <i>Hezb-e Islami</i> (Partido Islâmico, <i>HIH</i>);
* <i>Mahaz-e-Melli</i> (Frente Nacional Islâmica)	Pashtun	Sayyid Ahmad Gailani	1979	1980 – 1992: forças soviéticas
* <i>Jamiat-i Islami</i> (Sociedade Islâmica do Afeganistão – JIA)	Tadjiques	Burnhanuddi n Rabbani	1973	1980 – 1992: forças soviéticas; 1980 – 1996: <i>Hezb-e Islami</i> (Partido Islâmico, <i>HIH</i>); 1996 – 2001: Talibã

⁵ O *Hezb-e Islami* – partido radical islâmico que adotou uma postura oposicionista desde que foi formado – lutou contra todos os governos desde 1978. Como a Irmandade Muçulmana, o *Hezb-e Islami* requeria o estabelecimento de um Estado islâmico puro e utilizava de uma estrutura organizacional altamente disciplinada, construída em torno de um pequeno quadro de elites educadas. O partido se dividiu em 1979, e os dois grupos passaram a ser conhecidos pelo nome de seus líderes – *Hezb-e Islami* (de Hekmatyar), referido como *HIH* e *Hezb-e Islami* (de Khalis), referido como *HIK*. Durante o período anti-soviético, o *Hezb-e Islami* foi uma das principais forças militares que se opuseram às forças soviéticas. Com sede em Peshawar durante a guerra, Hekmatyar tinha fortes ligações com a poderosa agência de segurança do Paquistão, a Diretoria de Inteligência Interserviços (ISI), e recebeu a maior parte das armas dos Estados Unidos e do Oriente Médio.

<i>Shura-e Nazar</i> (Conselho de Supervisão do Norte)	Tadjiques	Ahmad Shah Massoud	1984	1980 – 1992: forças soviéticas; 1992 – 1996: <i>Hezb-e Islami</i> (Partido Islâmico, HIIH); 1995 – 2001: Talibã
<i>Jombesh-e Melli Islami</i> (Movimento Nacional Islâmico do Afeganistão)	Uzbeques/ Turcomenos	General Abdul Rashid Dostum	1992	1980 – 1992: <i>Mujahideen</i> ; 1992: forças soviéticas; 1980 – 1996: <i>Hezb-e Islami</i> (Partido Islâmico, HIIH); 1996 – 2001: Talibã

*Posteriormente seriam membros da Aliança dos Sete de Peshawar.

Fonte: elaboração própria.

Embora a guerra soviético-afegã possa ser dividida em fases distintas, é vital perceber que a natureza da insurgência desafia a adesão estrita a divisões convenientes. Batalhas ensaiadas, campanhas distintas e ações decisivas que indicam a mudança de curso do conflito raramente ou nunca ocorrem na guerra assimétrica. É da própria natureza de uma insurgência, caracterizada por lutas de baixa e média intensidade e a enorme disparidade entre as capacidades dos protagonistas, que nenhum dos lados seja capaz de infligir um golpe decisivo em seu oponente através de encontros nítidos. Como acontece com todos os conflitos não convencionais, o resultado da guerra soviético-afegã dependeria do efeito cumulativo de anos de poder de combate aplicado de forma constante em uma disputa de atrito, na qual o vencedor conseguisse derrotar seu oponente por meio de perdas inaceitáveis (MCNAB, 2019).

Desde o início, os combates ocorreram em todo o Afeganistão, com o pico mais alto atingido no Leste, fato confirmado pela grande proporção de refugiados e afegãos deslocados internamente que fugiram da área ao longo dos nove anos de conflito. Como esta região era adjacente à fronteira paquistanesa, através da qual a maior parte da ajuda estrangeira fluiu para a resistência durante o período, as províncias orientais do país naturalmente se tornaram o foco de atenção especial dos soviéticos, sendo o estabelecimento de um “tampão”, ou cordão sanitário, seu principal objetivo. Desde o começo da guerra e durante a maior parte de seu curso, a maioria das operações conduzidas pela resistência permaneceu consistente com sua limitada capacidade ofensiva. Já em março de 1980 os soviéticos lançaram sua primeira grande ofensiva com uma varredura no vale de Kunar, que deixou cerca de mil *mujahideen* e civis afegãos mortos, mas conseguiu pouco mais do que expulsar temporariamente para outros vales os líderes da resistência que, no período após a iminente retirada soviética, retomaram suas posições iniciais. De fato, esse cenário caracterizou fortemente o curso da guerra (MCNAB, 2019).

As tropas terrestres seriam, então, retiradas, deixando para trás uma pequena ou nenhuma presença. Isso permitiria que estes mesmos oponentes restabelecessem sua antiga configuração em território afegão, algo que tanto as forças soviéticas quanto as da RDA teriam, novamente, que tentar eliminar – um cenário frustrante e caro, que inevitavelmente favoreceu a insurgência.

4.4.1 Retirada Soviética (1989) e a Sobrevivência do Regime

Em maio de 1986, Karmal foi removido do cargo de Secretário Geral do Comitê Central do PDPA, sendo substituído por Mohammad Najibullah, cujo governo duraria até 1992. Com isso se inaugurava uma nova fase da guerra soviético-afegã. Para Halliday (1999), se houve uma decisão-chave sobre a retirada das tropas soviéticas, ela se deu em 13 de novembro de 1986, em uma das reuniões do Politburo. Gorbachev teria expressado opiniões firmes acerca do prolongamento do conflito no Afeganistão, já com duração de seis anos, enfatizando que, se a abordagem não fosse modificada, o problema se estenderia. O objetivo, então, seria que a completa retirada das tropas se desse em um período de até dois anos, sendo 50% delas retiradas em 1987 e os 50% restantes no ano seguinte (HALLIDAY, 1980).

De 1982 a 1988 uma série de conciliações foi estruturada e orquestrada pela ONU, tendo como produto os Acordos de Genebra. As comunicações entre Cabul e Islamabad foram iniciadas em abril de 1981 por Javier Pérez de Cuéllar, do Peru, nomeado em fevereiro de 1981 pelo Secretário Geral da ONU. Entretanto, quando se está lidando com problemas políticos complexos, a mera existência de negociações não implica, de forma evidente, um progresso em direção a um acordo. Desta forma, como esperado, a conclusão dos Acordos de Genebra foi uma tarefa difícil, sobretudo porque os projetos de acordo lidavam não apenas com a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, mas também com a descontinuação da assistência externa – ajuda do Paquistão e dos EUA – à resistência afegã. Coincidindo com a assinatura dos Acordos, o governo dos EUA emitiu uma declaração de que “as obrigações assumidas pelas partes [os EUA e a URSS] eram simétricas. A este respeito, os Estados Unidos aconselharam a União Soviética de que manteriam o direito, consistente com suas obrigações como fiadores, de prestar assistência militar aos partidos no Afeganistão. Se a União Soviética exercesse moderação na prestação de assistência militar às partes no Afeganistão, os EUA também exerceriam moderação” (DEPARTMENT OF STATE BULLETIN, 1985).

Os Acordos, além disso, apresentavam uma série de falhas, com diversos focos de conflito, uma vez que os grupos de resistência afegãos não foram contemplados pelo processo de negociação. Deixaram, também, uma questão crucial em aberto, que seria o caráter dos governantes do país. O Secretário-Geral, em 14 de abril de 1988, declarou que os Acordos “estabelecem a base para o exercício por todos os afegãos de seu direito à determinação, um princípio consagrado na Carta” (UN, 1988). Contudo, isso não foi cumprido e o hiato não foi simplesmente uma fraqueza estética, tendo em vista que tais lacunas significaram que questões fundamentais em disputa poderiam permanecer sem solução.

Neste contexto, a ascensão de Najibullah sinalizou uma grande mudança na política afegã. Para garantir a sobrevivência de seu regime após a retirada soviética, Najibullah precisou jogar um jogo duplo: dentro do partido consolidou sua autoridade e desencadeou mudanças estruturais, enquanto em suas relações externas tentou trazer os *mujahideen* para um processo de negociação política. O anúncio da saída soviética inaugurou um período de certa unanimidade dentro do Partido, que se mobilizou para garantir sua própria sobrevivência, especialmente durante o ataque *mujahideen* em Jalalabad, na primavera de 1989. No entanto, as tensões continuaram a aumentar e, aproveitando a progressiva retirada dos soviéticos, os Khalqis várias vezes tentaram recuperar o controle, valendo-se de suas posições nos Ministérios da Defesa e do Interior.

Depois de várias investidas em 1986, principalmente para garantir a segurança das cidades, o governo de Cabul proclamou a política de Reconciliação Nacional, em janeiro de 1987. Após a reunião plenária do partido e a declaração de um cessar-fogo unilateral a partir de 15 de janeiro, o governo pediu aos líderes da oposição armada que negociassem. Além disso, uma anistia geral foi promulgada em 24 de janeiro para os afegãos envolvidos em atividades antigovernamentais. Finalmente, em oito de março de 1988, Najibullah se encarregou de estabelecer contatos com grupos de oposição, os quais foram reconhecidos como futuros parceiros.

Na ocasião, em novembro de 1987, uma *Loya Jirgah* aprovou a nova constituição, com um contorno geral que se manteve próximo ao de 1964. Composta por chefes tribais, intelectuais e notáveis, a *Loya Jirgah* objetivava designar o Presidente da República para um mandato de sete anos. O presidente tinha direito de veto sobre as decisões parlamentares, que só podiam ser anuladas por uma maioria de dois terços. Assim, o Parlamento foi eleito por seis anos, enquanto o Senado foi metade nomeado pelo Presidente e metade eleito. Neste ínterim, houve concessões simbólicas significativas, como o islamismo voltar a ser a religião

oficial do Estado, e o Afeganistão adotar uma nova cor de bandeira, agora sem a predominância do vermelho.

A retirada das forças soviéticas, por sua vez, não seria um processo tranquilo e Najibullah tinha pouca fé na sobrevivência do regime. Moscou pressionou os Estados Unidos e o Paquistão no que se refere ao apoio prestado à resistência afegã e, em 23 de julho, o vice-ministro de Relações Exteriores da URSS, Vladimir Petrovskii, em entrevista ao jornal *The Washington Post*, advertiu que a retirada poderia não cumprir o prazo estabelecido, a menos que a ajuda aos *mujahideen* fosse cortada (CORDOVEZ e HARRISON, 1995). No entanto, permaneceu fundamentado o interesse da URSS de se retirar do Afeganistão, cumprindo o prazo final de 15 de agosto para o recuo de metade de sua força. Quando a data final da retirada se aproximava, o isolamento internacional do regime de Cabul tornava-se cada vez mais palpável. Na primeira semana de janeiro de 1989, os soviéticos fecharam seu hospital militar em Cabul e evacuaram os pacientes; em 21 de janeiro, o grupo diplomático da Alemanha Ocidental partiu e, em 27 de janeiro, Reino Unido, França, Japão e Itália também anunciaram a retirada de seus diplomatas. Por último, em 30 de janeiro, os Estados Unidos fecharam formalmente sua embaixada, que só seria reaberta novamente em 2001 (RUBIN, 1995; MALEY, 2002).

Em outubro de 1988, Iulii Vorontsov, um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores soviético foi nomeado embaixador no Afeganistão. Barnett Rubin (1995) argumenta que Vorontsov tinha a missão de “criar um governo de coalizão que incluiria o PDPA, os *mujahideen* e representantes do antigo regime, a fim de que tomassem o poder após a retirada soviética” (RUBIN, 1995). Em 27 de novembro, uma reunião ocorreu no Ministério das Relações Exteriores paquistanês, em Islamabad, entre quatro funcionários soviéticos e dois oficiais da resistência: o engenheiro Abdul Rahim, da Sociedade Islâmica do Afeganistão (JIA), e Ghairat Baheer, do *Hezb-e Islami* de Hekmatyar (REUTERS, 28 de novembro de 1988).

Todas as reuniões, no entanto, terminaram sem qualquer resultado concreto, assim como a terceira rodada de negociações com Vorontsov, realizada em Islamabad de 6 a 9 de janeiro de 1989. A diferença entre as partes era grande demais e, apesar de o mandato de Vorontsov buscar garantir um governo de coalizão, era exatamente isso que os partidos *mujahideen* não podiam tolerar: uma aceitação da legitimidade do PDPA como força política (SAIKAL e MALEY, 1991). O foco dos *mujahideen* era, em vez disso, assumir o poder no Afeganistão após o então esperado colapso do regime de Najibullah. Em meados da década de 1980, houve tentativas de se promover uma aparência de unidade entre os partidos sunitas, baseados no

Paquistão, culminando no estabelecimento, em 16 de maio de 1985 da “Aliança Islâmica dos *Mujahideen* do Afeganistão”. A aliança existia principalmente no papel, mas servia para produzir um porta-voz da resistência, com os líderes dos sete partidos participantes cumprindo mandatos de três meses. Em 1988, foi feito um esforço para montar um Governo Islâmico Interino, com os membros sendo anunciados em 19 de junho. A lista de membros foi supostamente elaborada por Hamid Gul, diretor-geral do ISI, fortemente envolvido na orquestração de todo o processo (RUBIN, 1995).

Assim, o fim do envolvimento soviético viu diferentes pretendentes ilegítimos ao poder colocados uns contra os outros, em um país cujo Estado tinha capacidade limitada de funcionar de forma autônoma, sem o apoio externo. O regime de Najibullah foi desafiado a nível político pelo impotente Governo Islâmico Interino e os interesses de seus promotores externos. Contudo, o significativo poder dos comandantes locais e regionais não estava integrado a estruturas organizacionais efetivas em nível nacional. Sem processos para reconciliar esses antagonismos ou um poder político legítimo, o resultado só poderia ser determinado por manipulação política e combate em campo de batalha, o que prepararia o cenário para uma segunda e terceira onda de guerra no Afeganistão. Com isso, uma lição ficou ainda mais clara durante a década de 1990: a reconstrução política em Estados rompidos é um processo complexo e laborioso, que envolve uma extensa reconquista de confiança, com mudanças não apenas entre as relações de elite, mas também entre os atores não estatais, além de esforços contínuos para se promover uma institucionalização política (MALEY, 2002; REUVENEY e PRAKASH, 1999).

4.4.2 Cabul e o Colapso Tardio: o simbolismo da capital

Poucos observadores esperavam que o regime de Najibullah durasse muito tempo após a retirada das tropas soviéticas. No entanto, mais de três anos se passaram antes que finalmente se desintegrasse – depois, ainda, da queda do bloco soviético e com a capital Cabul intacta. Os anos seguintes, por sua vez, seriam anos daquilo que Goodson classificaria como “guerra civil de alta intensidade” (GOODSON, 1998). Esses anos foram marcados por uma crescente indiferença em relação ao Afeganistão no mundo em geral, impulsionado em parte pelo surgimento de eventos dramáticos em outros lugares. Os Estados Unidos e seus principais formuladores de políticas preocuparam-se com a administração cuidadosa da transição na União Soviética, e depois de agosto de 1990 com a invasão iraquiana do Kuwait e seus governos regionais e internacionais, acarretando em um desengajamento norte-americano na

questão afegã. A situação no Afeganistão parecia, então, uma preocupação menor quando comparada a estes grandes eventos, e inevitavelmente isto impactou no tratamento que recebeu. No longo prazo, no entanto, foi um período de grande significado para o Afeganistão, visto que o país se tornou palco de uma amarga guerra transnacional que possibilitou que grupos como a Al-Qaeda e figuras como Osama Bin Laden encontrassem um refúgio.

Até o golpe de 1992 e a ascensão do governo Rabbani, a situação parecia um impasse: o regime não caiu e os *mujahideen* se declararam incapazes de conseguir uma vitória militar ou de formular uma alternativa política crível; o espírito da *jihād* começou a enfraquecer e a linguagem da Reconciliação Nacional passou a parecer mais plausível. Onde quer que o governo se abstinhasse de lançar ataques, o cessar-fogo de fato e a coexistência mais ou menos pacífica começaram a se estabelecer. Com o fim do período de retirada, contudo, as tensões dentro do governo se agravaram. Em março de 1990, os Khalqis tentaram um golpe final, com a ajuda do partido *Hezb-i Islami*. Para os Khalqis, que se opunham a Najibullah e à sua estratégia de Reconciliação Nacional, o golpe representava a possibilidade de adquirir o poder e, ao mesmo tempo, alcançar a legitimidade islâmica através de uma aliança com o partido.

Apesar da ajuda soviética em larga escala, que atingiu US\$ 14,2 bilhões no ano da retirada, o ônus financeiro e político da política de Reconciliação Nacional minou progressivamente a infraestrutura do Estado afegão. Para pagar as milícias, o governo adotou uma política inflacionária que resultou em um aumento espetacular da oferta monetária. No entanto, mais do que o ônus financeiro, a perda de controle sobre as províncias ameaçou o regime. As autoridades contaram cada vez mais com as milícias e estabeleceram com elas uma relação de clientelismo; o Exército apostou nas milícias para garantir a segurança das cidades, mas também para realizar grandes ofensivas. Os milicianos de Abdul Rashid Dostam, originários do noroeste, lutaram por todo o Afeganistão, o que os colocou praticamente em posição de um Exército regular. Estes homens estavam sistematicamente envolvidos nos combates mais duros, pois eram voluntários, às vezes pagos por resultados, e não podiam desertar para os *mujahideen*, de quem não esperavam misericórdia. Essa milícia, oficialmente a 53ª divisão, era composta por 20 a 40.000 homens e respondia diretamente aos residentes, ignorando o Ministério da Defesa (RUBIN, 1995a; MARSDEN e SAMMAN, 2001).

A eficácia das milícias pressupunha raízes locais que, a princípio, o governo encorajou, mas no devido tempo traria consequências negativas. Em algumas províncias, os problemas crônicos do Exército regular deixaram os milicianos como a força militar local predominante. Seu poder de barganha cresceu substancialmente em relação ao Estado, que era obrigado a pagar para manter a lealdade de grupos que nada mais eram do que exércitos privados.

Instituídas pelo próprio governo, como a de Rashid Dostam, as milícias eram perfeitamente capazes de se recusar a lutar, ou de perseguir políticas locais às vezes contrárias às do governo central. A desobediência era comum, e em muitos lugares a autoridade do governo não funcionava. O governo central perdeu, assim, o crédito que ganhou com sua política de moderação e sua interrupção das operações militares. A violência aleatória tornou-se predominante, e a das milícias foi tão arbitrária quanto a dos *mujahideen*.

O governo central, em contrapartida, tinha poucos meios à sua disposição para exercer pressão – os serviços secretos eram impotentes para controlar as milícias, as quais detinham um verdadeiro *esprit de corps*, muitas vezes baseado na solidariedade comunal. Nas províncias Uzbeques do Noroeste, os líderes mais poderosos das milícias haviam assumido o controle do aparato do partido e do Exército. Assim, diante do crescimento das milícias independentes, o Estado central tornou-se incapaz de controlar seu próprio aparato de segurança, onde a fragilidade do centro em relação à periferia punha em causa a funcionalidade e mesmo a existência do próprio Estado. A nomeação de funcionários geralmente estrangeiros nas províncias onde serviam por períodos limitados salvaguardava o controle do Estado central e impedia, em certa medida, o estabelecimento de autoridades locais excessivamente poderosas. No entanto, por razões práticas, o Estado fomentou a autonomia das milícias, criando um equilíbrio de poder cada vez mais desfavorável ao centro. As conquistas da pacificação acabaram sendo muito caras para um Estado exausto, já com dificuldades de sobreviver ao desaparecimento do auxílio soviético. A política do governo levou, assim, a uma perda gradual do controle da periferia, o que facilitou o golpe de 1992 e a ascensão de Rabbani (GUPTA, 1986; DUPREE, 1977).

Deste modo, o período de 1989 a 1992 pode ser considerado como de transição. A *jihad* dos primeiros anos acabou, mas a sobrevivência inesperada do regime de Cabul continuou a obstruir o estabelecimento da nova configuração política emergente. A ascensão dos *mujahideen* foi especialmente rápida durante a retirada soviética. Além disso, as armas inundaram o território, provenientes do Paquistão. Já durante o verão de 1988, um grande número de posições militares e cidades caíram nas mãos dos *mujahideen*. Essas vitórias, entretanto, foram em parte ilusórias, pois resultaram mais da redistribuição das defesas do governo do que de qualquer melhoria na coordenação ou logística da resistência. De fato, no contexto da situação pós-retirada, a estratégia paquistanesa visava a captura das cidades para precipitar o colapso do regime. Mas os guerrilheiros, em contrapartida, não dispunham de recursos humanos ou militares para levar a cabo uma campanha que exigia a coordenação militar de milhares de homens. Soma-se a isso o plano incipiente das Nações Unidas de

estabelecer um conselho pré-transição, o qual foi fatalmente esmagado pelo colapso do regime. Aqui, o veredicto de Rubin merece repetição: “Quando as instituições do Estado se desintegram e as facções armadas emergem como a principal forma de ação coletiva, os governos interinos não oferecem uma solução rápida para o problema da ordem política. Nenhum governo pode compensar a dissolução do Estado” (RUBIN, 1995). Infelizmente, essa maldição se aplicou não apenas a Najibullah, mas também a seus sucessores.

Assim, o período pós-1992 evidenciou ainda mais um problema antigo do Afeganistão, que era a ausência de um Estado coeso. Neste contexto, a fragmentação do Exército afegão significava que um governo não poderia nem remotamente esperar obter um monopólio imediato sobre os meios de violência em larga escala e o colapso dos instrumentos estatais significou que assegurar uma posição ministerial não era garantia de poder institucional. Em uma atmosfera de desconfiança desenfreada, a prudência ditaria a adoção de outras estratégias para garantir a posição de cada um. Grande parte da violência que destruiu Cabul refletiu a tomada de decisão racionalmente interessada de líderes, partidos e milícias em uma situação na qual não havia Estado para fornecer uma garantia abrangente de segurança. Refletiu, também, o interesse de alguns desses tomadores de decisão em impedir que qualquer Estado desse tipo tomasse forma (HALLIDAY, 1978; KHALIDI, 1991).

4.5 “REVOLUÇÃO DE CIMA” E A MODERNIZAÇÃO FRACASSADA

A trajetória do marxismo afegão é significativa no que se refere ao estudo sobre a construção do Estado e seus limites. Em sua abordagem sobre a história do Afeganistão moderno, Barnett Rubin refere-se ao período após abril de 1978 como o fracasso da “revolução de cima” (*revolution from above*): um ponto pertinente no que diz respeito a um estudo acerca do regime afegão, tanto porque capta as intenções, como os métodos do PDPA e porque ajuda, dentro de certos limites, a situar o caso afegão numa perspectiva comparativa (HALLIDAY e TANIN, 1998). A literatura sobre ‘revolução de cima’, cobrindo países como Japão, Turquia, Egito e Peru, tende a se concentrar em países cujos Estados já eram relativamente fortes: foi de dentro deles que surgiram as contra-elites revolucionárias e burocracias militares, que, por sua vez, empregaram os poderes desse Estado a fim de provocar mudanças estruturais. Era uma característica desses casos que a resistência – bem como o suporte externo para essa resistência – fossem relativamente fracos.

O registro de tais tentativas de transformações de cima em Estados mais fracos, no entanto, foi marcadamente diferente. Durante os anos 1960 e 1970, regimes revolucionários surgiram em países sem Estados fortes, a exemplo do Iêmen (1962), da Etiópia (1974) e do Afeganistão (1978). Neste último, dado o caráter social fragmentado, o resultado da pressão do Estado foi gerar uma resistência fissípara – que se origina de cada uma das partes divididas – e generalizada. O contexto histórico também era mais desfavorável; o choque entre a radicalização ideológica no topo e a sociedade fragmentada abaixo, exacerbada em cada caso pela intervenção externa, aberta e encoberta, foi ainda maior. Destes três casos, Etiópia e Afeganistão terminaram em derrota militar e mais fragmentação social, enquanto o terceiro, Iêmen, evitou esse destino apenas parcialmente, como resultado de um compromisso interno que confirmou a prevalência da sociedade descentralizada, tribal e armada sobre o Estado central. Neste aspecto, Migdal (1988) e Rubin (1988) enfatizam que o que aparecem como fenômenos pré-modernos – tribalismo, etnicidade, fundamentalismo – são, antes, produtos do mundo moderno.

Para Halliday e Tanin (1998), a lição tirada dos casos fracassados de ‘revolução de cima’ vai ao cerne das discussões contemporâneas sobre revoluções e os limites do Estado, sublinhando o ponto em que a própria história mostra as limitações da capacidade estatal e que os Estados fortes são peculiares a um determinado tempo e lugar no mundo moderno. Não que os Estados fracos possam evitar o impacto deste mundo moderno, pelo contrário, a própria fraqueza dessas entidades pode ser exacerbada quando fatores internacionais, na forma

de aspirações de transformação, por um lado, e a intervenção externa, por outro, combinam-se para agravar o choque entre o Estado e a sociedade. Assim, qualquer avaliação comparativa das ‘revoluções de cima’ e do histórico mais amplo de reformas sociais deve incluir a avaliação do caso afegão. É um estudo da construção fracassada do Estado, da tentativa de se consolidar e desenvolver um Estado moderno e, ao mesmo tempo, das formas sobre as quais o apoio externo, combinado com a força da oposição, serviu, ao final, para derrotar tal tentativa.

O regime marxista no Afeganistão foi exemplo de iniciativas de introduzir um conjunto de mudanças sociais e políticas por um grupo dentro do aparelho estatal comprometido com o objetivo de modernização do país. Os que assumiram o poder eram produtos de um sistema de ensino médio, sediados na capital e empregados nos setores militar e civil do Estado. Embora todos os regimes revolucionários e alguns reformistas exibam elementos de tal mudança imposta de cima, a categoria de Estados onde a ‘revolução de cima’ foi tentada é distinta. Em comum com outros casos em que isso ocorreu, o impulso no caso afegão veio, sobretudo, de uma percepção de ficar para trás, de atraso em relação a outros países da região e do Terceiro Mundo, e o fato de o Afeganistão não ser colonizado significava que essa percepção era tardia e intensa, uma característica que compartilhava com a Etiópia e Iêmen (HALLIDAY, 1978).

Da mesma forma, o curso de tal programa de modernização encontrou obstáculos comparáveis aos de outros casos semelhantes, onde uma introdução rápida de mudanças produziu resistência generalizada dentro da sociedade; a ideologia modernizadora do grupo no poder foi combatida por radicalismos alternativos, os quais cresceram em meio ao descontentamento popular; a própria intensidade da pulsão de transformação do Estado produziu fissuras não apenas dentro da sociedade, como dentro do próprio Estado. Com o tempo, este mesmo Estado procurou compensar as fraquezas e contratempos internos, contando com ajuda financeira e militar externa. O caso afegão foi um exemplo extremo desse tipo de reforma acentuada que ocasionou uma resistência particularmente violenta, interna e internacionalmente. Sua fragmentação e o que Migdal (1988) chamou de “caráter semelhante a uma teia” na sociedade afegã certamente permitiu que uma oposição mais ampla se desenvolvesse, transformando, como havia feito no Iêmen, elementos de solidariedade étnica, tribal e de outras naturezas na base para um efetivo movimento político e militar (MIGDAL, 1988).

Durante a guerra civil afegã a oposição islâmica e seus apoiadores externos estavam constantemente apostando na queda do regime em Cabul. O Estado afegão era extremamente fraco antes de 1978: como consequência de sua história particular, sem a consolidação do poder estatal associado ao domínio colonial, ele se confinava às principais cidades e linhas de

comunicação. De uma população estimada em 17 milhões, cerca de 85% trabalhava no setor rural. Assim, o Estado garantiu uma ordem mínima nas cidades, enquanto para o resto do país contou com uma série de alianças com líderes tribais, étnicos e religiosos.

Ademais, levantou impostos exíguos – a receita interna como porcentagem do PIB foi de cerca de 6% nas últimas duas décadas do regime, um valor muito baixo em comparação com os 20-30% geralmente considerados necessários para um Estado moderno. Em grande medida, já era dependente das receitas externas e, mais amplamente, de uma balança de poder internacional. Nunca aspirou a um controle efetivo da população ou do território, nem sequer demonstrou algo que se aproximasse do monopólio dos meios de violência. Como no Iêmen, grandes formações tribais mantiveram o controle político e social, bem como de grandes quantidades de armas.

Este era, por qualquer padrão, um Estado fraco, sem poder infraestrutural e com poder despótico muito limitado. Antes de 1978, não poderia ser considerado nem mesmo um Estado “feroz”, como citado por Mann (1988), uma vez que não tinha os meios para sê-lo: foi depois de 1978 que, precisamente para compensar sua fraqueza, aspirou a ser um e, ao fazer isso, provocou uma resposta frustrada em última instância, interna e externamente. A tomada de poder pelo PDPA em 1978 pretendia alterar esta situação, mas no próprio processo de tentativa de alteração foi vítima de uma resistência ainda maior, de dentro, via Paquistão, e de fora, via Estados Unidos (MIGDAL, 1988; RUBIN, 1988; MANN, 1988).

A introdução das forças soviéticas em dezembro de 1979, inicialmente com uma missão limitada, depois com uma contra-insurreição mais ampla, redobrou esse conflito, proporcionando maiores meios para o Estado se proteger, mas, simultaneamente exacerbando a oposição. A política subsequente de Reconciliação Nacional, iniciada em 1987, combinada com a retirada soviética em 1989, produziu efeitos igualmente contraditórios: embora o regime possa ter ganhado algum terreno dispensando as forças estrangeiras, também se expôs a pressões tribais e forças políticas que aumentaram ainda mais as divisões dentro de seu próprio território (HALLIDAY e TANIN, 1998).

Por trás da evolução da política afegã estava um conjunto de facções e rivalidades de liderança que foram herdadas antes da tomada do poder e desenvolvidas no período pós-1978. Primeiro, no conflito entre as facções Khalq e Parcham, até o verão de 1978; depois na rivalidade crescente entre Amin e Taraki, até outubro de 1979. Seguiram-se, então, os mais de seis anos de Babrak Karmal, que inicialmente reuniu o apoio da facção Khalq nas Forças Armadas, mas que foi gradualmente desafiado por uma nova coalizão. No terceiro período, o de Najibullah, a liderança foi, a princípio, capaz de reunir novamente o apoio de outras

facções do partido, exceto os partidários de Karmal, mas posteriormente passou a se opor, especialmente depois das negociações de abril de 1988.

No que concerne à dificuldade enfrentada pelo PDPA, ela não foi necessariamente sobre a falta de recursos para a consolidação do regime, mas sim o fato de que cada uma das políticas iniciadas pelo partido a fim de perseguir sua consolidação o levou a um resultado contrário e desafiador para o próprio regime. No início, os líderes Khalqi buscaram estender o controle do Estado e enfraquecer o poder das forças sociais rivais por meio do uso de meios administrativos e coercitivos. O resultado foi o antagonismo de parte da população rural e urbana e a reabertura de divisões dentro do próprio PDPA. A partir de 1980, a dinâmica da guerra teve resultados contraditórios: por um lado, serviu para consolidar a unidade do regime – todos os seus partidários e os implicados foram, por definição, colocados de lado e ameaçados pela oposição armada. Por outro, no entanto, serviu para fragmentá-lo, acarretando contínuas disputas sobre como consolidar o poder, e, mais decisivamente no fim, promovendo alianças entre facções dentro do regime e facções da oposição, baseadas em lealdades tribais e étnicas, elas próprias estimuladas pela guerra (HALLIDAY e TANIN, 1998).

No final, foi a retirada de todas as formas de apoio que precipitou o fim do regime, algo que não ocorreu por meio de uma vitória total da guerrilha, mas pela fragmentação interna do próprio regime e da oposição *mujahideen* na primavera de 1992. De igual importância foi o contexto externo e, em particular, o compromisso dos Estados Unidos, Paquistão e Arábia Saudita em armar e financiar as guerrilhas contrarrevolucionárias. Por conta própria, as forças tribais afegãs não teriam sido capazes de desafiar Cabul ou as Forças Armadas soviéticas da maneira como fizeram, nem, de forma igualmente significativa, recusar compromissos políticos importantes. Como citam Halliday e Tanin (1998), o grande contraste entre o caso do Afeganistão e o do regime da República Árabe do Iêmen na década de 1960, é que, no último, um compromisso político foi alcançado no final: em julho de 1970, após quase oito anos de guerra civil, um regime de coalizão, um caso genuíno de ‘reconciliação nacional’, pôs fim à guerra. Uma das chaves para essa solução foi, no entanto, o papel desempenhado pelo antigo apoiante da oposição, a Arábia Saudita, na concretização do compromisso. No caso do Afeganistão, o Paquistão, apoiado pela Arábia Saudita e pelos Estados Unidos, não estava apenas muito longe de ser favorável a um acordo, como também pressionou por uma vitória absoluta dos *mujahideen*, até o ponto, dois anos após a queda do PDPA, de patrocinar o surgimento de mais um grupo fundamentalista armado, o Talibã, cujas ações futuras, a médio e longo prazo, escancarariam as dimensões catastróficas de decisões passadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a metamorfose da revolução afegã difere das outras revoluções marxistas no Terceiro Mundo desde a Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, não foi uma revolução nem contra um regime imperialista-colonial ocidental, nem contra um regime doméstico reacionário, plantado por alguma potência colonial. O Afeganistão era um país soberano desde 1920, embora nunca exatamente fora da esfera de influência britânica. Desde a década de 1950, até o ano da revolução, esteve sob a esfera de influência soviética, a qual contribuiu muito mais do que qualquer outro poder externo para a modernização limitada da sociedade afegã, bem como para o surgimento de uma classe média urbana educada.

A revolução afegã foi a segunda revolução marxista-leninista a ocorrer no mundo islâmico, cuja semelhança com a revolução no sul do Iêmen se restringe às sociedades majoritariamente tribais. Os marxistas afegãos não construíram ou lideraram um movimento de libertação nacional contra o imperialismo e o colonialismo; e, ao contrário do Iêmen do Sul, nenhuma frente de libertação nacional foi criada no Afeganistão a fim de lutar pela independência nacional. Também ao contrário de Cuba, Chile e Nicarágua, o regime pré-revolucionário de Cabul não poderia ser descrito como um fantoche ou mesmo um aliado dos Estados Unidos. Ademais, a revolução sul-iemenita não foi explicitamente oposta ao islamismo, apesar de seu principal inimigo ser a Arábia Saudita; a revolução afegã, em contrapartida, ainda que não se opusesse ao Islã, como também se comprometesse em garantir a liberdade religiosa da população, foi a primeira revolução marxista do mundo a se tornar alvo do fundamentalismo islâmico.

Outro fator que a distingue é o fato de não ter sido presidida pelo Exército, mas sim projetada e executada por líderes do PDPA com a ajuda de membros do Exército. A existência do PDPA desde 1965 e seu funcionamento político por doze anos, nunca como um partido aberto, mas como parte do processo político, especialmente na república de Daoud, é um ponto-chave; com suas próprias facções de esquerda mais radical e moderada, seus membros participaram das eleições para a assembleia nacional e tornaram-se parte da elite do poder.

Cabe destaque, também, ao fato de que a revolução de Saur eclodiu em Cabul. Sua luta pelo poder começou e terminou predominantemente em Cabul. Não houve insurreição, apenas a tomada de controle, na qual o povo não teve um papel a desempenhar, agindo como observador. Nos primeiros seis meses, as aldeias distantes, aninhadas entre os contornos ásperos do Hindu Kush, nem sequer sentiram o impacto da mudança política seminal que ocorreu na capital. Somente quando o PDPA levou a revolução para o campo, com os decretos

sobre a terra e outras reformas, o povo se deu conta de que vivia em um Estado agora governado pelos marxistas.

Ademais, ela não apenas não foi uma revolução anti-imperialista de libertação nacional, como também ocorreu em um momento em que as lutas anti-imperialistas dos países islâmicos do Oriente Médio haviam desaparecido e as forças sociopolíticas haviam se realinhado amplamente a favor dos elementos conservadores e pró-americanos. Neste ínterim, foi uma pena que a resistência afegã tenha sido adotada pelos Estados Unidos, Arábia Saudita e Paquistão e tenha se tornado um enorme ninho não só de uma violenta reatividade social e política, como de um fundamentalismo islâmico militante.

Assim, a revolução derivou sua resistência de três fontes principais: do poderio militar e do generoso comprometimento de recursos; da adoção da resistência pela principal potência imperialista, os Estados Unidos, e seus aliados reacionários, Paquistão e Arábia Saudita; e da irremediável heterogeneidade dos grupos de resistência, sem nenhum cimento ideológico e político que os unisse em um movimento unificado. Como Selig Harrison (1984) constatou, os marxistas afegãos eram, de fato, patrióticos e dedicados à causa primordial da revolução: a soberania genuína e a rápida modernização e desenvolvimento do país. Mas eles constituíam, contudo, uma minoria muito pequena da qual se percebe que, mesmo se considerarmos os números de membros do PDPA, a vasta massa de afegãos permaneceu profundamente alienada.

O presente trabalho buscou, acima de tudo, fornecer uma contextualização e uma análise acerca do processo de formação do Estado afegão, enfatizando-se suas singularidades a fim de contribuir para a explicação de seus contornos políticos, bem como as raízes, condicionantes e resultados de seu fracasso modernizador antes, durante e após a Revolução de Saur. Não se objetivou, contudo, que as observações a respeito das questões étnicas e a fragmentação particular do país excluíssem, de algum modo, a consideração de outras dinâmicas, tanto sociais quanto ideológicas, que foram igualmente significativas. Como apontado por Maley (2002), a vida política afegã é comumente representada como um processo recorrente de fissão e fusão, onde a tendência integradora do Estado eventualmente se opõe à força centrífuga das tribos. Isso tende a levar ao reducionismo de que a guerra civil tenha sido meramente uma expressão disso, negando, de certo modo, a capacidade de determinados atores de agirem de formas independentes.

O Afeganistão surgiu no século XVIII como resultado da desintegração dos impérios Persa e Mongol, que os Ghilzai, e mais tarde as confederações tribais Durrani-Pashtun, foram capazes de explorar para impor sua vontade própria sobre as populações vizinhas. A

dominação política das tribos Pashtun sobre as outras etnias obstruiu a possibilidade de relações estreitas com o Estado moderno, que tomou forma progressivamente a partir de 1880. De fato, as tribos foram organizadas de uma maneira caracterizada pela ausência de instituições políticas. As oposições no nível segmentar do clã e da tribo normalmente impediram o surgimento de um poder central, exceto em momentos de crise. Assim, no caso afegão, a tribo poderia ser definida como a maior unidade capaz de unificar-se diante de um ataque externo, referência a um ancestral comum, bem como a um código de conduta com base em um método de resolução de conflitos calcado em um sistema de responsabilidade coletiva (RUBIN, 2002).

As revoltas tribais contra o Estado foram frequentes durante toda a primeira metade do século XX, sendo as mais notórias no ano de 1929. Somente Nadir Khan conseguiu, com dificuldade, restaurar uma coalizão de todos os Pashtuns, contando, ainda, com a ajuda dos britânicos para estabelecer a dinastia que reinaria até 1973. Em 1978, o ímpeto das reformas modernizadoras propostas pelo PDPA precipitou uma revolta tribal, antecedida pela derrubada da autoridade central e pela ocupação de Cabul. Por mais presente que a narrativa tribal esteja, entretanto, ela não é capaz de explicar, sozinha, o surgimento de partidos políticos – os quais estavam longe de serem representativos das tribos –, tampouco foi um componente suficiente para aglutinar os indivíduos em torno dos partidos. A partir de processos próprios de desenvolvimento, as classes mais instruídas que se formaram passaram a recorrer à organização coletiva, o que, posteriormente, viria a produzir uma situação revolucionária. Mesmo em épocas em que o Estado não esteve ameaçado pela oposição das tribos ou dos ulemás, o desenvolvimento das instituições estatais nunca resultou em um sistema totalmente coerente, nem no abandono de práticas patrimoniais. Após a década de 1950, o Estado afegão enfatizou seu caráter institucional, mas o poder permaneceu, em grande parte, uma prerrogativa pessoal do rei e da classe governante.

A partir da década de 1970, o sistema político amplamente disfuncional, incapaz de mobilizar apoio, abriu o caminho para que os marxistas realizassem um golpe de Estado, situação que posteriormente levou à guerra civil e à intervenção soviética. A origem da guerra civil afegã após 1978, em contraste com a situação da maioria dos movimentos de guerrilha do século XX, não contou com as massas rurais sendo lideradas por um grupo modernizador e revolucionário de elite. Com algumas exceções, os levantes foram espontâneos e demonstravam uma rejeição não somente ao ateísmo e à ocupação estrangeira, mas sobretudo às próprias políticas modernizadoras propagadas pela revolução. A ideologia política e a política da classe dominante também foram transformadas e o *status* pessoal de todos os

indivíduos foi reavaliado, onde certas formas de legitimidade se tornaram o critério de acesso a recursos políticos ou econômicos.

Cabe apontar que o desafio à coesão do Estado veio, de fato, essencialmente das diferentes etnias, tribos e dos ulemás, mas reitera-se que não foram eles, contudo, os causadores diretos da guerra, e sim as organizações políticas com objetivos ideológicos e práticas institucionais específicas. Sobretudo porque a mobilização inicial ocorreu no contexto de grupos locais, com laços de lealdade próprios, e não de macro etnias. Foi também por conta dessa especificidade que, especialmente no início da guerra, tornou-se impossível discernir a disposição das forças no terreno, uma vez que os grupos não eram necessariamente baseados no território, com diferentes partidos frequentemente representados na mesma aldeia. Posteriormente, algumas partes fizeram uso de afiliações comunitárias para mobilizar apoio, uma vez que – principalmente em tempos de crise – as identidades estavam suscetíveis à manipulação.

Quando a União Soviética interveio no Afeganistão, poucos especialistas acreditavam que o incipiente movimento de resistência *mujahideen* teria chances de resistir ao exército soviético – e talvez sem o apoio externo recebido isso se provasse uma verdade. Quanto às fraquezas presentes no Partido Democrático do Povo Afegão, as rupturas internas o tornaram uma opção impopular frente ao protagonismo da forte convicção moral e do apoio externo, os quais atuaram como multiplicadores de força significativos. No que se refere ao papel exercido pela ajuda externa, fica claro como um movimento de resistência que o obtenha constitui-se em um inimigo diametralmente oposto a um movimento isolado e puramente dependente de redes tribais para fornecer assistência. Os apoiadores externos propiciaram não apenas armamentos, munições e materiais – os quais poderiam estar disponíveis de outras formas –, mas também um senso adicional de legitimidade para a luta, transmitindo aos resistentes a ideia de que seus objetivos eram compartilhados com outros detentores de poder, ao invés de apenas excêntricos e idiossincráticos. Através disso, também puderam controlar e manipular o cenário político a favor de seus próprios interesses.

De forma geral, a guerra soviético-afegã não teve vencedores. Os mais prejudicados, no entanto, foram aqueles que concomitantemente seriam os mais beneficiados com as modernizações, mas que, ironicamente, lutaram contra elas: a população rural, pobre e economicamente atrasada. A União Soviética sofreu com uma perda política, enquanto a luta entre a resistência afegã e os marxistas afegãos foi remetida para o campo de batalha. Tampouco foi um triunfo da resolução de conflitos. Os Acordos de Genebra simplesmente levaram a primeira onda de guerras do Afeganistão moderno a uma conclusão. Ademais, a

guerra civil evidenciou ainda mais a descentralização de poder e a falta de estruturas institucionais do Estado que fossem suficientemente coesas e capazes de sustentá-lo. Fatores que demonstram raízes antigas do Afeganistão, cujos fortes laços de parentesco talvez tenham fornecido, historicamente, uma âncora contra o progresso, ao mesmo tempo em que forneciam meios bastante próprios de lidar com os eventuais colapsos de uma autoridade central. A turbulência que viria após o fim do regime marxista esteve, deste modo, fundamentalmente enraizada no colapso do Estado e na exposição da política interna do Afeganistão à manipulação externa (DORRONSORO, 2005).

A imagem que emerge é, portanto, de um fracasso multifacetado, resultante, em seu âmago, de um partidarismo duradouro, mas inconstante, que impediu o regime de consolidar o apoio sempre minoritário que teve no Afeganistão. Atribuir isso simplesmente a uma tendência pré-existente à fragmentação, seja do tribalismo ou das etnias afegãs, seja do sectarismo de esquerda, seria inadequado, por mais preponderantes que fossem. Vários fatores foram cruciais, combinando-se, no final, para derrotar as tentativas do PDPA de consolidação de regime. Para Halliday (1998), o resultado das políticas do PDPA acabou por criar uma série de círculos viciosos, onde cada tentativa de consolidação se concretizou a um custo que também serviu para fragilizá-lo: para compensar a falta de capacidade do Estado, o regime interveio na sociedade, aumentando assim a resistência social ao Estado; para corrigir os excessos da fase radical inicial, estabeleceu compromissos com a sociedade, mas não conseguiu atrair setores compensatórios significativos da oposição; para corrigir ainda mais o isolamento do regime, ele tentou, então, estabelecer compromissos com outras forças dentro da sociedade, mas isso serviu para aliá-lo a elementos que não eram confiáveis e, em última análise, rebeldes; para compensar sua fraqueza interna, recorreu ao suporte externo – aumentando, assim, a resistência nacional à presença militar estrangeira.

Em entrevista recente concedida ao *The New Yorker* (2022), o teórico realista-estrutural das Relações Internacionais, John Mearsheimer (2019), ao falar sobre o atual conflito entre Rússia e Ucrânia cita como um traço recorrente da política externa norte-americana o fato de ela sempre “dobrar a aposta”. Em vez de reavaliarem a expansão da OTAN no caso ucraniano, o que não se trata de uma boa ideia, e seguirem em direção oposta, os americanos estão encorajando os ucranianos a resistir: não vão lutar por eles, mas vão armá-los e treiná-los. Traçando-se um paralelo com o *modus operandi* dos Estados Unidos no início da década de 1980, sob a lógica sistêmica da Guerra Fria, pode-se dizer que eles também dobraram a aposta no caso afegão, antes e durante a revolução de Saur.

É fácil, em retrospecto, argumentar que diante de tudo isso a revolução de Saur nunca poderia ter sido bem-sucedida; que o regime antagonizou tanto a sociedade da qual era uma expressão que no final estava fadado ao fracasso. Todavia, se a revolução foi tão problemática, precária ou até mesmo danosa, como defendem alguns observadores, torna-se válido o exercício analítico de questionarmos, então, o que sobra para a situação afegã pré-1978, mas, sobretudo, pós-1992.

O fracasso do regime do PDPA não foi, em última análise, fruto da sua fraqueza *per se*, ou da força da oposição que suscitou, mas da forma como se desenvolveu este Estado inicialmente débil ao procurar reforçar a sua posição diante de forças contraditórias que no final o afundaram. Em contraste com os casos anteriores de ‘revolução de cima’, as transformações de Japão, Turquia e Egito resistiram, apesar dos desafios, sendo os Estados capazes de se apropriar e desenvolver as capacidades que detinham no momento da tomada de poder.

No Afeganistão, em contrapartida, a força da reação contrarrevolucionária, do início ao fim inflamada por atores externos, produziu, já em 1996, o oposto do que os revolucionários pretendiam: um regime ultraconservador, encabeçado pelo grupo terrorista Talibã – anteriormente intitulados de *mujahideen*, ou “lutadores pela liberdade” –, cujo próprio projeto contestado e centralizador era rejeitar veementemente tudo o que os revolucionários de abril de 1978 haviam defendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOLD, Anthony (1983). **Afghanistan's Two-Party Communism: Parcham and Khalq** (Stanford, CA: Hoover Institution Press).

_____ (1985), **Afghanistan: The Soviet Invasion in Perspective** (Stanford, CA: Hoover Institution Press).

BEZHAN, Faridullah. (2013) **The Emergence of Political Parties and Political Dynamics in Afghanistan, 1964–73**. Iranian Studies. Vol. 46, No. 6, 921–941.

BRADSHER, Henry S. (1985), **Afghanistan and the Soviet Union** (Durham, NC: Duke University Press).

_____ (1999), **Afghan Communism and Soviet Intervention** (Karachi: Oxford University Press).

BRILL, E. J. (1993). **The Encyclopedia of Islam**, Leiden.

BROWN, G., MCLEAN, I., & MCMILLAN, A. (2018). **A Concise Oxford Dictionary of Politics and International Relations**. Oxford University Press.

BROXUP, Marie (1988). 'Afghanistan According to Soviet Sources, 1980–1985'. Central Asian Survey.

CHEESEMAN, N., BERTRAND, E., & HUSAINI, S. (2019). **A Dictionary of African Politics**. Oxford University Press.

CLAUSEWITZ, Carl Von. (2010). **Da Guerra**. São Paulo, Martins Fontes.

CODATO, Adriano (2008). **Poulantzas, o Estado e a Revolução**. Crítica Marxista. Unicamp, n. 27, p. 65-85.

COGAN, Charles G. (1993), 'Partners in Time: The CIA and Afghanistan since 1979', World Policy Journal, 10, 2: 73–82.

CORDOVEZ, Diego, and HARRISON, Selig S. (1995), **Out of Afghanistan: The Inside Story of the Soviet Withdrawal** (New York: Oxford University Press).

DIAS, R. P. (2013). **Bob Jessop e a abordagem relacional-estratégica**. Cadernos Cemarx, (6) Arquivo.

DORRONSORO, Gilles (2005). **Revolution Unending: 1979 to the Present**. London: Hurst & Co Publishers.

DUPREE, Louis (1973). “**A New Decade of Daud**”, AUFS Reports Services: South Asia Series 17.

_____ (1973a). **Afghanistan** (Princeton, NJ: Princeton University Press).

_____ (1977). ‘**Afghanistan 1977: Does Trade plus Aid Guarantee Development?**’ Hanover, N.H., American Universities Field Staff Report, South Asia Series, 21.

_____ (1979). ‘**Afghanistan Under the Khalq**’, Problems of Communism, July-August 1979.

GALEOTTI, Mark (1995). **Afghanistan: The Soviet Union’s Last War** (London: Frank Cass & Co.)

GIBBS, David N. (2000). **Afghanistan: The Soviet Invasion in Retrospect** (Arizona, USA, International Politics 37: 233-246).

GIUSTOZZI, Antonio (2000). **War, Politics and Society in Afghanistan. 1978–1992** (London: Hurst & Co.)

GLOBAL SECURITY (2021). **Major insurgent groups during Soviet-Afghan war**. Disponível em:

https://www.globalsecurity.org/military/world/afghanistan/images/afghan_resistance_groups_moz2.jpg. Acesso em: 15 de maio de 2021.

GOODSON, Larry P. (1998). **‘Periodicity and Intensity in the Afghan War’**, Central Asian Survey.

GRAMSCI, A. (1978). **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GUPTA, Bhabani Sen (1986). **Afghanistan: Politics, Economics and Society**. Revolution, Resistance, Intervention. Marxist Regime Series, Department of Sociology, University College, Cardiff.

HALLIDAY, Fred (1999). **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

_____ (1978). **‘War in Afghanistan’**. New Left Review, 112, November-December 1978.

_____ (1979). **‘A Revolution Consumes Itself’**. The Nation, 229, 17 November 1979.

_____ (1980). **‘War and Revolution in Afghanistan’**. New Left Review, 119, January-February 1980.

HALLIDAY, Fred, and TANIN, Zahir (1998). **‘The Communist Regime in Afghanistan 1978–1992: Institutions and Conflicts’**, Europe-Asia Studies.

HARRISON, Selig S. (1984). **‘Afghanistan: Self-Determination and a Soviet Force Withdrawal’**. Parameters, United States Army War College Journal.

HERSHBERG, James G. (ed.) (1996–97). **‘New Evidence on the Soviet Intervention in Afghanistan’**, Cold War International History Bulletin.

HOBBSAWM, Eric. (1995). **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras.

JALALI, Ali Ahmad, and GRAU, Lester W. (2010). **The Other Side of the Mountain: Mujahideen Tactics in the Soviet–Afghan War** (Quantico: SCN: DM–980701, Marine Corps Combat Development Command).

- JESSOP, Bob (2009). **The state and the state building**. In: BINDER, S.; RHODES, R.
- KELLY, Duncan (1999). **The strategic-relational view of the state**. *Politics*, v. 19, n. 2, p. 109-115.
- KHALIDI, Noor Ahmad (1991). 'Afghanistan: Demographic Consequences of War, 1978–1987', *Central Asian Survey*.
- LEWIS, Bernard (1988), **The Political Language of Islam** (Chicago: University of Chicago Press).
- MCCAULEY, Martin (2002). **Afghanistan and Central Asia: a modern history**. London: Pearson Education Limited.
- MALEY, William (2002). **The Afghanistan Wars**. New York: Palgrave Macmillan.
- MANN, Michael. (1988). **States, War and Capitalism**. Oxford, Basil Blackwell.
- MCNAB, Chris (2019). **The Great Bear at War: The Russian and Soviet Army 1917–present**. Osprey Publishing.
- MARSDEN, Peter, and SAMMAN, Emma (2001), 'Afghanistan: The Economic and Social Impact of Conflict', in Frances Stewart, Valpy Fitzgerald, and Associates, *War and Underdevelopment: Volume 2: Country Experiences* (Oxford: Oxford University Press).
- MARSDEN, Peter (2009). **Afghanistan: aid, armies and empires**. London, New York: I.B. Tauris.
- MAYHEW, S. (2015). Neopatrimonialism. In: **A Dictionary of Geography**. Oxford University Press.

MEARSHEIMER, John J. (2019). **Bound to Fail. The Rise and Fall of the Liberal International Order**. *International Security*, Vol. 43, No 4.

MIGDAL, Joel. (1988). **Strong Societies and Weak States**. London, Princeton University Press.

MILES, M. (1990), **'Disability and Afghan Reconstruction: Some Policy Issues'**, *Disability, Handicap and Society*.

MILLER, John (1993). **Mikhail Gorbachev and the End of Soviet Power** (Basingstoke: Macmillan – now Palgrave Macmillan).

POULANTZAS, Nicos (1973). **Political Power and Social Classes**. Londres, New Left Books.

_____ (1979). **State, Power, Socialism**. London, Verso.

REUVENEY, Rafael, and PRAKASH, Aseem (1999). **'The Afghanistan War and the Breakdown of the Soviet Union'**, *Review of International Studies*.

ROCKMAN, B (2006), em Rhodes, R., Binder, S., & Rockman, B. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford., Oxford University Press, Cap. 7 (pp.111-130).

RUNION, Meredith (2007). **The History of Afghanistan**. Westport, CT: Greenwood Press.

RUBIN, Barnett (1995). **The Fragmentation of Afghanistan: state formation and collapse in the international system**. New Haven and London: Yale University Press.

_____ (1995a). **The Search for Peace in Afghanistan: From Buffer State to Failed State** (New Haven, CT: Yale University Press).

_____ (1992). **Political Elites in Afghanistan: Rentier State Building, Rentier State Wrecking**. *International Journal of Middle East Studies* Vol. 24, No. 1 (Feb., 1992), pp. 77-99. Cambridge University Press.

SHAHRANI, M. Nazif, and CANFIELD, Robert L. (1984). **Revolutions and Rebellions in Afghanistan: Anthropological Perspectives** (Berkeley: Institute of International Studies, University of California).

SKOCPOL, Theda. (1979). **States and social revolutions**. Nova York: Cambridge University Press.

_____ (1985). **Bringing the State Back In**. Cambridge University Press.

TANNER, Stephen (2002). **Afghanistan: a military history from Alexander the Great to the fall of the Taliban**. Cambridge, MA: Da Capo Press.

THE NEW YORKER (2022). **‘Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine’**. Isaac Chotiner, 1 de março de 2022.

UNGA, UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Document A/RES/ES-6/2**. (1980). New York, 14 January 1980. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Afgh%20ARESES6%202.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

_____ (1989). **Document A/RES/44/15**. New York, 1 November 1989. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Afgh%20ARES44%2015.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

UNITED NATIONS (1985). **Rapport sur la situation des droits de l’homme en Afghanistan** (New York: United Nations, E/CN.4/1985/21, Human Rights Commission, Economic and Social Council, 19 February).

_____ (1988). **Agreements on Settlement of Situation Relating to Afghanistan** (Geneva: United Nations Information Service, Press Release Afghanistan/9, 14 April).

UNO (1994). **The Status of Education in Afghanistan** (Peshawar: University of Nebraska at Omaha and ESSP Research and Planning): Vol. I–II.

US DEPARTMENT OF STATE (1985). **‘USSR: Unofficial Poll on Popular Opposition to Afghan War’, Current Analyses** (Washington, DC: Bureau of Intelligence and Research, Report 1107-CA, 18 June).

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes (2014). **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier.

_____ (2021). **Análise Estratégica NERINT**. AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 20, dez. 2021. ISSN 2238-6912.

WEBER, Max (1948). **'Politics as a vocation'**. Essays from Max Weber, London, Routledge e Kegan Paul.

_____ (2004). WEBER, Max. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. São Paulo, Companhia das Letras.

WEINBAUM, Marvin G. (1994). **Pakistan and Afghanistan: Resistance and Reconstruction** (Boulder, CO: Westview Press).

WESTAD, Odd Arne (1994). **'Prelude to Invasion: The Soviet Union and the Afghan Communists, 1978–1979'**, International History Review, 16.

_____ (2007). **The Global Cold War**. Cambridge University Press.